



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 65

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 18 de julho de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva (substituída no decorrer da Sessão pela Deputada Bárbara Chaves) e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

A sessão iniciou-se com a **interpelação ao Governo Regional sobre “O estado da Região ao nível político, económico e social”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a intervenção de abertura do debate feita pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Mónica Seidi (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Renata Correia Botelho (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Dionísio Faria e Maia (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), André Rodrigues (*PS*), Domingos Cunha (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Luís Maurício (*PSD*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*), o Sr. Secretário Regional da Saúde, o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Seguiu-se o debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XI – “Cria o Paleoparque de Santa Maria”**.

Apresentada a iniciativa para Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*), usaram da palavra as Sras. Deputadas Bárbara Chaves (*PS*), Catarina Chamacame Furtado (*PSD*) e os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Parece (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e João Paulo Corvelo (*PCP*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputado Paulo Parece (*PSD*) e a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*).

Por fim, esteve em apreciação a **Proposta de Resolução n.º 4/XI – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2016”**.

Apresentado o Relatório da Comissão de Economia, pelo seu Relator, Deputado Carlos Silva (*PS*), iniciou-se o debate com a participação dos/as Srs./as Deputados/as António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e do Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

A Proposta de Resolução foi aprovada por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 39 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Peço ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 06 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**
André Cláudio Gambão **Rodrigues**
André Jorge Dionísio **Bradford**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Dionísio Medeiros Faria e **Maia**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
João Paulo Lopes Araújo **Ávila**
João Vasco Pereira da **Costa**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório **Ávila**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Maria de **Fátima** Soares Fernandes Rocha **Ferreira**
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**
Mário José Diniz **Tomé**
Miguel António Moniz **Costa**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata Correia **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Susana Goulart **Costa**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Manuel Silva **Almeida**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Marco José Freitas da **Costa**
Maria João Soares **Carreiro**
Mónica Reis Simões **Seidi**
Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**
Artur Manuel Leal **Lima**
Catarina de Oliveira **Cabeceiras**
Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Sousa Mendes

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está dedicada ao ponto 2 da Agenda: **interpeleção ao Governo Regional sobre “o estado da Região ao nível político, económico e social”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes. São os que habitualmente utilizamos na figura da interpeleção. Neste caso, o interpelante, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; o PSD de 24 minutos, o de BE de 12 minutos e as Representações Parlamentares do PCP e do PPM de 10 minutos.

Para abrir o debate tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS apresentou a presente interpeleção com o sentido de confrontar o Governo com o estado da Região ao nível político, social e económico.

Fizemo-lo porque, ao fim de 22 anos, e a meio desta legislatura, impõe-se, em nome da verdade e da responsabilidade perante os açorianos, fazer o diagnóstico dos resultados desta governação socialista.

Foi-nos dito que o tema desta interpelação era demasiado genérico. Que pretendíamos discutir sobre tudo. Que não podia ser. Que teríamos que precisar. Para o CDS era expectável que assim fosse. Não se pode pedir a uma maioria que não quer discutir sobre nada que aceite debater sobre tudo.

Mas é sobre tudo que queremos falar. Queremos falar sobre o estado da nossa política. Queremos falar sobre o estado do nosso desenvolvimento social. Queremos falar sobre o estado da nossa economia. Queremos, em suma, falar sobre aquilo que entretece e preocupa a vida dos açorianos.

Queremos discutir o estado da nossa política porque o poder político socialista, na nossa Região, a cada ano que passa, torna-se mais autocrático, provocando, em consequência, a anomia das nossas instituições.

Queremos discutir a nossa economia porque as permanentes políticas de subsidiação socialistas fazem com que a Região continue a marcar passo, quando não a regredir, nos crónicos indicadores do nosso atraso estrutural, apesar dos milhões e milhões recebidos e que tivemos para gastar.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A verdade é que, passadas mais de 4 décadas de autonomia, sobretudo nas áreas regionalizadas, como a saúde e a educação, não só não melhoramos mais do que as outras regiões do país, como continuamos na cauda das regiões portuguesas.

É por isso que queremos falar da saúde. Para nós, a saúde dos açorianos é uma prioridade absoluta que necessita de uma atenção permanente e mudanças urgentes. Não podemos aceitar, e muito menos tolerar, que cerca de 11 mil açorianos estejam em lista de espera para uma cirurgia.

Envergonha-nos que os doentes açorianos tenham de aguardar em média mais de 400 dias por uma cirurgia, sendo que essa espera ultrapassa mais de 1100

dias em cirurgia plástica e mais de 600 dias em ortopedia, cirurgia vascular e urologia.

Se considerarmos que em Portugal Continental, o tempo médio de espera é de 3 meses, ou seja, 90 dias, constatamos que um açoriano espera, para ser operado, cinco vezes mais do que um residente no Continente.

A pergunta que se impõe é: para que serviu e para que serve esta Autonomia para os Açorianos?

Ainda na saúde, e relativamente ao cancro, em 2010, a Região Autónoma dos Açores registou a incidência mais elevada para o cancro da laringe e do pulmão (estou a referir-me a 2010). Em 2017 (10 anos depois!), continuamos com a maior mortalidade no caso do cancro do pulmão e na mortalidade por cancro da mama, bem como por cancro do colo do útero onde estamos no topo da tabela. Na mortalidade padronizada por cancro, onde se incluem todas as neoplasias, estamos, mais uma vez e infelizmente, no topo da tabela, ou seja, morremos mais por cancro do que um residente no território nacional.

Recordo aqui e agora, uma promessa solene do Sr. Presidente do Governo (que já não se encontra na sala) que anunciou, solenemente, nesta casa, que iria aumentar o imposto sobre o tabaco para combater o flagelo do cancro.

A questão que coloco ao Sr. Presidente, e ao Governo, é quantos milhões foram arrecadados para este desiderato e como foram usados? Que políticas foram feitas para a prevenção do cancro nos Açores usando esse aumento do imposto sobre o tabaco?

Sras. e Srs. Deputados:

Claro que todos estes fatores não têm apenas a ver com determinantes de saúde, mas também com as condições sociais com que se vive na Região Autónoma dos Açores.

É por isso queremos falar sobre a pobreza.

No índice de Gini, indicador que avalia a desigualdade na distribuição do rendimento, em 2014, nos Açores, o índice aumentou, em relação a 2009, para 37,3%, ou seja, mais 2,5 pontos percentuais, situando-se acima da média nacional, que é de 35%.

Além disso, o número de beneficiários do RSI, nos Açores, aumentou em março de 2018, seguindo a tendência de crescimento que se registou durante sete meses consecutivos, sendo que, em setembro de 2017, beneficiavam do RSI cerca de 17 mil açorianos, e em março de 2018 já eram cerca de 19 mil açorianos a beneficiar.

Outro indicador da pobreza nos Açores é a percentagem de alunos matriculados que são beneficiários da ação social escolar, que, nos Açores, no ano letivo 2016/2017, foi de 64,2%. Este valor representa um incremento de 22 pontos percentuais, em relação ao ano letivo 2006/2007. Repare-se bem: numa década...

Deputada André Bradford (PS): E que década!

O Orador: ... de 2007 para 2017, aumentámos 22 pontos percentuais os alunos na ação social escolar.

Em conclusão, poderemos dizer sem exagero, foi uma década a criar mais pobreza na Região Autónoma dos Açores.

É neste quadro, pois, que a esperança média de vida à nascença, nos Açores é de 77 anos, enquanto que em Portugal Continental é de 80 anos. Ou seja, um açoriano vive menos três anos que nascido no continente.

Atualmente, tanto na esperança média de vida à nascença como também na esperança média de vida aos 65 anos, estamos em último lugar, ou seja, vivemos menos anos do que em todas as outras regiões do país.

Impõe-se novamente a pergunta: para que serviu e para que serve esta Autonomia?

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Queremos também falar na educação porque é essencial para o desenvolvimento social e económico de uma Região e interessa referir os vários exemplos do falhanço das políticas socialistas nesta área.

Na taxa de abandono precoce de educação e formação, de 2011 a 2017, é certo que baixamos de 43,8% para 27,8%, mas continuamos longe, muito longe, dos 11% do Continente.

Regista-se ainda, como altamente negativo para a educação, a taxa de população com 15 ou mais anos sem o ensino secundário. Nos Açores é 70%, o que quer dizer que apenas 3 [apenas 3] em cada 10 açorianos têm o ensino secundário completo. Apenas 3 em cada 10!

Relativamente à taxa de população com o ensino superior, ficamos por uns modestos 13%.

Outro elemento interessante de analisar, e que o PS às vezes se gaba, é a aprendizagem ao longo da vida. No espaço de tempo entre 2007 e 2016, os Açores foram a região portuguesa que teve a mais reduzida evolução na formação de adultos, 12,2 pontos percentuais, enquanto que a Madeira foi a região portuguesa com a melhor evolução, aumentando 25 pontos percentuais, sendo que o total nacional foi de 19,3 pontos percentuais. Ou seja, os Açores foi a região que menos cresceu nessa matéria.

Relativamente à proporção de pessoas, outro dado interessante, que conhece pelo menos uma língua para além da materna, os Açores estão (adivinhem) em último lugar. Apesar da evolução, não foi suficiente para ultrapassar ou pelo menos igualar as outras regiões. Em 2016, apenas 61,8% da população adulta açoriana sabia outra língua para além do português quando, na Madeira, esta percentagem era de 79%, no Centro era de 72,5% e no Alentejo era de 66,5%.

Fica, pois, mais uma vez a pergunta: para que serviu e para que serve esta Autonomia para os Açorianos?

Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente:

Como corolário disto tudo, não espanta, pois, que a Região Autónoma dos Açores, em 25 regiões de NUTS III, ocupe um constrangedor penúltimo lugar no índice de desenvolvimento regional e um vergonhoso (repito: vergonhoso) último lugar no índice de coesão.

É assim a realidade da vida dos açorianos.

Uma realidade que não muda enquanto perpetuarmos as políticas de baixos salários que condicionam permanentemente a mobilidade social e aumenta, em consequência, as dificuldades das nossas famílias.

Uma realidade que não muda enquanto não conseguirmos promover a realização dos nossos jovens que são obrigados a partir sem esperança no futuro da região.

Uma realidade que não muda enquanto não forem implantadas políticas que permitam o desenvolvimento de um mercado interno que alavanque a economia das nossas ilhas.

Não é este o caminho que interessa aos Açores.

Os açorianos não podem continuar a ter um Governo que não governa e que hipoteca, a cada dia que passa, os legítimos anseios dos Açorianos e o futuro da nossa Região.

22 anos de governação do PS é muito tempo. Tempo que demonstra uma fundamental constatação para o futuro dos Açores: o desenvolvimento económico e social da Região não é um objetivo alcançável com esta maioria socialista.

Aos Açorianos não basta terem Autonomia, é preciso terem um bom Governo, coisa que não têm.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas dos CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto ao Governo se usa da prerrogativa de usar da palavra agora?

Julgo que não. Está então aberto o debate. A Mesa já tem várias inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata vem a esta tribuna com o objetivo de participar de forma séria, responsável e construtiva no debate de hoje sobre o estado político, económico e social dos Açores. Ou seja, o PSD vem aqui também para caracterizar o verdadeiro estado da Região.

A governação socialista nos Açores prevalece há mais de 20 anos, aliás, e para ser mais precisa à data de hoje são 21 anos, 9 meses e 5 dias de Partido Socialista.

Deputado Carlos Silva (PS): E quantas horas?

A Oradora: E como se poderá relatar de forma real, concisa e imparcial alguns dos feitos cor-de-rosa executados ao longo deste tempo, aquilo que realmente importa e interessa aos açorianos? Serão os transportes e acessibilidades? Será a nossa realidade arquipelágica da qual muitos açorianos se encontram indevidamente reféns? Serão as listas de espera cirúrgicas que tendem a aumentar? Serão os tempos de espera para consultas de especialidade sempre a crescer pela falta de deslocação de especialistas a ilhas sem hospital?

O que será que realmente importa a cada um dos açorianos e açorianas que nos ouvem?

Que preocupações terão eles acumulado (e nós também!) ao fim de 21 anos de governação socialista na Região Autónoma dos Açores?

Seria injusto não reconhecer que os Açores são uma Região diferente para melhor do que eram há 21 anos atrás. No entanto, importa também salientar que

o nosso caminho seria outro, e, sim, não tenho qualquer dúvida, seríamos uma Região muito melhor, ...

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... pois o que até agora o que o Partido Socialista conseguiu, fruto de um modelo de desenvolvimento económico adotado, foi destruir o sonho da Autonomia, agravar a coesão territorial e social e, conseqüentemente, gerar pobreza.

Ignorou, assim, a hipótese de apostar num desenvolvimento harmonioso da Região, tendo por base um modelo de desenvolvimento económico direcionado à criação de valor.

O que assistimos hoje é o resultado de um Governo que não governa para resolver os problemas da população.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Vive antes preocupado com a sua sobrevivência política, descorando a sustentabilidade e o progresso social de todos os açorianos, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso mesmo

A Oradora: ... não servindo assim os verdadeiros desígnios da Autonomia Regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Os resultados da governação socialista, do ponto de vista social, são uma verdadeira catástrofe e torna-se imperioso enfrentar esta realidade.

O PSD não irá abdicar de continuar a denunciá-la.

Os Açores lideram os rankings nacionais de subdesenvolvimento humano, como por exemplo, na taxa de pobreza, na violência doméstica e no número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Este é o verdadeiro estado da Região!

Ainda recentemente e através de uma entidade externa e idónea, sobejamente reconhecida, fomos confrontados com o “Retrato dos Açores” que nos deixa a

todos envergonhados. Desta vez, os Açores não foram notícia pela beleza das suas paisagens naturais, únicas no mundo, que encantam os nossos turistas.

Os Açores foram notícia, porque tem a taxa de abandono escolar precoce que é o dobro da média nacional.

Os Açores foram notícia, porque são a Região do país com maior taxa de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, distanciando-se em muito da Madeira e do Continente, uma vez que por cada 100 açorianos com 15 ou mais anos, 12 usufruem deste apoio.

Os Açores foram ainda notícia, porque são a Região com menor poder de compra.

Ora, perante estes dados que, repito, não são do PSD-Açores, são dados que constam num retrato da Região, elaborados por uma entidade externa, exigia-se que um governo, com sentido de responsabilidade e vontade de enfrentar esta realidade, viesse assumir o falhanço das políticas governativas socialistas ao longo deste tempo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e explicasse aos açorianos as suas opções, assumindo também a sua vontade em mudar o rumo destes acontecimentos.

Lamentavelmente, o Governo Regional não deu qualquer explicação sobre o caminho que nos trouxe até aqui, mas o PSD quer saber o que se passou e espera uma resposta para este enorme erro de governação.

É este também o novo ciclo dos socialistas da Região. Já nem justificações dão aos açorianos e açorianas que os elegeram. Vivem antes acomodados com a desgraça alheia!

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Foram necessários 21 anos de governação socialista para que o Governo Regional assumisse nos Açores a pobreza como uma verdadeira prioridade,

reconhecendo desta forma tímida que o anúncio de uma estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social é também o reconhecimento público do estrondoso falhanço de 21 anos de políticas governativas de um governo que se diz socialista.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade!

A Oradora: A 11 de dezembro de 2017, com pompa e circunstância, todo o executivo açoriano assistiu à apresentação da proposta inicial deste importante documento e, segundo o Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional, esta era uma oportunidade histórica de pegar num assunto verdadeiramente estrutural para o futuro dos Açores e não deixar ninguém para trás.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Posteriormente, a proposta inicial seguiu para fase de consulta pública que decorreu até ao dia 31 de janeiro de 2018, esperando o executivo açoriano que pudesse ter o contributo de todos, uma vez que esta iniciativa, inovadora a nível nacional, presumia também uma consensualização alargada.

Pois bem, o PSD-Açores, à semelhança de outras 24 entidades ou personalidades da Região, entendeu dar o seu contributo, remetendo um documento com várias propostas, válidas, que esperava que viessem a ser incorporadas na dita estratégia, mas nunca (repito: nunca!) o PSD-Açores ousou pensar que a prepotência deste Governo chegasse ao ponto de elaborar um documento final que nada mais, nada menos é igual ao documento inicial.

Para que serviu então a fase da consulta pública?

Deputado Duarte Freitas (PSD): O diálogo é só entre si!

A Oradora: Os senhores que pedem a colaboração de todos, que querem responsabilizar toda a sociedade açoriana na resolução deste problema, que pedem ajuda, depois simplesmente ignoram todos os contributos dados, elaborando um documento final que mantém todos os eixos prioritários

idênticos e não acrescenta nada de novo, comparativamente ao inicial. Eis, pois, aqui a verdadeira noção de consensualização alargada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Lanço aqui o desafio ao Governo que torne público todos os contributos dados neste âmbito.

O que os senhores quiseram foi ganhar tempo, ...

Deputado José San-Bento (PS): Em especial do PSD!

A Oradora: ... mas mais uma vez está em incumprimento, pois o Plano Bianual, segundo a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, seria apresentado até ao final do passado mês de junho, só na passada semana foi aprovado em Conselho do Governo e nós continuamos à espera.

Para quando a sua apresentação e disponibilização a esta Assembleia?

Quem se responsabilizará pela monitorização das medidas a implementar neste âmbito, assim como pela avaliação do impacto que as mesmas terão na vida dos açorianos?

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O diagnóstico que acompanha a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, disponibilizado online no sítio da Secretaria Regional da Solidariedade Social, e elaborado pela Comissão Científica, é mais um instrumento precioso e imprescindível para caracterizar o verdadeiro estado social da nossa Região.

De facto, através da sua leitura, é inequívoco que a pobreza nos Açores é um problema geracional que tende a persistir temporalmente e só com medidas estruturais seremos capazes de vencer este grande desafio.

O setor da educação é indissociável da pobreza e para o PSD-Açores um Governo determinado e responsável não ignora o papel da educação no combate ao ciclo da pobreza, sendo para isso uma aposta forte neste setor.

Quanto menor a escolaridade, maior a probabilidade de um indivíduo ser pobre, sobretudo se os adultos que constituem o agregado familiar têm igualmente uma baixa escolaridade.

Enquanto o executivo não tiver coragem de implementar políticas verdadeiramente estruturantes a pobreza geracional nos Açores tenderá a persistir.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Também neste documento poderá aferir-se, relativamente ao abandono escolar precoce que mostra os mesmos números que a publicação “Retrato dos Açores”, constituindo assim um dos piores indicadores relativos à educação na Região.

No setor da saúde, saliento o facto da esperança média de vida ser inferior à média nacional, ou seja, nos Açores vivem-se menos três anos comparativamente ao continente.

Acontece que na Região 33% das mortes devem-se a doenças do aparelho cardio-circulatório, como por exemplo, o enfarte agudo do miocárdio e o acidente vascular cerebral, doenças estas que assentam em fatores de risco cardiovasculares passíveis de prevenção e de tratamento.

No entanto, nada disto será possível quando faltam na Região verdadeiras medidas de prevenção e de educação para a saúde junto dos mais novos, que serão a geração de amanhã. E a falta de acessibilidade a cuidados de saúde primários ainda é uma realidade, mas não para todos, sobretudo para os mais velhos, quando a promessa eleitoral deste Governo era que a cobertura integral de médicos de família estaria concluída em 2018.

E para finalizar, não podia ignorar o facto de a Região continuar a liderar na taxa de desemprego jovem, que se situou nos 28.5%, entre os 15 e os 24 anos, sendo a mais elevada do país.

Mais uma vez, de forma responsável, esta bancada tem apresentado iniciativas numa tentativa de quebrar este ciclo e os senhores chumbam-nas, porque simplesmente é uma ideia do maior partido da oposição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Falo, por exemplo, do Programa Gerações, apresentado este ano nesta Assembleia, chumbado pela maioria socialista, porque no mesmo debate o Sr. Vice-Presidente anunciou a abertura de 762 vagas para a Administração Regional, mas esqueceu-se de dizer que para 128 vagas o concurso já estava aberto e que para 44% das mesmas vagas eram para contrato de trabalho a termo resolutivo. A isto chama-se enganar os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso é normal nas políticas socialistas açorianas!

A Oradora: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores é a que apresenta maior risco de pobreza superior ao conjunto do país. Não obstante, os níveis de desigualdade a nível da distribuição do rendimento que é dado pelo índice de Gini, atiram os Açores para a segunda Região mais desigual do país, só atrás de Lisboa.

Perante estes dados, não restam quaisquer dúvidas que, ao contrário de que afirmava uma antiga Secretária Socialista com competência nesta matéria, “o modelo de desenvolvimento da Região não tem permitido um combate eficaz à pobreza”.

Reiteramos que a pobreza não pode servir como arma de arremesso político e, por isso, de forma responsável, demos o nosso contributo para ajudar a resolver este problema, com o intuito de tornar a sociedade açoriana mais justa e equilibrada.

O Partido Socialista tem a obrigação de quebrar este ciclo ao fim de duas décadas no poder com sucessivas maiorias absolutas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O Partido Social Democrata sabe que escolheria outro caminho, pois temos outras opções e outra visão estratégica.

Sabemos que não vamos mudar a governação, mas estamos convictos que a nossa oposição ativa pode dar força à democracia e melhorar a vida de muitos açorianos, pois o que realmente nos move é a vontade incessante de tornar os Açores numa Região melhor, mais justa e mais equilibrada.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Desde há largos anos que o PS detém em exclusivo a responsabilidade governativa da Região, sucedendo a largos anos em que as responsabilidades governativas incumbiram exclusivamente ao PSD.

Naturalmente que a alteração política verificada com a mudança de responsabilidades políticas criou em muitos açorianos justas expectativas de mudanças positivas quer no domínio económico, nomeadamente quanto ao desenvolvimento da nossa Região, aproveitando e potenciando todas as suas potencialidades, quer muito especialmente no domínio social, quer sobretudo no domínio das práticas políticas.

Mercê da existência de maiorias absolutas do PS na Região, aos açorianos tem sido e é possível aferir que políticas realmente o PS defende e pratica quando governa sozinho.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A avassaladora onda rosa que em tempos dominou em exclusivo todas as ilhas da Região caracteriza-se pela existência de um controlo político-partidário deveras inaudito e que pretende condicionar. E reconhecamos que muitas vezes com sucesso, o livre exercício da salutar prática democrática, pelo condicionamento das liberdades.

Hoje os açorianos cada vez mais sentem que o exercício pleno dos seus direitos como cidadãos é condicionado, não só por terem ou não no bolso o cartão cor-de-rosa,...

Deputado Francisco César (PS): É preciso ter lata!

Deputado André Bradford (PS): O cartão é vermelho, não é cor-de-rosa, Sr. Deputado!

Deputado Marco Costa (PSD): Ó André, é uma mistura de cor-de-rosa e azul! Dá o quê?

O Orador: ... mas também e fundamentalmente por não afrontarem politicamente determinados dirigentes do PS (locais ou regionais) ou pior ainda, em função da vassalagem e obediência que lhes prestam.

Estas práticas vão desde o condicionamento do acesso a funções na administração regional e nas autarquias, até ao condicionamento dos autarcas e dos próprios empresários que sob pena de se verem preteridos ou prejudicados e alvo de tratamentos discriminatórios são postos muitas vezes perante o dilema de “ou comem e calam” ou então pior será!

Aquilo que hoje se vive nos Açores do ponto de vista do pleno exercício das liberdades democráticas, não passa de um arremedo de democracia com laivos

de arrogância autoritarismo e desprezo por aqueles que têm a coragem de o denunciar e combater.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Recorrentemente assistimos a diversas manifestações por parte do Governo e do Grupo Parlamentar que o suporta tendentes a demonstrar o grande sucesso político, económico e social das políticas levadas a cabo pelo PS na Região.

Se do ponto de vista das práticas políticas estamos conversados, do ponto de vista económico e social muito há que dizer.

Se à elevada taxa de desemprego que se verifica na Região acrescentarmos o elevadíssimo número de trabalhadores com vínculos de trabalho precário nomeadamente na administração pública, na sua maioria para preencher postos de trabalho permanentes, ficamos com uma ideia clara do que são as políticas do Governo do PS no capítulo social e das relações laborais.

Para nós, PCP não é nem pode ser admissível que os postos de trabalho efetivos não correspondam a vínculos de trabalho permanente.

As políticas do Governo do PS nos Açores têm conduzido a que muitos jovens sejam confrontados com o desespero do desemprego e com a total falta de expectativas de futuro.

Se jovens com elevadas qualificações se vêm empurrados para fora da Região devido à falta de perspetivas existentes e às políticas e práticas políticas do Governo deixando-nos a todos mais pobres, que dizer dos jovens que ficando na Região e pretendendo dedicar-se por exemplo à agricultura ou à pesca se vêm confrontados com os graves problemas que afetam estes setores.

Se é verdade que os jovens são uma camada da população onde as políticas regionais do PS de modo particularmente negativo se fazem sentir, outras camadas da população açoriana são também hoje atingidas pelas políticas erradas nomeadamente as seguidas em relação ao setor da saúde na Região.

No domínio da saúde refira-se como particularmente sensível a terceira idade, bem como os doentes crónicos com necessidades específicas de tratamentos.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quanto ao setor secundário da economia não precisamos ir mais longe que analisar o caso da SINAGA, e da fábrica Santa Catarina para percebermos aonde nos está a conduzir a política deste Governo no tocante a empresas do setor público empresarial, essenciais e fundamentais no contexto do desenvolvimento harmonioso da Região.

O desinvestimento e entrega de tudo aquilo que possa ser rentável ao setor privado, sobretudo e essencialmente a grandes grupos económicos cujos interesses nada têm a ver com os interesses da Região são, infelizmente, tristes exemplos daquilo que este Governo entende ser sinónimo do progresso e do desenvolvimento a que os açorianos naturalmente aspiram, mas que deste modo é cada vez mais uma miragem.

Se estas opções políticas de desinvestimento de má gestão e de oferta, de bandeja, de empresas essenciais ao desenvolvimento da Região a interesses privados completamente alheios aos interesses regionais, são evidentes nas empresas já citadas, no caso de outra empresa regional estruturante e absolutamente essencial não só ao desenvolvimento harmonioso da Região como ao seu normal funcionamento, como é o caso da SATA, então estamos mesmo perante um autêntico escândalo senão mesmo um crime de lesa-região.

A situação deveras preocupante e quase catastrófica para a qual o Governo do PS Açores tem conduzido a SATA é a repetição do mesmo esquema que PS, PSD e CDS têm utilizado em outras empresas a nível nacional para conduzir à sua entrega a privados e em muitos casos à sua posterior destruição.

É hoje cada vez mais óbvio a necessidade da gestão destas empresas estar entregue a gestores competentes e cuja preocupação única seja a gestão das

mesmas e não a vassalagem e a submissão político/partidária ao PS e ao seu Governo nesta Região.

Cada vez é maior o número de açorianos que assim o exigem e que paulatinamente se vão soltando das peias que ao longo dos anos os foram tolhendo e impedindo do livre exercício do pleno dos seus direitos enquanto cidadãos livres.

Como sempre poderão contar com o total apoio do PCP.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(* **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista vem a este debate com orgulho do trabalho feito na consciência plena de que há muito fazer, mas na certeza absoluta de que muito já foi feito e de que muito foi feito bem feito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Vamos começar pelo RSI. Falar do RSI e da forma como se tem falado até agora neste debate é, para além de pura demagogia, um exercício bastante desleal em relação à história recente deste país.

O Partido Socialista não faz bandeiras nem de subidas, nem de descidas. Encara o RSI como uma prestação social que tem que chegar a quem dela precisa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nós também!

A Oradora: Nos Açores temos a maior rede social do país. Isto não é dito por nós, é dito pelo Professor Fernando Diogo que diz de forma límpida e cristalina que não deve haver um açoriano que precise desta prestação social e que a ela não aceda, ao contrário do que no resto do país sucede...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

Deputado Marco Costa (PSD): Uma sociedade com dependência de prestação social!

Deputado Carlos Silva (PS): A Ribeira Grande é um bom exemplo!

A Oradora: ... em que os cidadãos estão muito mais afastados dos centros em que podem aceder a esta prestação.

Para além disso, nos Açores, nós o que sabemos que existe é uma enorme heterogeneidade na distribuição dos resultados a que os Srs. Deputados aqui quiseram fazer alusão.

Em São Miguel e na Terceira é um facto que estamos acima da média nacional, mas em todas as outras ilhas estamos abaixo da média nacional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós não somos mais pobres do que no resto do país e eu reafirmo: nós não somos mais pobres do que no resto do país.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Digo mais.

Deputado Luís Maurício (PSD): Então os municípios é que são os culpados!

A Oradora: No período da crise (e esta é a história recente deste país e os Açores não vive numa bolha, os Açores vive neste país), foi dito pelo Observatório de famílias e das políticas de família exatamente isto (isto é de 2014):

“Os cortes financeiros dos últimos anos têm vindo a penalizar fortemente as famílias beneficiárias com crianças ou jovens menores de idade”. Aqui nos Açores temos as famílias que mais crianças e jovens têm no seu agregado familiar.

Deputado Carlos Silva (PS): Rabo de Peixe é um bom exemplo

Deputado Marco Costa (PSD): Os senhores queriam é que toda a gente recebesse! Riqueza não! RSI sim!

A Oradora: É mais difícil aceder ao RSI [diz o Observatório das Famílias e das Políticas de Família], há menos famílias a receber RSI [por via dos cortes legislativos da responsabilidade do Governo cego de direita que governou neste país],”...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: “... há menos crianças e jovens no universo dos beneficiários e as famílias carenciadas com crianças recebem menos dinheiro”.

Portanto é incompreensível, Sra. Presidente e Sras. e Srs. Deputados!

É uma vergonha vir trazer estes números e vir fazer deles uma bandeira.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Marco Costa (PSD): É uma vergonha ter produzido esses números!

A Oradora: Mais. Taxa de abandono precoce e de formação.

É verdade, Sras. e Srs. Deputados! Em 2017 tínhamos 28% de taxa de abandono precoce de educação e formação, mas sabem quando é que tínhamos em 1998? Sabem que Região é que tínhamos em 1998? 60%! 60! Foi esta a Região que se recebeu! Foi esta a Região que se recebeu!

A taxa de mortalidade infantil desceu, de 1997 para 2017,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O PSD nem sequer tinha responsabilidade nessa altura!

A Oradora: ... do último lugar para o primeiro lugar, em termos positivos de combate à mortalidade infantil.

Deputado Marco Costa (PSD): Isso é que é trabalhar!

A Oradora: Nós temos muito orgulho destes resultados.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para que serve a Autonomia?

A Autonomia serve para, nos Açores, quem precisa de alguma prestação, ter:

- o COMPAMID,
- o Complemento Regional de Pensã ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: - o Complemento Açoriano de Abono de Família,

- o Complemento Especial de Doente Oncológico,
- o acréscimo regional ao salário mínimo nacional.

Para que serve a Autonomia?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para descongelar a carreira dos professores, por exemplo!

A Oradora: - Para ter uma extraordinária rede de equipamentos sociais,

- para ter impostos mais baixos,
- para ter a rede pré-escolar em 100%...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... acima da média nacional.

E sabem também para que serve a Autonomia?

Para nos afastarmos das políticas caritativas de mão-estendida tão caras a estas duas bancadas!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Para implementarmos na Região uma estratégia de combate à pobreza e exclusão social que, e pego nas palavras da Sra. Deputada Mónica Seidi, por quem tenho apreço e cujo pensamento respeito, quando diz “enquanto

o Governo não tiver políticas verdadeiramente estruturantes não sairemos da pobreza”.

Sra. Deputada, a isto se chama Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, uma estratégia estruturada. É pioneira no país, é um desassombro. É um desassombro vir a esta Casa enfrentar este problema como nós temos vindo a fazer. É corajoso e é arrojado!

Orgulhamo-nos deste caminho, é este o caminho que queremos e é este o caminho que faremos para os açorianos.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): A poesia às vezes ajuda a pobreza, mas nunca resolve os problemas!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acabei de ouvir com muita atenção a intervenção da Deputada Renata Botelho e a sua intervenção terminou assumindo que é necessário, ou melhor, é imperioso mesmo termos uma estratégia de combate à pobreza e exclusão social.

É óbvio que nós concordamos com essa necessidade, mas mais importante do que termos uma estratégia de combate à pobreza e à exclusão social é termos um paradigma socioeconómico que permita à Região combater, por essa via, e se calhar na origem e não tanto na consequência, a pobreza e não só a exclusão

social, como sobretudo as desigualdades sociais que infelizmente persistem na Região.

Esse novo paradigma de desenvolvimento socioeconómico deve assentar em dois grandes princípios, pelo menos é esta a perspetiva do Bloco de Esquerda e parece-me que pelo menos um desses princípios, pelo menos em teoria, tem sido também adotado pelo Partido Socialista e pelo Governo.

Primeiro princípio: aproveitamento da nossa posição geoestratégica, mas tendo a Região um papel proactivo nesse aproveitamento;

Segundo princípio, segundo alicerce, digamos assim: a Região deverá valorizar o investimento no conhecimento. Investir no conhecimento é investir na investigação para o desenvolvimento e aproveitamento sustentável dos nossos recursos minerais dos fundos marinhos.

Ora, é nesse sentido que eu recorro à câmara e também ao Governo Regional uma resolução publicada há relativamente pouco tempo, uma Resolução do Conselho de Ministro n.º 172/2017, que cria aquela que foi uma estrutura, que durante a campanha das eleições regionais de 2016, se traduziu numa promessa eleitoral do Partido Socialista e também já agora, daquela que é uma proposta muito antiga do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que é da criação de um centro que pudesse acolher valências de investigação e de desenvolvimento para aproveitamento dos recursos dos nossos fundos marinhos e do subsolo marinho.

Ora, eu estou a falar do Centro de Observação Oceânica dos Açores.

Segundo esta Resolução do Conselho de Ministros, este Centro de Observação Oceânico dos Açores deveria começar, ou deveria ter o seu início, na comissão instaladora deste mesmo observatório.

Um dos objetivos desta comissão instaladora seria funcionar em coordenação, este Centro Oceânico deveria funcionar em coordenação com o Air Center.

Relembro que há relativamente pouco tempo o Sr. Secretário do Mar, Ciência e Tecnologia chegou-nos a esclarecer, e se calhar com bastante sinceridade, que afinal este Air Center, a instalar nos Açores, não será mais do que se calhar um simples escritório.

Ora, eu gostaria de saber é como é que é possível articular este Observatório do Atlântico com, afinal, aquilo que não passa de um escritório?

Segunda questão: nesta mesma Resolução do Conselho de Ministros é estabelecido como objetivo que esta comissão instaladora deverá estabelecer reuniões pelo menos bimensalmente.

Gostaria então de saber quantas reuniões se realizaram até agora?

Segunda questão: esta comissão instaladora, no prazo de dois meses, deveria apresentar um plano de ação para o restante período. Onde está esse plano de ação?

Terceira questão: esta comissão instaladora deveria apresentar à Ministra do Mar um relatório com proposta de criação, instalação e operacionalização do Observatório do Atlântico. Este relatório já foi entregue?

Finalmente, estamos a sensivelmente quatro meses da extinção desta comissão instaladora. A minha pergunta é simples e resume todas as outras: esta comissão instaladora chegou alguma vez a reunir? Chegou alguma vez a delinear um plano de ação? Chegou alguma vez a articular com o tal escritório que, por enquanto, ainda nem escritório existe?

Estas são as questões que se impõem para concretizar aquele que era o grande projeto do Partido Socialista durante a campanha para as eleições regionais de 2016. Se o Sr. Secretário nos fizer o favor de responder a estas questões, se calhar podemos concluir que essa promessa se desvaneceu muito rapidamente.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a agora a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa aqui trazida pelo Centro Democrático Social é uma iniciativa válida, mas que no meu entender é um pouco híbrida, porque, de facto, vamos falar sobre o estado da Região, um grande enfoque sobre a área da saúde. Embora válida, ela acaba por não ser genuína na sua abrangência, porque nem na crítica, nem na propositura saímos do mesmo.

As questões são sempre redundantes à volta de situações em concreto, ficando a substância e aquilo que de facto interessa a este debate por aflorar.

A questão que se põe aqui é se temos de facto ou não uma Região social?

Sem dúvida nenhuma que temos uma Região social e esta tem sido até a maior crítica que nos têm feito por eventualmente sermos muito sociais.

(Risos do Deputados Paulo Estêvão)

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: A colega, a camarada Renata daqui fez este alerta para o escamotear de factos concretos em relação a esta atitude e a esta maneira de atuar em relação à nossa sociedade.

Temos uma Região social! Isto é indubitavelmente uma verdade.

Se temos uma Região social, então vamos ver o que é que de facto interessa aqui como a definição do social e do bem-estar social.

Não é só a economia. Aliás, a economia é uma das ferramentas para concretizar aquilo que será em sociedades evoluídas a noção, ou, aliás, a definição de bem-estar social, que acaba sempre, como podem entender, nalguma subjetividade para a qual até os cientistas ainda não conseguiram a fórmula mágica da sua determinação.

Mas então vamos aos factos em concreto. De facto, temos um estado social porque em todas as suas áreas de intervenção estamos presentes: estamos presentes no apoio à primeira infância, estamos presentes na educação, estamos presentes na saúde, estamos presentes na habitação, estamos presentes no ambiente, estamos presentes na melhoria do apoio social, estamos presentes no apoio à terceira idade e por aí afora.

Mas então, como a minha área supostamente será, supostamente a da saúde, vamos particularizar um pouco.

Estado social em saúde quer dizer que temos que temos que ter uma rede instalada de serviços de saúde, que cubra toda a Região naquilo que são os cuidados básicos e os cuidados diferenciados em saúde.

Temos uma Região social em saúde! Temos um Serviço Regional de Saúde que nos orgulha, temos um Serviço Regional de Saúde de qualidade, temos uma cobertura assistencial em todas as ilhas da Região Autónoma dos Açores naquilo que são as valências definidas como essenciais e fundamentais para o seu funcionamento e cobertura.

Temos um Serviço Regional de Saúde que sistematicamente tem sido escamoteada a sua capacidade produtiva. Por via do investimento que a Região faz, por via do esforço financeiro que se faz no nosso Orçamento, a nossa capacidade produtiva nas unidades de saúde, nos últimos 10 anos, sofreu um incremento brutal.

É necessário ler com atenção toda a estatística produzida em relação a esta produção para vermos que, de facto, existe uma melhoria substancial naquilo que são as respostas em saúde aos nossos concidadãos.

Senão, vejamos:

Para dar um exemplo: só num dos nossos hospitais, nos últimos 10 anos, o movimento cirúrgico cresceu 51%; as consultas de especialidade 79%; as

cirurgias de ambulatório 81% e os atendimentos em urgência, só numa unidade hospitalar, subiram a 115 mil atendimentos por ano.

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas isso é bom ou é mau?

O Orador: Se é bom, se é mau, será objeto de uma análise profunda...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não responde!

O Orador: ... do que se passa nos sistemas de saúde em todas as regiões e em todos os países civilizados.

Portanto, temos uma cobertura assistencial em todas as ilhas, uma cobertura assistencial que é gratuita e que está praticamente assegurada por médicos de medicina geral e familiar.

As condicionantes para o não atingimento de uma das metas que de facto continua presente na nossa mente é por falta de recursos humanos, que é transversal em todo o país.

Portanto, temos apoio social e na doença uma rede regional de cuidados integrados e de reabilitação em todas as unidades de saúde e são alocados 320 milhões do nosso orçamento.

Portanto, há uma evidência dessa prioridade absoluta que nos merece a sua funcionalidade.

Temos programas de rastreio do cancro da mama, do cancro do colo do útero e do cólon que são exemplares e que têm resultados que nos encorajam para a validação do seu prosseguimento.

Temos estruturas especializadas de diagnóstico e terapêutica, temos um Serviço Regional de Saúde que nos orgulha e é exemplar para muitas regiões periféricas da Europa.

Muitas vezes temos a veleidade de querer comparar os Açores com Boston ou com Berlim, ou com outras... É evidente que a comparação casuística, estatística é fundamental para se avaliar a eficácia das medidas implementadas, mas temos que nos condicionar à nossa situação arquipelágica e

às condicionantes para que algumas das nossas valências tenham pequenas disfuncionalidades que são com certeza sempre objeto de reparo, de reavaliação e de reestruturação.

Se, de facto, nós, nesta Casa, nos vamos contentar em lamúria de que na Região se morre mais por cancro, quando nós sabemos que a nossa incidência, devido à nossa demografia é, de facto mais 10, mais 20, mais 30, que fosse mais 1, era motivo de preocupação, mas é uma estatística que não é significativa para dizermos que somos os desgraçadinhos da Europa, ou os desgraçadinhos de Portugal.

Temos, de facto, incidências superiores nalgumas patologias e essas incidências são fruto de uma maior capacidade de diagnóstico atempado, são fruto dessa resposta aumentada que os nossos cidadãos têm.

Obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em 1996, Carlos César referiu, com a sapiência que é habitual, que 20 anos de Governo é demais em qualquer zona do mundo. Acumulam-se vícios e acumulam-se insuficiências. Até sei a frase de cor. “Vinte anos é demais em qualquer parte do mundo.”

Deputado André Bradford (PS): Diga isso ao povo!

O Orador: Tinha inteiramente razão.

Deputado André Bradford (PS): Diga isso ao povo!

O Orador: Mas eu diria que 22 anos é demais em qualquer zona do mundo e principalmente nos Açores em que está instalado um regime que não funciona,...

Deputado Carlos Silva (PS): Imagine uma monarquia!

O Orador: ... um governo que não funciona, onde não existe alternância democrática e onde a governação acumula fracassos sucessivos.

Vou só, nesta primeira intervenção, para poder fazer várias intervenções, dizer aqui o seguinte:

Em relação ao Rendimento Social de Inserção, a Sra. Deputada Renata Botelho apareceu, em ar de triunfo, a dizer que nós temos a maior incidência do Rendimento Social de Inserção e estamos contentes, estamos felizes.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não é verdade!

O Orador: Sabem porquê? Porque contabilizamos todos os pobres e os marotos dos socialistas do continente não os contabilizam todos. Eles não os contabilizam todos, mas nós contamos todos.

Mas sabe por que é que V. Exa. os conta todos?

Porque eles existem (eles existem!) e se existem é porque não se cria emprego qualificado na Região, porque temos emprego precário na Região.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Eu não disse isso!

O Orador: Sabe por que é que eles existem? Porque a economia não funciona. Sabe por que é que eles existem? Porque as desigualdades sociais não foram ultrapassadas na Região.

E a Sra. Deputada fica contente e só diz: bom, mas temos um pequeno problema que é na Ilha de São Miguel. A Ilha de São Miguel não interessa muito, é só lá que está 55% da população dos Açores, Sra. Deputada.

Deputada Carlos Silva (PS): E Rabo de Peixe?

O Orador: E tem sido, como eu aqui disse várias vezes, absolutamente negligenciada nas políticas de combate à pobreza.

Mas dizem os senhores: mas temos um plano! Nós agora temos um plano. Em 96, no neolítico, no paleolítico era pior, era sempre possível fazer esse retrocesso histórico. Mas agora nós temos um plano.

O Plano que os Açores necessita é que os senhores saiam do Governo, porque o Partido Socialista provocou que a Região Autónoma dos Açores tivesse os índices de pobreza mais altos da Europa. Esse Governo não funciona, esse Governo tem que sair, tem que deixar de exercer funções nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Marco Costa (PSD): E mais nada. Agora deixou os Deputados do PS a puxar pela cabeça com essa frase!

Presidente: Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Caros Colegas:

Em primeiro lugar, naturalmente dirigir umas palavras ao Sr. Deputado Artur Lima, felicitando aqui a intervenção que nos traz e que, no fundo, coloca em debate assuntos que são, naturalmente importantes, trazendo aqui alguns indicadores, uns que são naturalmente motivo de preocupação e que por isso, da nossa parte, mereceram não só a elaboração do diagnóstico que fizemos, de forma transparente, e aliás denota na sua intervenção a leitura cuidadoso do documento, embora, Sr. Deputado, naturalmente seletiva.

É sobre essa seleção que naturalmente eu desejava transmitir algumas considerações.

Falou, e disse na sua intervenção, que houve de facto um percurso, um percurso que foi positivo e que o admite e admitiu, por exemplo ao nível do abandono escolar, quer o abandono escolar, quer o abandono escolar precoce. Que foi um trajeto considerável.

É um trajeto do qual nos orgulhamos, já aqui foi referido. Contudo, ainda não estamos inteiramente satisfeitos e é por isso que queremos reforçar as nossas forças e a nossa política em matéria de educação e em matéria social, no sentido de que possamos alcançar taxas que nos satisfaçam plenamente.

Mas é importante talvez que se diga que, por exemplo mesmo a esse nível, em 2011 (e vamos falar de períodos recentes) a taxa de abandono escolar precoce era de 43,8% e, em 2017, passados, portanto seis anos, vamos nos 27.1%. Portanto, uma redução bastante substancial e que reflete um percurso muito positivo.

Ao nível do insucesso escolar, por exemplo, no ensino básico: 17.3% em 2013 e 8.3 em 2016. Estamos a falar de uma redução de 9 pontos percentuais, o que também é bastante considerável.

Eu não gosto de falar em números sem falar em pessoas. Estamos a falar de crianças, crianças que conseguimos que tenham sucesso na escola...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa é que temos que falar, de professores!

A Oradora: ... (portanto, é uma ação preventiva), e que no futuro possam integrar-se perfeitamente no mercado e na sociedade, de forma plena, com todos os direitos garantidos.

Agora, a propósito de leitura seletiva do documento, eu recomendava a leitura de umas outras páginas que, por exemplo, se referem à taxa de atividade feminina, que foi, de facto, durante muitos anos nos Açores, um aspeto que nos distanciava do restante território nacional e que estamos, nesta fase, a par e passo com o restante território nacional, o que é um aspeto bastante substancial. Aliás, dizem-nos os estudos sobre essa matéria que é fundamental que as mulheres entrem no mercado de trabalho exatamente para que haja um segundo rendimento nos agregados familiares e que, por essa via possamos retirar...

Deputado André Bradford e Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: ... muitas das famílias da situação de pobreza ou de exclusão social.

Mas eu queria referir um outro aspeto e um aspeto que tem merecido da parte do Governo Regional um investimento bastante substancial no domínio das

políticas de habitação. Vamos falar de dados que são dos sentidos e que são indiscutíveis.

Nós tínhamos, por exemplo, em 2001, 65% das habitações sem necessidade de reparação. Passados 10 anos, portanto, em 2011, tínhamos 78% de habitações sem necessidade de reparação. O que é que isto significa? Mais 13 pontos percentuais e, portanto, um parque habitacional com outras condições.

Isto resulta de quê? Resulta naturalmente também, e aqui farão com certeza justiça, das políticas que foram desenvolvidas ao longo dos últimos anos, muitas delas dirigidas à recuperação de habitação degradada e à regeneração urbana.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, esse é um aspeto essencial que também beneficia em muito a qualidade de vida da nossa população.

Leitura seletiva que lhe conduz também a não mencionar, por exemplo, a taxa de pré-escolarização, uma taxa em que a Região vem denotando ao longo dos últimos anos percentagens muito superiores àquilo que é a média nacional ou, por exemplo, a taxa de cobertura de creches e amas em que a Região já atingiu...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... uma taxa de cobertura superior a 40%, acima daquilo que é o recomendado pela OCDE.

Por fim, queria apenas dar aqui nota que há quatro anos atrás, sensivelmente, e porque esta Casa com certeza terá memória disso, no primeiro debate que participei deste género na Assembleia, na mesma altura em que tomei posse, portanto dificilmente me esquecerei dele, penso que num debate de urgência ou interpeação, era colocado aqui nesta Casa como o grande flagelo da Região o desemprego.

Passados quatro anos o desemprego nem foi mencionado por nenhuma das bancadas aqui presentes,...

Deputado Carlos Silva (PS): Não dá jeito!

A Oradora: ... eventualmente pelo percurso assinalável e pelo resultado das políticas que foram adotadas ao longo destes quatro anos e que nos permitiram chegar aonde chegámos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Penso que sobre as questões que foram afloradas em matéria de pobreza terei com certeza a dizer mais, mas queria dar nota aqui de algumas questões colocadas pela Sra. Deputada Mónica Seidi.

A este propósito referir dois ou três aspetos:

O primeiro dos quais dizer que a leitura que a Sra. Deputada Mónica Seidi faz é tudo menos concisa e imparcial.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Os números são os números!

A Oradora: Tem tudo de parcial, mas faz parte, temos é que simplesmente que assumi-lo. É uma leitura parcial, naturalmente. Os números são os números, a leitura que cada um dos partidos faz é a leitura que cada um deles faz e isso não é uma leitura penso que temerária, da minha parte, quanto à forma como coloca as questões.

Mas queria apenas dizer-lhe que, por exemplo, o Governo dos Açores é tudo menos acomodado em matéria de combate à pobreza e exclusão social.

Portanto, é uma acusação que eu naturalmente não posso aceitar e prova disso é inclusivamente, como já aqui foi dito, durante a campanha eleitoral, uma questão perfeitamente debatida, que não foi escondida de nenhum açoriano, antes pelo contrário, foi dita a todos os açorianos que pretendíamos implementar uma estratégia de combate à pobreza social. Entendíamos que este era o momento certo, entendíamos que este era o momento de aproveitar a

atividade económica e a retoma económica para que as oportunidades pudessem chegar a todos.

Isto foi dito aos açorianos, foi escrutinado, foi votado. O Governo apesentou na sua proposta de Programa de Governo a estratégia regional e já a colocou em discussão pública e vamos então chegar aqui ao momento da discussão pública. Sim, nós colocamos o documento em discussão pública, recebemos, como dito pela Sra. Deputada, 25 pareceres ou propostas, entre as quais do Partido Social Democrata. Foi uma questão que nos satisfaz naturalmente. É importante que assim seja e foi este o objetivo e foi este o apelo que eu própria fiz aqui, nesta Assembleia.

Devo dizer-lhe, contudo, que a sua intervenção digamos que é paralela ao parecer que foi emitido pelo PSD, embora não seja inteiramente conhecido. Aliás, uma das questões que a Sra. Deputada foca é o facto de não ter havido nenhuma alteração, mesmo após a consulta pública.

Pois eu vou remeter-lhe para uma leitura mais cuidada da página 9, da página 12, da página 15, da página 16 e da 34...

Deputada Mónica Seidi (PSD): As prioridades!

A Oradora: ... e ainda da página 35, onde constam exatamente as alterações que foram introduzidas.

Quanto às prioridades, aí é que a sua intervenção, digamos, é paralela ao parecer do PSD, embora não inteiramente coincidente, é que não há uma única palavra no parecer emitido pelo PSD que diga que as prioridades são mal definidas,...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Jesus!

A Oradora: ... antes pelo contrário, Sra. Deputada, e eu talvez vou ler uma parte pelo menos do parecer emitido pelo PSD e que diz assim:

“A estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social foi elaborada por peritos na área, cujo sentido de responsabilidade em cumprir a missão à qual se propuseram é reconhecida pelo PSD-Açores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Foi dito pela Sónia Nicolau!

A Oradora: Tanto a estratégia como o diagnóstico que a sustenta são documentos credíveis pelo que a Região tem uma oportunidade histórica de combater com rigor a pobreza e exclusão social”. E mais, diz ainda:

“Fazemos votos para que os planos regionais de ação que resultarão desta estratégia sejam exequíveis e executados, que é o que o primeiro destes planos deverá ser tornado público o quanto antes”.

Se ler o parecer emitido pelo PSD em nada contraria nenhuma das prioridades. Antes pelo contrário, reforça alguns aspetos que devem constar dos planos bianuais, mas nunca diz em parte nenhuma; antes pelo contrário, reforça até o sentido de cada uma das prioridades e a pertinência de cada uma delas.

Deputada Mónica Seidi (PSD): São precisas mais!

A Oradora: Por isso, recomendo que eventualmente releia esse documento.

E mais. A propósito de acolhimento de propostas.

Eu também recomendava a leitura da página 5 do parecer emitido pelo PSD, quando o PSD, no fundo, propõe e entende, a propósito da cobertura de creches e amas, deve o Governo ser mais ambicioso nas metas e, portanto, antecipar a meta dos 50% de cobertura de creches para 2024.

O Governo respondeu a essa proposta. O Governo respondeu não na exata medida daquilo que foi proposto pelo PSD, mas no fundo correspondendo a esse repto. Eu recomendo, por isso, a leitura da página 12, quando o Governo propunha, na proposta inicial, garantir até 2028 a integração de pelo menos 50% das crianças de famílias mais carenciadas em creches ou amas.

O Governo reformulou essa proposta dizendo o seguinte: “garantir até 2028 a integração de pelo menos 60% das crianças de famílias mais carenciadas em creches ou amas”.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: E mais. O Governo propõe mais e propõe-se a fazer mais. Inicialmente dizia que numa primeira fase, até 2021, e antecipa para 2020, “investir no sentido de atingir uma taxa de integração de crianças em creches de 33%”, quando inicialmente estava previsto para 2021.

Portanto, penso que as acusações que são feitas não são de facto legítimas e, aliás, contrariam aquilo que consta dos próprios documentos e que foi verbalizado pelo próprio PSD no parecer emitido.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Inicialmente começar pela intervenção da Sra. Deputada Renata Correia.

Tenho pena que tenha pintado aqui um cenário cor-de-rosa, mas que infelizmente não traduz a realidade e que de forma sucessiva a vossa bancada tenta desvalorizar aquilo que são os números apresentados, quer pelo diagnóstico que acompanha a estratégia regional de combate à pobreza, quer por aquele retrato dos Açores da PORDATA, que nem sequer foi feito pelo PSD-Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): V. Exa. é um bom exemplo da política dos Açores!

A Oradora: Mas vou voltar a recentrar o debate e voltar a repetir os dados que lá estão, porque como diz a Sra. Secretária, e bem, os números são os números e os números não são do PSD.

Portanto, sempre que a senhora vier aqui dizer e tentar desvirtualizar os dados, eu vou levantar-me e dizer o contrário e vou voltar a repetir:

Taxa de abandono escolar precoce – 28% (mais do dobro da média nacional);

Ação Social Escolar – 65%, ou seja, 25 mil alunos da Região necessitam deste apoio;

Deputado Carlos Silva (PS): E as bolsas, Sra. Deputada?

A Oradora: Taxa da população sem ensino secundário – 70%;

Taxa de fecundidade que alude à gravidez na adolescência – 18.2% (portanto, até na gravidez precoce a Região está à frente);

Deputado André Bradford (PS): Mortalidade infantil!

A Oradora: Depois vou ter que lhe lembrar, porque a senhora fala muito das políticas de direita e o impacto que as políticas de direita tiveram na Região ,...

Deputado André Bradford (PS): E é verdade!

A Oradora: ... mas para existirem políticas de direita houve alguém antes, que se chamava José Sócrates, e que, por exemplo, contribuiu para que o abandono de família na Região, em 2009, 13.600 açorianos perderam o abono de família (13.600 crianças açorianas que perderam o abandono de família).

Portanto, sempre que a senhora fizer isto, eu vou fazer-lhe a vontade de me levantar e fazer esse contraditório.

Sra. Secretária da Solidariedade Social, fiz três perguntas. Continuou sem me responder. Falou do parecer do PSD, que foi elaborado por mim, foi elaborado por mais dois colegas de bancada que deram o seu contributo.

De facto, nunca ouviu esta bancada contestar o conteúdo científico da estratégia, pelo contrário, e como está vertido no parecer, reconhecemos a idoneidade da comissão científica que elabora o parecer e reconhecemos a necessidade das medidas que lá estão, mas não vai negar que as prioridades são mantidas e depois de pedir o contributo de toda a sociedade seria de esperar que o mesmo documento tivesse outro tipo de abordagem.

Neste momento o que eu gostava e que continuo aqui a querer saber...

Deputado André Bradford (PS): Qual foi o Vice-Presidente do PSD?

A Oradora: ... é os outros contributos que foram dados neste âmbito, por que é que até agora não foram tornados públicos, por que é que até agora não sabemos o que é que a sociedade açoriana que foi chamada a ser responsabilizada para este parecer, qual foi o seu contributo até agora?

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Estamos em julho, a estratégia, o Plano Bianual já começou a vigorar em 2018, e continuamos sem saber as medidas implementadas,...

Deputado André Bradford (PS): A senhora escreve que a estratégia é ótima e depois vem para aqui dizer que não presta para nada!

A Oradora: ... continuamos sem saber como é que é vão ser avaliadas estas medidas e o impacto que terão aqui na vida dos açorianos e das açorianas, que é isso que realmente importa.

Da nossa parte, podem contar sempre com o nosso contributo, porque foi isso que o PSD fez aqui: reconheceu a necessidade da estratégia, até acabou por valorizar todos os membros do Comité Científico, porque de certeza e seguramente são pessoas com contributos dados na área e que poderão em muito ajudar o Governo Regional e todos nós a sair e a quebrar este ciclo de pobreza que infelizmente afeta a nossa Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Caros Colegas Membros do Governo:

Duas referências. Uma relacionada com questões de certas doenças crónicas e os níveis de doença oncológica nos Açores, que foi aqui mencionado.

Como todos nós sabemos, e também já largamente discutido, estas áreas têm a ver obviamente em muito com os hábitos de vida que é necessário alterar. Daí termos na nossa estratégia uma forte aposta nesta vertente da prevenção e da promoção de hábitos de vida saudáveis.

Ainda ontem tive a oportunidade de explicitar algumas das áreas relacionadas com o plano de ação para a redução dos problemas ligados ao álcool; também temos o Plano de Combate ao Tabagismo e o Programa Regional para a Alimentação Saudável.

Ainda em 2017, na vertente da saúde escolar, foram realizadas mais 4.300 ações, atingindo 40 mil jovens. Portanto, há aqui uma aposta forte nesta vertente de começar cada vez mais cedo na promoção de hábitos de vida saudáveis.

Tive oportunidade também, na área do tabaco, só para dar aqui um exemplo, de como essa envolvência da sociedade influencia o futuro da saúde, de partilhar convosco aquilo que já fiz publicamente relativamente a um dos projetos que nós temos na área de combate ao tabagismo, que é o Programa Domicílios e Carros sem Fumo, onde numa ação com mais de 2000 crianças do 4.º ano do ensino básico verifica-se que, elas próprias assumem, 46% dos seus pais fumam na presença delas, quer no carro ou em casa, no seu domicílio.

Portanto, nós temos aqui um combate a fazer e este programa tem este objetivo, de promover um compromisso dessas próprias crianças e dos seus pais para que efetivamente isto não aconteça numa forte ação de prevenção ao tabagismo.

Relativamente à questão das listas de espera cirúrgica, nós já assumimos que a nossa prioridade está vertida em três áreas: otimização dos tempos de bloco; produção acrescida e Programa CIRURGE. Isto é aquilo que o Governo Regional já determinou e que os hospitais da Região vêm a cumprir.

Obviamente que já falámos aqui várias vezes sobre a questão do número da lista, do tamanho da lista, mas o que interessa efetivamente para cada açoriano é o tempo que está à espera para fazer esta cirurgia.

Nós assumimos, no ano passado, quando lançámos o Programa CIRURGE, que um dos objetivos para este ano era reduzir as pessoas que estavam inscritas na lista anteriores a 2015. É isso que nós estamos a monitorizar.

Deixem-me dar-vos dois ou três exemplos sobre as áreas mais preocupantes, que aqui também já foram ditas, nomeadamente ortopedia, cirurgia vascular, cirurgia plástica.

O HDES, Hospital do Divino Espírito Santo, que tem, como todos sabemos, a maioria das situações, obviamente pela dimensão e pela abrangência que tem, relativamente à população que está ao seu alcance, por exemplo, este ano, na área da cirurgia vascular, relativamente a esse nosso objetivo de redução daqueles que estavam à espera em datas anteriores a 2015, já houve uma redução de 71%; na ortopedia de 65; na plástica apenas de 17%.

Isto significa que está efetivamente a haver um esforço de redução do tempo de espera das pessoas que estão na lista. Dei-vos aqui exemplos concretos de áreas onde isto acontece.

O tempo médio. O tempo médio, obviamente que significa esse esforço que está a ser feito de ir operar aqueles que estão há mais tempo.

Se por exemplo no ano de 2016, no Hospital do Divino Espírito Santo, em média, apenas reduziu 9 dias da média,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apenas 9 dias!

O Orador: ... em 2017, em média, já reduziu 35 dias.

Neste primeiro semestre já reduziu mais 71 dias. Estamos a falar em média.

Mas quando nós vamos para essas próprias áreas com maior número de doentes à espera, por exemplo:

- cirurgia vascular, em janeiro de 2017, as pessoas esperavam em média 1006 dias; presentemente esperam 567 dias. Portanto, houve aqui um investimento forte na redução do tempo de espera;
- ortopedia, eram 734, desceram 100 dias em média;
- cirurgia plástica eram 1055 e passaram para 1052.

Portanto, estão identificadas as áreas onde obviamente tem que haver um investimento, mas na maior parte delas efetivamente o tempo de espera tem vindo a diminuir e isto é feito em prol de quem está em lista de espera.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos fazer agora um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 28 minutos.

(Após o intervalo a Deputada Bárbara Chaves ocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 13 minutos.

Vamos então continuar com o debate. Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(* **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Faço esta intervenção em nome do Partido Socialista para esclarecer aqui algumas imprecisões e algumas formas de como se trouxe aqui alguns dos índices e indicadores que foram referidos ao longo do debate.

De facto, existem muitos indicadores e índices que induzem a interpretações que não correspondem à realidade dos desempenhos das Regiões Autónomas, tanto dos Açores como da Madeira, seja do ponto de vista da competitividade, da coesão e da qualidade ambiental.

Para o Partido Socialista não é rigoroso comparar os Açores e a Madeira com outras regiões do território continental com base em indicadores que não contemplam as especificidades dos arquipélagos.

É difícil compararmos as regiões, porque uma tem nove ilhas e a outra tem duas, realidades e especificidades diferentes e ainda é mais difícil comparar regiões insulares com regiões do continente com continuidade territorial entre si e para o continente europeu.

Deputados Tiago Branco e João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E isto não é só dito pelo Partido Socialista, é também dito pela Comunidade Europeia...

Deputado Francisco César (PS): Ouçam!

O Orador: ... no artigo 174.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia, onde é dito que as Regiões Ultraperiféricas têm características específicas as quais não são todas captadas pelos indicadores de competitividade regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Tudo isto deve ser tido em conta quando são analisados os resultados de cada uma destas regiões e quando é efetuada a comparação entre elas.

Deputado Tiago Branco (PS): Muito bem!

O Orador: Permitam-me também registar aqui que a oposição também fez uma seleção seletiva dos indicadores que lhe convinha para fazer este debate.

Quando estamos a falar da política, da economia, de questões sociais, é engraçado que a oposição deixou de fora do debate:

- o contínuo crescimento da atividade económica nos Açores,
- a redução contínua da taxa de desemprego,
- o aumento do PIB por ilha,
- o aumento do PIB per capita,
- o aumento das construções novas,
- o aumento da venda dos produtos regionais,
- o aumento do consumo da energia, nomeadamente através da produção de energias renováveis,
- o aumento da produção agrícola, leite, gado abatido, gado exportado;
- a criação de uma rede de áreas protegidas que garanta a preservação ambiental e a nossa qualidade, com uma gestão dos nossos recursos naturais e um bom ordenamento do território.

Na questão dos transportes, nunca tivemos tantos voos, tanta conectividade ao exterior e inter-ilhas, tantos embarques e desembarques em todas as nossas ilhas,...

Deputado Marco Costa (PS): Em São Jorge, o fim de semana passada, desembarcaram muitos!

Deputado Tiago Branco (PS): É verdade!

O Orador: ... com reflexos na área do turismo, onde batemos recordes de ano para ano, onde mais do que duplicámos as receitas obtidas e os proveitos totais.

Caros Deputados, ainda existindo indicadores em que o Partido Socialista não se acomoda e quer ainda mais, é essencialmente nos indicadores sociais e na saúde, mas também é por termos bons resultados, como referi nestas outras áreas, e estarmos num novo ciclo de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores é que também nos permite refazer políticas, alterar o que for para ser alterado, manter aquilo que deve ser mantido e criar novas respostas para os novos desafios.

É isto também que já foi referido pela Sra. Secretária da Solidariedade Social, onde consideramos que com este novo ciclo de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores permite-nos reforçar o combate à precariedade, reforçar o combate à pobreza e à exclusão social.

Dito isto, o Partido Socialista, continua há décadas a transformar a Região Autónoma dos Açores numa melhor região, mais competitiva, mais inclusiva e mais sustentável.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, vou responder ao Sr. Deputado Paulo Mendes e dizer-lhe que quem conhece o funcionamento e a dinâmica da investigação científica sabe que estes projetos não se desenvolvem com um estalar de dedos...

Deputada Sónia Nicolau (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... e ainda mais projetos com esta complexidade e que pretendem envolver vários países, com diferentes órgãos e hierarquias de decisão, e que, por estes motivos, são projetos que levam o seu tempo, naturalmente.

Eu vou dividir a minha resposta muito brevemente em duas questões: a primeira, o Observatório.

Em relação ao Observatório do Atlântico, dizer-lhe o seguinte:

O Observatório do Atlântico orienta-se para responder a desafios sociais, maioritariamente, para aumentar o conhecimento e promover a monitorização dos ecossistemas do Atlântico e a sua preservação e sustentabilidade, e também orienta-se para a gestão, a coordenação e a valorização das atividades de ID e de ciência e tecnologia na área do Mar.

Com estes objetivos orientadores posso dizer-lhe que este Observatório tem como objetivo funcionar em rede, envolvendo várias entidades de referência, nacionais e estrangeiras, pretende ser um polo agregador daquilo que de melhor se faz no país e na Região, em particular, na geração do conhecimento sobre o Oceano e na sua transferência para o tecido económico.

O Observatório deverá albergar várias linhas de investigação, entre elas a conservação, a biodiversidade, a biotecnologia, a aquacultura e as tecnologias marinhas, através do aporte de cada uma das instituições que dele farão parte. Será também um parceiro da rede nacional do AIR Center, que está a ser dinamizado, como sabe, pela FCT.

Em relação às suas perguntas concretas posso dizer-lhe que, como é do conhecimento público, a Comissão Instaladora foi criada. O representante da Região é o Dr. Frederico Cardigos.

A primeira reunião aconteceu a 16 de março. Já houve cinco reuniões e já existe um documento, rascunho, um “draft” que está a ser discutido.

Na elaboração deste “draft” posso dizer-lhe que foram ouvidas várias instituições científicas e vários investigadores, incluindo a Universidade dos

Açores. Ainda haverá uma nova ronda por estas instituições, já que o documento não está completamente fechado.

Posso também adiantar-lhe que na proposta que existe neste momento, este Observatório deverá tomar a forma de Associação Privada Sem Fins Lucrativos, com sede na Horta, e já existem identificadas várias fontes potenciais de financiamento, incluindo cerca de 2 milhões de euros dos fundos EEA Grants, que são neste momento os que já estão identificados, embora já existam identificados, como disse, outros fundos de financiamento.

Em relação ao AIR Center, posso adiantar-lhe também que os Açores (também é do conhecimento público) participam na Comissão Executiva e na Comissão Instaladora deste Centro.

Como sabe, têm havido várias reuniões de alto nível para motivar o interesse de vários países e para se discutir o Plano Científico deste AIR Center.

Dizer-lhe também que o AIR Center tem um objetivo que é estudar fenómenos que só podem ser estudados à escala do Atlântico, e por isso o objetivo do Centro é envolver vários países e várias infraestruturas do Atlântico, no sentido de haver uma recolha de dados que permitam estudar os tais fenómenos à escala do Atlântico.

Como sabe também, e como foi público em abril foi criada a Associação para o Desenvolvimento do AIR Center, com sede na Região.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores anunciaram até lançamento de foguetões!

O Orador: No fundo, o AIR Center também tenciona, como é público, funcionar em rede, uma rede de infraestruturas.

Existirá um secretariado para dar apoio a tudo o que são as atividades do AIR Center. Ainda é prematuro saber quantas pessoas estarão nesse secretariado.

Posso dizer-lhe e para terem uma melhor ideia do que poderá ser o AIR Center, que o modelo de governação se deverá aproximar de um projeto que já existe

no Mediterrâneo, envolvendo os países do Magreb e os países União Europeia, que é o projeto PRIMA, que é direcionado para as questões da agricultura nos países que rodeiam o Mediterrâneo, nomeadamente nas questões da inovação e dos desafios que a agricultura enfrenta.

Portanto, este será, em princípio, o modelo de governação que o AIR Center deverá assumir.

O Projeto PRIMA, se quiserem consultar, está disponível na internet. Deverá ser uma coisa semelhante em termos de governação.

Dizer também e clarificar aqui que o emprego que o AIR Center espera criar não é naturalmente ao nível do secretariado, é ao nível dos centros de investigação que estiverem associados ao AIR Center. Para isso, posso também adiantar-lhe, que estão a ser negociados, debatidos, dois contratos-programa com o Ministério da Ciência e com a FCT para que se possa, digamos, reforçar a parte científica de algumas infraestruturas que existem nos Açores, nomeadamente a Estação RAEGE de Santa Maria, o desenvolvimento da Estação RAEGE das Flores,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: ... tudo isso infraestruturas que farão parte do AIR Center e estes contratos-programa vão permitir eventualmente o emprego científico nos centros de investigação.

O AIR Center quando estiver em desenvolvimento naturalmente que vai dinamizar muitos projetos e aí também esses projetos vão com certeza contratar muitos investigadores para trabalharem neles.

Finalmente dizer que haverá uma próxima reunião também de algo nível nas Canárias, nos dias 26 e 27 de novembro, para continuarmos a debater a implementação do AIR Center.

Terminei.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Secretário, nem um foguetãozinho?!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu venho a este debate apenas para realçar três situações que nos parecem importantes, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na sequência da interpelação do CDS-PP, e com a legitimidade que tem.

O Sr. Deputado Artur Lima disse na tribuna que – e vou citar – “mesmo que não queiram discutir sobre nada”.

Não! O Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo nunca se furtaram a fazer qualquer discussão, nem se furtarão a discutir, ponderada e responsabilmente, os assuntos que à saúde digam respeito.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Assim temos feito e assim vamos continuar a fazer.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Referiu também o Sr. Deputado, algumas indicações e alguns dados sobre a saúde, que a saúde estava mal na Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não disse isso!

O Orador: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer deixar aqui bem claro e referir o seguinte:

Em primeiro lugar, a esperança de vida. E antes de chegar à esperança de vida, gostaria de congratular-me em nome do Partido Socialista e da bancada do Partido Socialista, por aquilo que são os últimos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística contra um indicador que é relevante na prestação de cuidados na Região. Vou passar a ler:

“Em 2016, a taxa de mortalidade infantil mais baixa registou-se na Região Autónoma dos Açores, 1,8 por mil nados vivos.

É a taxa mais baixa desde sempre em que há Serviço Regional de Saúde na Região; é a taxa mais baixa que há comparativamente com o todo do país e comparativamente com cada uma das regiões a nível do país”.

Falou também na questão da esperança de vida.

Pois, então também nesse relatório está lá expresso que a esperança de vida à nascença, em ambos os sexos, “foi na Região Autónoma dos Açores que se observou maior aumento de esperança de vida aos 65 anos, entre os triénios de 2009 e 2011, e 2014 e 2016 para os homens; de 13,99 para 14,98.”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): No total...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Este é um dado inquestionável e específico que garante a qualidade do Serviço Regional de Saúde que temos ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que temos vindo a prestar a todas as açorianas e a todos os açorianos.

Falou também na questão da mortalidade do cancro da mama e do colo do útero.

Na Região nós temos uma mortalidade em 2016, do cancro da mama, de 15,7 por 100 mil habitantes. No país são 19,1 por 100 mil habitantes.

Falou na mortalidade do colo do útero. Na Região temos 2,7 por 100 mil habitantes e no país temos 2,3 por 100 mil habitantes.

Não falou na esperança de vida destas situações. É verdade que a nível da Região temos uma esperança de vida aos 5 anos destas duas patologias um pouco inferior ao nacional, mas já ganhámos muito relativamente aos últimos anos e àquilo que temos vindo a recuperar.

E gostaria, para terminar, de dizer duas coisas: um Serviço Regional de Saúde que tem capacidade de recrutar, de aliciar e de fixar 75 internos da formação específica, 52 internos do ano comum, quando tínhamos cinco, seis, ou dezoito, é a prova de que é um Serviço Regional de Saúde de referência, é um Serviço Regional de Saúde competente e com recursos idóneos que estabelecem e cimentam a confiança dos jovens médicos.

Por fim, gostaria de dizer que o Partido Socialista e o Governo consideram que a saúde é fator de coesão numa Região com as nossas particularidades e com as nossas especificidades.

De facto, essa situação e essa questão, que para nós, que para o Partido Socialista e para o Governo é um ponto de honra, é recordarmos o que disse o Presidente do Governo, Vasco Cordeiro, quando no dia 8 de março fez a entrega na Comissão Europeia de um documento sobre a política de coesão, que o PS e o Governo consideram fundamental no pós-2020.

Aqui realça-se uma vez mais a saúde como um fator de coesão.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, é verdade que nem sempre está tudo bem, que nem sempre corre como nós queremos. É verdade! Assumimos!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Estamos aqui para rever, estamos aqui para corrigir, estamos aqui para mudar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É isso que queremos fazer todos os dias e é isso que vamos continuar a fazer todos os dias, em prol da saúde de todas as açorianas e açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Começo exatamente por si, Sr. Deputado Domingos Cunha. Dizer-lhe o seguinte:

Antes de chegar a si, peço desculpa, fazia referência à intervenção da Sra. Secretária Regional e no tom que pôs na sua intervenção, apontando com certeza aquilo que discorda, mas também registando alguns dados que eu discordo. É essa matéria que nós devemos discutir com frontalidade e sem subterfúgios.

E referiu bem. Eu fui dali correto, disse o que tinha acontecido, disse onde tínhamos melhorado, mas também disse que era preciso mais. O tom da minha intervenção foi esse. Precisamos crescer, melhorar mais do que os outros, no abandono escolar, enfim, em todos aqueles fatores que eu ali disse, que não me furtei a vir dizer que não tínhamos evoluído. Eu não disse isso. Evoluímos, sim senhor, mas precisamos evoluir mais que os outros. É para isso que temos autonomia e é por isso que devemos evoluir.

Sr. Doutor Domingos Cunha, Sr. Deputado:

Eu não sei onde é que V. Exa. foi buscar esses números.

Deputado Domingos Cunha (PS): Fui buscá-los ao INE!

O Orador: E sobretudo eu queria referir uma expressão muito interessante que a Sra. Secretária falou: é que não estamos a falar de números, e como eu já disse várias vezes nesta Casa, os açorianos não são números. A Sra. Secretária aqui referiu: estamos a falar de pessoas.

Deputado Carlos Silva (PS): Quando lhe dá jeito!

O Orador: De pessoas que estão em lista de espera, de pessoas que sofrem numa lista de espera, de pessoas que sofrem de cancro, de pessoas que sofrem porque não conseguem concluir o ensino secundário, de pessoas que sofrem porque não têm dinheiro para alimentar os seus filhos e dependem da ação social escolar, etc., etc..

Mas eu tenho aqui, Sr. Deputado Domingos Cunha, o Programa Nacional de Doenças Oncológicas, recentemente publicado (não sei se V. Exa. tem, foi publicado o mês passado), e tem mortalidade padronizada por cancro, por todos os cancros.

Região Autónoma dos Açores, está em primeiro lugar, infelizmente, Sr. Deputado. O número não é meu. São pessoas que aqui estão (por todos os cancros; já lá vou). São pessoas, não são números.

Taxa de mortalidade por cancro da mama, Região Autónoma dos Açores (Sr. Deputado Domingos Cunha, tenha atenção) – primeiro lugar. Não é meu (isto é de 2017), o número é o mais atual e é do Programa Nacional das Doenças Oncológicas.

Região Autónoma dos Açores destacadíssima por cancro da mama. São pessoas, não são números. São pessoas que aqui estão, Sr. Deputado Domingos Cunha.

Mortalidade por cancro do colo do útero (repare só para isto, para a diferença; repare para isto!) – Açores, destacadíssimo.

Preocupa-me estas pessoas. São pessoas que aqui estão. São os últimos dados conhecidos de um estudo nacional que fizeram, porque nós deixámos de fazer estudos, infelizmente. Parece que vamos retomar, mas deixámos de ter estatísticas próprias na saúde e deixámos de nos conhecer. São pessoas que aqui estão.

Mas deixei propositadamente para o fim a taxa de mortalidade por cancro do pulmão.

Sr. Deputado Domingos Cunha, ali, outra vez no topo da tabela, Sr. Deputado. São pessoas que aqui estão.

E é a pergunta que quero fazer ao Sr. Presidente do Governo, que fiz dali de cima: como foi investimento o aumento dos impostos sobre o tabaco? E vou ler-lhe, Sr. Presidente do Governo, que julgo que aqui tenho, as suas declarações no Orçamento para 2016: “os Açores têm o mais favorável regime fiscal sobre o consumo do tabaco a nível nacional. O nosso entendimento é que é chegado o tempo de dar primazia à resolução do grave problema de saúde pública com que desde logo somos confrontados”, e onde V. Exa. referia a taxa mais alta, e bem, de cancro de pulmão.

Eu gostaria de saber como foi investido, e em que programas, o excedente, e quanto foi esse valor, Sr. Presidente? Já lhe perguntei e volto a questioná-lo: o aumento do imposto sobre o tabaco para atuar sobre as causas do cancro do pulmão, sobre o cancro do pulmão e sobre estes graves problemas de saúde pública, quanto foi, como foi investido e em que programas?

Deputado Carlos Silva (PS): Isso resolve-se num ano, não é, Sr. Deputado?

O Orador: Relativamente ao Sr. Deputado – não posso deixar, também pela consideração que lhe tenho – André Rodrigues, Sr. Deputado, mais uma vez não sou eu que invento as coisas. Estes números, o último lugar na coesão, é por acaso do Instituto Nacional de Estatística,...

Deputado Francisco César (PS): A União Europeia diz que não se deve considerar parte do relatório!

O Orador: ... e quem fez isto, por acaso foi em 2007 num Governo do célebre José Sócrates e dos Ministérios de José Sócrates, num âmbito de um protocolo celebrado entre o Instituto Nacional de Estatística, o Departamento de Perspetiva e Planeamento e Relações Internacionais do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, deu-se início a um projeto para a construção

de um índice sintético de desenvolvimento regional onde vem a coesão, a competitividade e isso tudo.

Deputado André Bradford (PS): Isso não faz com que o índice seja bom!

O Orador: Vamos aos fatores da coesão: o que é que conta para aferir à coesão, Sr. Deputado? Pelo menos para ficar esclarecido.

Olhe, em primeiro lugar, esperança de vida à nascença (percebeu?); em segundo lugar, médicos aos serviços dos centros de saúde por mil habitantes, farmácias e postos farmacêuticos móveis, pessoal docente por aluno matriculado no ensino superior, taxa de pré-escolarização, taxa bruta de escolarização do ensino secundário, ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem,...

Deputado André Rodrigues (PS): Por que é que deixou os outros dois atrás?

O Orador: ... valor médio das pensões do regime social de segurança social, índice de juventude, beneficiários do RSI, taxa de retenção do ensino básico, taxa de transição do ensino secundário, taxa de criminalidade contra pessoas, proporção de casamentos, taxa de fecundidade na adolescência.

Sr. Deputado, não fui eu que fiz estes índices. Eles estão cá todos. É o Rendimento Mínimo, é a esperança de vida, é a morte.

Deputado André Bradford (PS): E o resto?

O Orador: Estão cá todos. É a falta de médicos, é a falta de farmácias e isto é transversal a qualquer Região, Sr. Deputado.

Isso devia envergonhá-lo e ao Partido Socialista. Os senhores é que deviam estar envergonhadíssimos. O último lugar na coesão, ao fim de 22 anos. Isso é que é vergonhoso. Vinte e dois anos e não serviu para vivermos mais que os outros. Essa é que é a verdade.

Deputado André Rodrigues (PS): O senhor foi seletivo na escolha dos índices!

O Orador: Sr. Deputado Domingos Cunha, permita-me ainda que lhe diga uma coisa: é que na esperança de vida, os outros evoluíram tanto como nós. Todas as

outras regiões evoluíram tanto como nós e nós estávamos atrás e o que é certo, Sr. Deputado, é que nós vivemos hoje menos três anos que um continental e não queira fazer a coisa em comparação a algum país europeu, porque também lhe faço.

Mas há ainda outro estudo da OCDE que diz que a nível da educação os Açores estão em último lugar. Não sou eu que digo, é a OCDE, e que diz também que a nível da participação cívica, que aqui o Sr. Deputado João Corvelo referiu e bem, na pressão que se faz sobre as instituições, sobre as pessoas, etc., etc., estamos em último lugar. Não sou eu que digo é a OCDE, Sr. Deputado, e por aí fora.

Portanto, são pessoas que estão em causa e são pessoas que se dizem.

Agora é preciso saber, Sra. Secretária Regional, porque não me respondeu, e eu gostaria também que me respondesse, o longo *Lifelong learning*, a formação ao longo da vida, os Açores foi a Região que menos cresceu, apenas 12 pontos percentuais. Os senhores que tanto se gabam da aprendizagem de adultos, etc.. Como explica que apenas tenha sido isso?

Por que é que somos a Região que apenas 60% fala uma segunda língua?

Estamos nos últimos lugares, também não vos preocupa?

Portanto, Sra. Secretária, na coesão estamos em último lugar, os números estão mais que provados e justificados.

Eu não vim aqui fazer o número de Apocalipse. É da realidade que me preocupa e a todos os açorianos.

Como disse a Sra. Deputada Renata Correia Botelho, nós já demos vários contributos (vários contributos!) e estamos dispostos a dar,...

Deputado Francisco César (PS): Então afinal há autonomia!

O Orador: ... queriam os senhores aceitar,...

Deputado André Bradford (PS): E aceitamos!

O Orador: ... e apenas não chumbar todas as propostas que aqui são apresentadas.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Dá-me licença? Posso continuar? Muito obrigado.

Não fazemos só críticas, Sr. Deputado. Já demos contributos e a Sra. Deputada Renata Correia Botelho referiu e bem alguns. Olhe, o COMPAMID, o CEDO, o CIRURGE. Enfim... Tudo porque nos preocupava.

Agora, percebemos que há uma evolução. Nunca disse que não havia e o VALE SAÚDE, primeiro, há uns anos, e em outras áreas, Sr. Deputado.

Portanto, não é a política destrutiva. Queremos mais e queremos melhor.

Deputado André Bradford (PS): E nós também!

O Orador: E isso não é mau para a oposição. Isso é bom para a oposição, exigir do Governo mais e melhor.

Deputado André Bradford (PS): Mas com razoabilidade!

O Orador: Com razoabilidade, Sr. Deputado. Agora não pode ser com morosidade, como tem acontecido ao fim de 22 anos, estarmos no último lugar ao nível da coesão, com os indicadores que eu aqui disse, com os indicadores que eu aqui li...

Deputado André Bradford (PS): Há mais que o senhor não leu!

Deputado André Rodrigues (PS): Leu alguns!

O Orador: ... e que são do Instituto Nacional de Estatística e que qualquer estatística serve.

Mas reitero a pergunta: quero saber, relativamente aos impostos sobre o tabaco, quanto foi arrecadado, onde foi investido e em que programas?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Deputado André Rodrigues (PS): Está na conta de 2017!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não era para intervir neste debate, mas não queria deixar passar aquilo que se pretende instituir como um novo paradigma: a média do tempo de espera dos doentes para uma cirurgia.

Sr. Secretário Regional, reconhecendo o esforço que o Governo está a fazer no sentido de em tempo adicional operar mais doentes, quer através da medida inicial limitada a 25%, depois expandida a 50% da produção adicional e do CIRURGE, que não é mais nem menos do que uma produção adicional, com uma diferença, feita ao fim-de-semana com um financiamento direto do Governo, ao passo que a produção adicional, até então em vigor, é à mesma um serviço cirúrgico fora do horário normal de trabalho, mas que advém do orçamento dos hospital.

Portanto, queria congratular-me, em nome do PSD com isso, até porque foi o PSD que, em primeiro lugar, defendeu a produção adicional de cirurgia, contra opiniões expressas aqui, nesta Casa e fora desta Casa, de forma muito veemente. Felizmente o tempo veio dar-nos razão.

Sublinhando esse esforço queria dizer-lhe, Sr. Secretário, que não é sério, não é correto (não é correto!), somarmos ou adicionarmos doentes que estão há espera há cinco anos com doentes que entram na urgência com uma fratura do colo do fêmur e que têm necessariamente que ser operados cinco dias depois (somarmos doentes há 1500 dias à espera), com outros que, por via da sua indicação clínica, têm de ser operados cinco dias depois e depois o senhor vir aqui dizer que afinal o tempo médio de espera é de 600 dias. Isso não é correto! Eu não posso deixar, em nome do PSD, passar essa incorreção.

O que o Governo tem que fazer, e aquilo que se comprometeu a fazer, é publicar ou tornar publicável aquilo que consta na legislação: publicar a

listagem integral dos doentes que estão em espera, reconhecer os direitos dos doentes, uma vez ultrapassado o seu tempo máximo de resposta garantida, conferir-lhes um cheque para serem operados onde muito bem entenderem, e é isso que os senhores não fazem.

Isso serviu para o PS e o Governo fazerem *show-off* antes das eleições. Agora serve ao contrário: para deixar as pessoas à espera, miseravelmente à espera, cinco, seis anos para serem operadas.

Portanto, não é correto, Sr. Secretário Regional, adicionar quem tem que ser operado em cinco dias com quem está há 600 dias à espera e depois dividir por dois. Calcule a mediana, Sr. Secretário Regional. O senhor tem boa formação académica para diferenciar aquilo que é uma média de uma mediana.

Aconselho-o a calcular a mediana dos doentes em espera, que é aquilo que se faz a nível nacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Uma segunda pergunta, Sr. Secretário Regional: para quando a contratação de novos enfermeiros para as Unidades de Saúde da Região, nomeadamente para o Hospital de Ponta Delgada? Tem sido uma reivindicação feita pela Ordem dos Enfermeiros, pela população em geral, pelos partidos da oposição. São um fator limitador à prestação de cuidados de saúde.

Para quando a contratação dos recém especialistas para os quadros do Serviço Regional de Saúde?

Um parenteses só, Sr. Deputado Domingos Cunha: infelizmente não se está a escolher os Açores apenas e só pela qualidade do Serviço Regional de Saúde, porque naturalmente o terá em muito das suas valências, mas porque infelizmente, devido às políticas erradas que foram seguidas a nível nacional, o número de candidatos a entrar numa especialidade é muito superior ao número de vagas abertas para essas especialidades. Portanto, as pessoas também vêm para aqui, por esse motivo, fazer a sua especialização.

E aconselho-o a consultar a lista de escolha dos candidatos deste ano e logo verá, salvo raras exceções, que os menos bem classificados aí estão a entrar.

Muito obrigado.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Isso fica-lhe muito mal, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Domingos Cunha inscreve-se para participar no debate? Muito bem!

Tem então agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para responder à intervenção do Sr. Deputado André Rodrigues. Falou em acessibilidades. É impressionante, dizia V. Exa. que tinha muito cuidado com a seleção que fazia.

Eu acho impressionante que a sua seleção não tenha, em termos de acessibilidades, aquilo que é a notícia mais relevante dos últimos dias, que é o prejuízo brutal que a SATA apresentou, ou seja, 41 milhões de euros, que o Governo Regional dos Açores fez tudo para esconder à Comissão de Inquérito...

Deputado Carlos Silva (PS): No que toca a esconder, já vimos quem é que está a esconder!

O Orador: ... e que o Partido Socialista fez tudo para esconder à sociedade açoriana.

Mas cá está, a notícia chegou. E a notícia soma 41 milhões de euros de prejuízo.

Veja-se bem, o Sr. Presidente do Governo Regional tem uma célebre frase de há dois anos: “alcançado pelo melhor dos melhores”. O melhor dos melhores foi quem alcançou estes 41 milhões de euros que significou uma subida fantástica em relação aos resultados já muito maus do ano passado.

Eu pensava que a sua seleção, Sr. Deputado André Rodrigues, fizesse uma referência a este assunto. Sabe porquê? Porque a SATA é uma empresa estratégica, é uma empresa importantíssima, quer em termos de garantir a acessibilidade dos residentes, quer também para um setor que é fundamental, é um setor do futuro, que é o setor do turismo.

V. Exa., na sua seleção, esqueceu-se de referenciar a preservação deste importante património, que o Sr. Presidente do Governo Regional, como primeiro responsável, está a hipotecar, está a conseguir destruir. A destruição da SATA, desde que o Sr. Presidente do Governo Regional assumiu funções como Secretário da Economia e depois como Presidente do Governo Regional, é impressionante.

É uma responsabilidade política que eu aqui, no âmbito desta intervenção, lhe quero imputar diretamente. Estes 41 milhões de euros não são da responsabilidade direta do Sr. Doutor Paulo Meneses, estes 41 milhões de euros são da responsabilidade do Sr. Presidente do Governo Regional Vasco Cordeiro que contratou o melhor dos melhores.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já aqui foi referido bastas vezes o Rendimento Social de Inserção e os seus beneficiários.

Nós, Bloco de Esquerda, nunca alimentámos qualquer preconceito contra os beneficiários do Rendimento Social e muito menos colocámos em causa a existência deste rendimento, desta prestação social.

Nós consideramos que é um apoio social extremamente importante e não é com certeza um incentivo à malandragem, um incentivo a não aceitar emprego como bastas vezes temos ouvido por parte de alguns partidos políticos.

Ora, e é por aí mesmo que gostaria de começar, porque nos Açores a grande expressão do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção esconde uma outra realidade, que não tem nada a ver com malandragem, nem com preguiça. São pessoas que trabalham, só que têm um rendimento tão baixo proveniente do seu trabalho, que tem que ser complementado por esta prestação social. Isso deverá considerado e relevado.

E por que é que isso acontece? Por que é que o Rendimento Social de Inserção nos Açores – claro que não é só nos Açores, é também no Continente e na Madeira, funciona como uma espécie de complemento para baixos rendimentos provenientes do trabalho?

Porque vivemos numa Região que a somar ao desemprego tem outro problema que esse, sim, é um problema endémico e que deverá ser de certa forma acautelado e deverá ser uma prioridade para todos nós, que é o combate à precariedade.

O Sr. Presidente do Governo Regional, há relativamente pouco tempo, considerou que o combate à precariedade devia ser um desígnio regional.

Nós não podíamos concordar mais com o Sr. Presidente do Governo Regional. Por isso mesmo é que apresentámos já nesta Casa uma proposta para garantir que todas aquelas empresas que recebem financiamento público deverão, em contrapartida, garantir que 75% do seu pessoal deverá estar contratado com contratos por tempo indeterminado e por isso mesmo fazendo parte do quadro da empresa e dessa forma estaríamos a contrariar os índices de precariedade se adotarmos esta medida.

Além do mais, nós anunciámos há pouco tempo que iríamos apresentar também nesta Casa uma adaptação à Região do PREVPAP.

É claro que não temos grandes expectativas quanto à posição do Partido Socialista, porque já por bastas vezes também tiveram a possibilidade de aprovar esta medida, não só nesta Assembleia, não só na Administração Pública Autónoma, mas infelizmente também na aplicação do PREVPAP também nas autarquias, decorrente da legislação da República, e também tivemos notícia, infelizmente, de muitos autarcas socialista que simplesmente preferem fazer de conta que nenhum dos seus beneficiários de programas ocupacionais a prestar serviços, quer nas suas autarquias, quer nos serviços dependentes, estão a corresponder a necessidades permanentes e recusam-se a sequer iniciar o processo de regularização destes precários.

A questão que tenho a colocar é simples:

O Governo Regional contemplará outras medidas que não se limitem a atribuir apoios para a realização de estágios ou para a contratação a termo e posteriormente para, na realidade, pagar às empresas para cumprirem o estipulado na lei, ou seja, de contratar a mão-de-obra que realmente precisam com contratos por tempo indeterminado.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Chegamos quase à reta final desta primeira parte do debate...

Deputado Francisco César (PS): Primeira parte?

A Oradora: ... e respondendo ao Sr. Deputado André Rodrigues que falou do PIB per capita da Região e criticou a seleção que a oposição decidiu trazer aqui relativamente aos indicadores sociais, mas que curiosamente, vou voltar a repetir, não são dados da oposição, mas esqueceu-se de dizer que o PIB da Região afasta-se daquilo que foi estipulado, por exemplo, da Estratégia 2020.

Ou seja, partimos dos 71%. A meta estará nos 80/85, mas a Região mantém-se nos 70.

Deputados Carlos Silva e Francisco César (PS): Isso é o quê, Sra. Deputada?

A Oradora: O que aqui se deduz, e relembrando as palavras do Sr. Vice-Presidente no início do mês quando diz que a Região já aprovou 68% das verbas disponíveis do atual Quadro Comunitário, é que é fácil gastar dinheiro, o difícil é executar políticas verdadeiramente estruturantes para a Região.

Portanto, neste âmbito, o que eu gostaria de questionar o Governo a nível da execução do atual Quadro Comunitário, relativamente ao eixo 9, era que nos falasse da execução a nível da reorganização e do alargamento da Rede Regional de Cuidados Continuados, o que é que está executado? E nos falasse também na implementação dos cuidados paliativos, qual é o nível de execução desta medida? E da promoção da saúde no contexto escolar. Gostaria que aqui fosse dito qual é o nível de execução destas medidas?

Lamentavelmente também, e do discurso que fiz da tribuna, fiz algumas perguntas à Sra. Secretária, ainda não nos falou do caminho que nos trouxe até aqui...

Deputado Carlos Silva (PS): Também não nos respondeu!

A Oradora: ... e dos dados que aqui discutimos.

Também não me respondeu quando é que iria apresentar o Plano Bianual da Estratégia...

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora é que não respondeu!

A Oradora: ... Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, não nos disse como é que será feita a avaliação do impacto das medidas ao nível do terreno, e não se disponibilizou para facultar os pareceres de todos os contributos que foram dados.

Eu gostaria que a Sra. Secretária nos respondesse a estas perguntas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e eu, pessoalmente, nunca pensei ouvir aquilo que o senhor afirmou agora há pouco tempo.

Quero dizer-lhe com toda a frontalidade e apelando à sua honestidade intelectual, política e profissional, o seguinte:

O Partido Socialista e o seu Grupo Parlamentar não têm qualquer reserva, não têm qualquer preconceito contra os novos médicos que tiveram notas mais baixas...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... no exame de admissão.

Sabe o Sr. Deputado, como alguns que aqui estão, que há fatores e há situações múltiplas que muitas vezes acabam por influenciar esses resultados e não é por isso que eles são menos competentes,...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... que são menos empenhados e que tenham mais vontade de vir para o Serviço Regional de Saúde...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e continuar a sua carreira e a sua formação específica.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Em segundo lugar, também não pensava ouvir aqui, ao fazer essas afirmações, que o Sr. Deputado (e que não quero pensar isso) esteja a passar um atestado de menoridade aos médicos seniores que temos no Serviço Regional de Saúde, que vão recebendo os seus serviços e que vão dar formação a esses profissionais que tiveram menos notas. Eu não quero acreditar isso! Mas não posso deixar, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista de fazer esta referência e de dizer claramente que condenamos esta sua visão e esta sua opinião.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Luís Maurício pede a palavra para?

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Para um protesto, Sra. Presidente.

Deputado José San-Bento (PS): Protesto contra si próprio!

Presidente: Um protesto a?

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Relativamente às afirmações do Sr. Deputado Domingos Cunha, segundo as quais colocou na minha intervenção um entendimento segundo o qual eu estava a marginalizar médicos no Serviço Regional de Saúde.

Presidente: Tem a palavra a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desculpe-me, Sr. Deputado Domingos Cunha, com a mesma consideração que naturalmente tenho por si, dizer-lhe que a sua intervenção foi absolutamente demagógica.

Deputado Domingos Cunha (PS): Demagógica?

O Orador: O senhor colocou na minha boca coisas que eu não disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Disse!

Deputado Carlos Silva (PS): Ficou registado, Sr. Deputado!

O Orador: O que eu disse neste debate, o que eu disse na minha intervenção, foi que a vinda de médicos para a Região tinha a ver, para além da qualidade de muitas das valências que o Serviço Regional de Saúde tem (está no Diário das Sessões)...

Deputado José San-Bento (PS): Essa parte não disse!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sr. Deputado, seja verdadeiro!

Eu disse isso! Disse que para além da muita qualidade de muitas valências que o Serviço Regional de Saúde tinha, a realidade de hoje não é a realidade de há uns anos atrás.

Infelizmente o número de candidatos às vagas de especialidade é muito superior ao número das vagas que são facultadas para formação e que naturalmente muitos daqueles que vêm para os Açores não é por uma fixação especial ou por um estímulo especial à fixação, é porque naturalmente têm que aproveitar aquilo que são as vagas que estão disponíveis.

Deputado Mónica Seidi (PSD): Senão não têm vaga!

Deputado José San-Bento (PS): Não foi isso que disse!

Presidente: Sras. e Srs. Deputado...

O Orador: Senão não têm vaga e ficam no desemprego.

Foi isso que eu disse, Sr. Deputado. E é demagógico aquilo que o senhor afirmou a meu respeito.

Deputado José San-Bento (PS): Grande cambalhota, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, eu não pus na sua boca nada daquilo que o senhor não tenha afirmado aqui.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não pus nada!

O senhor foi claro até dizendo: veja a lista dos médicos e a classificação deles...

Deputado Luís Maurício (PSD): Foram para o desemprego!

O Orador: ... que correm para os Açores. Foi o que o senhor disse.

O que é que o senhor quer insinuar com isso? O senhor insinua com isso o quê?

Sr. Deputado Luís Maurício, vamos ser claros e objetivos.

Eu disse no início da minha intervenção e apelei à sua integridade, ao respeito e à consideração que tenho por si, mas não posso concordar, nem o Grupo Parlamentar, com essa afirmação.

Volto a dizer: todos nós sabemos as circunstâncias em que essas coisas acontecem e também sabemos que a nível nacional baixou o número de vagas para as especialidades. Todos nós sabemos isso, e não quer dizer que um médico que faz um teste, que tem menos valor, vai vir para a Região.

Só porque tem menos valor, a Região oferece-lhe aquela vaga? Não é! Também é por opção. Pode ter opção pessoal, pode ter opção familiar, pode querer fixar-se e recorrer aos incentivos que a Região tem.

Não é isso que está em causa e não podemos pôr em causa...

Deputado Luís Maurício (PSD): Ninguém pôs em causa!

O Orador: ... a qualidade destes profissionais só porque eles tiveram um valor inferior no seu exame de admissão.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O debate continuará da parte da tarde. O Sr. Secretário da Mesa vai informar os tempos restantes.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 9 minutos e 5 segundos, o Partido Socialista de 8 minutos e 13 segundos, o PSD de 33 segundos, o CDS de 9 minutos e 26 segundos, o Bloco de Esquerda de 2 minutos e 42 segundos, o PCP de 2 minutos e 59 segundos e o PPM de 4 minutos e 15 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos então às 15h00.

Eram 13 horas e 02 minutos.

(Após o intervalo a Deputada Graça Silva voltou a ocupar o lugar de Secretária na Mesa)

Presidente: Boa tarde Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Vamos dar continuidade ao debate. Peço por isso que ocupem os vossos lugares.

Está inscrita e dou a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Depois de ouvir as declarações e a intervenção do Sr. Deputado André Rodrigues não pude deixar de ficar aqui um bocadinho baralhada, no sentido em que na sua intervenção vem aqui vangloriar-se das acessibilidades nos Açores. E como São Jorge faz parte e é uma das ilhas das Açores, não pude deixar de ficar perplexa.

Vem vangloriar-se desta situação das acessibilidades, quando em São Jorge este é um dos grandes problemas com que nos deparamos.

Entretanto, também é curioso, porque aquando das Jornadas do CDS agora no mês de julho em São Jorge, numa nota de imprensa do Partido Socialista, o Sr. Deputado André Rodrigues não percebia o porquê de estarmos a reivindicarmos obras noutras ilhas, aquando da visita da rampa “Ro-Ro” na Calheta.

Pois bem, Sr. Deputado, eu quero dizer-lhe que eu acredito que os jorgenses percebiam o porquê da reivindicação do CDS da rampa em Angra do Heroísmo, pois nada servirá a da Calheta sem a de Angra do Heroísmo.

Eu julgo é que os jorgenses não perceberão certamente é como é que o senhor vem aqui defender acessibilidades, quando temos neste momento os empresários na Ilha de São Jorge, nomeadamente no alojamento, relativamente no que se refere aos transportes aéreos, de mãos à cabeça, porque eles, sim, fizeram, o investimento necessário, deram a resposta necessária, fizeram o esforço que é possível para terem alojamentos com bastante qualidade, e a verdade é que neste momento, derivado aos transportes, nomeadamente aéreos,

o caos em que se encontra os voos, com cancelamentos por greves, em que os passageiros são reencaminhados, são reacomodados, e muitos dos turistas acabam por cancelar a sua estadia na Ilha de São Jorge porque não é conveniente, porque são poucos dias e têm cancelado sucessivamente, temos empresários na Ilha de São Jorge a ser altamente penalizados por esta situação das acessibilidades que o senhor acabou de vangloriar-se.

Deputado Miguel Costa (PS): Não é verdade!

A Oradora: Mas mais, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado também vem afirmar que a ATLANTICOLINE está preparada para os desafios do futuro.

Deputado Carlos Silva (PS): E a greve, Sra. Deputada?

A Oradora: Pois bem se vê. Basta olharmos para este verão, em relação à ATLANTICOLINE, os prejuízos que se têm sentido, nomeadamente na Ilha de São Jorge, a verdade é que já na altura das festividades, que é uma altura que muitos empresários, nas diversas áreas, estão a aguardar o ano todo, porque realmente é um contributo importante o movimento e as pessoas que entram naquela ilha, e que já durante as festividades que ocorreram na nossa ilha, todos nos deparamos com um decréscimo e sabemos os constrangimentos que têm ocorrido derivado à tal ATLANTICOLINE que o senhor diz que está preparada para o futuro.

Queria só dizer-lhe uma coisa: é que os jorgenses, realmente, tenho a certeza que devem perceber nós estarmos a reivindicar a rampa “Ro-Ro” em Angra do Heroísmo. Agora não devem perceber muito bem, é como é que o senhor neste momento, na situação que temos em São Jorge vem defender aqui as acessibilidades como se estivesse tudo muito bem. Isso certamente é que eles não devem compreender.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho algumas questões a colocar ao Sr. Presidente do Governo que têm a ver com a nossa relação com a República e com projetos, digamos, de interesse comum.

Para quando o início das obras para a construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada? Tem notícias sobre isso?

Estamos há dois anos a aguardar pela instalação do novo Radar Meteorológico na Serra de Santa Bárbara. O Sr. Presidente tem notícias sobre isso?

Há esforços junto do Governo da República para se instalar na Região, finalmente, um Centro Tutelar Educativo?

Para quando, na Região, duas tripulações para atender às missões de busca e salvamento na nossa ZEE?

Como o Governo Regional reage perante uma Ministra do Mar que reafirma não prescindir da atual Lei de Bases do Ordenamento Marítimo com todo o prejuízo que isso acarreta para que a Região adquira um papel mais preponderante na gestão do seu próprio mar?

Resumindo: mantém o Governo Regional a posição de que este Governo da República é e foi o melhor Governo da República de sempre para a Região?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não te metas nisto, André, não vai acabar bem!

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de registar que o Sr. Deputado Artur Lima quando iniciou este debate, nesta Casa, fez uma visão política, económica e social calamitosa.

O Partido Socialista e o Governo, após debate, após reflexão e dizendo aquilo que está bem feito, aquilo que ainda pretende melhorar na sua governação, fez com que o Sr. Deputado Artur Lima mudasse de opinião e na sua última intervenção já reconheceu que houve melhorias em praticamente todos os indicadores, mas que quer mais e melhor para os Açores.

Muito bem, Sr. Deputado! Bem-vindo! Nós também queremos mais e melhor para os Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não parece!

O Orador: Peço imensa desculpa, mas nas intervenções dos Deputados do Partido Socialista todos eles disseram que registavam também resultados positivos do ponto de vista económico, da agricultura, etc., em diversos setores, mas também registavam que ainda estávamos aquém em muitos indicadores que gostaríamos que fossem melhorados.

Também dissemos que queremos continuar a alterar aquilo que deve ser alterado, manter aquilo que deve ser mantido e criar novas respostas face aos novos desafios. Foi exatamente isso que o Partido Socialista disse neste debate, com o objetivo de sermos uma melhor Região, mais competitiva, mais inclusiva,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é isso que diz os números!

O Orador: ... mais coesa e mais sustentável.

Sr. Deputado, é interessante que quando o senhor também referiu os vários indicadores daquele estudo que a Comissão Europeia diz que não deve ser tido em conta para as Regiões Ultraperiféricas, também selecionou os índices que deveriam dizer nesta Casa.

Por exemplo, esqueceu-se de dizer o indicador em que diz que a Região Autónoma dos Açores deve ser mais ou menos coesa consoante a proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira. Esse por acaso ficou de fora.

Deputado José San-Bento (PS): O que é que o senhor tem contra o casamento?

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma discriminação, Sr. Deputado!

O Orador: Se o senhor acha que este tipo de índices faz sentido para qualificar o grau de coesão da Região, e compará-la com outras, nós achamos que não, que não faz sentido esse índice e foi isso que foi dito por mim, Sr. Deputado.

Por fim, Sr. Deputada Catarina Cabeceiras, pode perceber ou não perceber aquilo que é dito pelo Partido Socialista, mas uma coisa é inequívoca, nos últimos cinco anos São Jorge cresceu 50% nos passageiros desembarcados...

Deputado José San-Bento (PS): Verdade nua e crua!

O Orador: ... na Ilha de São de Jorge por via aérea, e cresceu 49% por transportes marítimos desembarcados em São Jorge.

Do ponto de vista do transporte marítimo, fomos só a ilha que cresceu mais no todo regional.

Relativamente à ATLANTICOLINE esta preparada para o futuro, sim senhor, e essas declarações foram ditas após a audição do Presidente do Conselho de Administração da ATLANTICOLINE onde ele referiu que já tinha adjudicado a aquisição do novo navio para substituir o Mestre Simã ...

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

O Orador: ... e esse, sim, vai vir trazer normalidade à operação com benefícios para ...

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor acredita nisso?

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

O Orador: ... toda a Região Autónoma dos Açores, bem como a construção de um novo navio de 110 metros pode trazer um grande contributo para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Só para lhe fazer uma pergunta de forma muito direta, Sr. Deputado André Rodrigues:

O que está então a dizer e o que podemos concluir é que o senhor está então satisfeito com as acessibilidades que temos para a Ilha de São Jorge neste momento?

Muito obrigada.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Eu não te disse que isto não ia acabar bem, André?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS)**: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. Secretárias, Srs. Secretários:

Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Para solicitar que solicitasse aos serviços da Assembleia que transcrevessem na íntegra o teor das declarações do Sr. Deputado Luís Maurício no decurso do teor do protesto que aqui fez para que todos fiquemos com a noção daquilo que foi dito.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Será requerido aos serviços.

Sras. e Srs. Deputados, de momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima para participar no debate, certo? Tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para lembrar, naturalmente, que fiz uma pergunta ao Sr. Presidente do Governo e estou só a aguardar que o Sr. Presidente me responda, se achar pertinente, para depois participar no debate.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para ressaltar que fiz várias perguntas na minha intervenção às quais a Sra. Secretária, nem nenhum dos Membros do Governo respondeu e eu gostava que essa situação fosse esclarecida.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Informo que o PSD esgotou o seu tempo para participar neste debate.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para participar neste debate e para responder também às questões que me foram colocadas, quer pelo Sr. Deputado Artur Lima, quer pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, pedindo desculpa, naturalmente, se alguma ficar por responder, tendo em conta questões de tempo, mas certamente outras oportunidades existirão para esclarecer.

Sr. Deputado Artur Lima, em 2017 face a 2016, as receitas do imposto sobre o tabaco tiveram um crescimento de 7 milhões e 400 mil euros.

O destino desse dinheiro foi para reforçar o financiamento do Serviço Regional de Saúde. O destino desse dinheiro foi parte do reforço do financiamento do Serviço Regional de Saúde, uma vez que o total desse reforço foi de 9 milhões de euros. Portanto, ultrapassou em bastante aquelas que foram as receitas de acréscimo desse imposto.

Mas eu gostava de realçar aqui que as razões pelas quais foi decidido esse aumento de imposto foi, conforme tive oportunidade de referir no encerramento dos debates sobre o Programa do Governo, uma vez que de acordo com a própria Organização Mundial de Saúde, a forma mais eficiente, mais eficaz de combater o consumo do tabaco é exatamente o aumento da sua taxaço.

Sr. Deputado Paulo Mendes, em relação ao Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, há declarações públicas da Sra. Ministra da Justiça que dão conta que dentro em breve, ainda este ano, iniciar-se-ã os trabalhos da primeira fase...

Deputado Luís Maurício (*PSD*): É já a seguir!

O Orador: ... de construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada.

Portanto, o Governo Regional cedeu um terreno, há trabalho que está a ser feito neste momento do ponto de vista técnico e nós acreditamos que essas obras

avançarão naquilo que tem a ver com a primeira fase e com a segunda fase, o mais brevemente possível.

Relativamente à questão do mar, julgo que a proposta que o Governo Regional apresentou nesta Assembleia é bem elucidativa daquilo que o Governo Regional pensa sobre esta matéria.

Relativamente ao Centro Tutelar Educativo, há um passo que nós consideramos positivo e que é dado com aquilo que é designado também a nível nacional com as Casas de Autonomia. Julgamos que isso pode ser um bom contributo para iniciar a abordagem a este problema.

Precisamos sobretudo de ver, em função da sua entrada em funcionamento, a forma como isso tem a capacidade de responder efetivamente àqueles que são os desafios que nesse âmbito se colocam.

Sras. e Srs. Deputados, houve um aspeto que neste debate foi salientado por diversas vezes e que tem a ver com os 20 anos da governação do Partido Socialista.

O Sr. Deputado Artur Lima, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, fizeram referência a esse aspeto, curiosamente esquecendo-se um e outro que no caso do Sr. Deputado Artur Lima ele já era líder partidário antes de eu ser Presidente do Governo, já lá vão uns mimosos 11 anos, e no caso do Sr. Deputado Paulo Estêvão também uns viçosos 18 anos, em que é líder do partido.

No caso do Sr. Deputado Paulo Estêvão, antes mesmo de eu ser Membro do Governo, já o Sr. Deputado Paulo Estêvão era líder do PPM.

Em toda esta questão há, na minha leitura, um problema que me parece sério: é que da forma como se referem às sucessivas vitórias do Partido Socialista e à confiança maioritária que tem merecido da parte dos açorianos, o que faz reçar é que o vosso problema não é com o PS. O vosso problema é com o povo açoriano.

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

Deputado José San-Bento (PS): Ora aí está! Dissolva-se o povo!

O Orador: O vosso problema é com o povo açoriano! E há algo de mais dramático nessa acusação.

Vamos por momentos tomar como suficiente, para um exercício hipotético à volta deste assunto, esta questão dos 20 anos, esta questão das sucessivas vitórias do Partido Socialista, e se pode dizer, e diz certamente muito, quanto à capacidade, à competência e qualidade da governação do Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas na exata medida diz muito mais quanto à qualidade da oposição que nós temos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há dois assuntos que nesse âmbito, num debate que me parece muito importante e que foi suscitado por iniciativa do CDS-PP, da realidade política, económica e social da nossa Região, há dois aspetos em relação à componente política, que noutras circunstâncias, não propriamente aqui, têm sido aventados por diversos intervenientes.

Tem a ver com a afirmação que por vezes vejo repetida de que a Autonomia falhou.

Eu discordo em absoluto dessa perspetiva. A Autonomia, as Autonomias Regionais e, por conseguinte, também a Autonomia Açoriana, é uma das grandes histórias de sucesso do Portugal Democrático.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E o Partido Socialista, naturalmente, como partido que sustenta este Governo também, tem um grande orgulho, não apenas na sua quota parte de trabalho e de esforço para fazer desta uma história de sucesso, mas sobretudo pelo contributo que deu em 1976 para que fosse consagrada a Autonomia das Regiões Autónomas na Constituição da República.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas este discurso tem um problema mais grave e tem um perigo maior. É que qualquer dia essa moda de dizer que a Autonomia falhou pega a nível nacional e então aí é que teremos verdadeiramente um problema.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: A segunda ideia tem a ver com a afirmação de que o modelo de desenvolvimento económico dos Açores falhou.

Também repudio (também repudio!) e discordo em absoluto. Este é o modelo de desenvolvimento económico, de atenção e de concretização de investimento público em todas as ilhas da nossa Região, de apoio público ao investimento privado, de parcerias com instituições na área cultural, na área social, na área desportiva, que permitiu e que permite os grandes crescimentos, as grandes mudanças qualitativas, sobretudo, que a nossa Região teve ao longo de 40 anos

da nossa Autonomia: na educação, na saúde, na economia, na agricultura, nas pescas,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não teve mais que os outros!

O Orador: ... no turismo, nos mais variados setores.

Mas mais. Este é o modelo económico que permitiu que sobretudo nos anos de chumbo, nos recentes anos de chumbo, fizesse com que a Região tivesse uma *performance* do ponto de vista económico e social melhor do que outras regiões no país.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este é o modelo de desenvolvimento económico que permite que nos últimos 15 anos de que há dados oficiais, a Região Autónoma dos Açores tenha sido a única região do país que convergiu com as médias europeias de desenvolvimento.

Deputados Carlos Silva e José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Isso diz muito. Eu sei. Eu tenho consciência, porque também ouço, que algumas “cigarras”, não aqui nesta Assembleia, ou não apenas aqui nesta Assembleia, que gostam muito de arvorar a importância da iniciativa privada, aquilo que quase consideram ser um empecilho de um Governo, de um Governo que bem pelo contrário é garante e fator de coesão e de convergência entre todas as ilhas da nossa Região, quando afeta investimento público que permite que todas as ilhas tenham portos, que todas as ilhas tenham aeroportos, que todas as ilhas tenham escolas,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: ... que todas as ilhas tenham centros de saúde, que todas as ilhas tenham até algum tratamento privilegiado do ponto de vista do apoio ao investimento privado.

Deputados André Bradford e José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é um dos aspetos que com toda a legitimidade que qualquer um pode ter para defender modelos diferentes, modelos mais liberais ou menos liberais, mas esse é um dos aspetos que não podemos afastar de uma análise que se quer séria, fundada e cuidada do estado da nossa Região.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente, pela sua resposta, mas Sr. Presidente vou lhe ler as suas declarações: “Os Açores têm o mais favorável regime fiscal sobre o consumo de tabaco a nível nacional, os Açores têm a mais elevada taxa de consumo de tabaco do nosso país, os Açores têm a mais elevada taxa de incidência e taxa de mortalidade por cancro do pulmão a nível nacional, no caso da taxa de mortalidade ela é praticamente o dobro da nacional. O nosso entendimento é que é chegado o tempo de dar primazia [primazia!] à resolução do grave problema de saúde pública com que desde logo, neste domínio, estamos confrontados.” Falhou, Sr. Presidente!

Se o dinheiro que o senhor arrecadou a mais nos impostos era prioritariamente para ser investido nisto e não foi e, portanto, o dinheiro estava consignado para isto e o senhor não o usou para isto, o senhor usou o dinheiro para o Serviço Regional de Saúde de uma maneira geral e não para combater o tabagismo e a incidência do cancro do pulmão. Falhou, Sr. Presidente!

Vamos agora à questão política e à questão da autonomia que o modelo está a falhar. Está, sim senhor, Sr. Presidente!

O primeiro a reconhecer isso foi V. Exa. e o seu Governo aqui ontem, quando disseram que vão aplicar nos Açores aquilo que se aplica no continente. Os senhores é que falharam relativamente à autonomia e estão à espera da autonomia do continente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Mas, Sr. Presidente, sou Presidente do CDS efetivamente há 11 anos, mas quando eu para cá vim o senhor já andava cá há 11. Essa é que é a diferença. O senhor já andava na política há 11 anos quando eu vim para cá e, portanto, ainda tem 11 anos há minha frente até o apanhar.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Quando o senhor veio para cá?

O Orador: Sim, senhor. Quando o senhor veio para a política. O senhor veio para a política em 96, o senhor entrou para a política em 96.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Quando é que o senhor veio para cá?

O Orador: 2006. Houve eleições regionais em 2008 e, portanto, o senhor já cá estava, Sr. Presidente. A sua graçola não colhe.

E mais, Sr. Presidente! Devo-lhe dizer outra coisa: é que enquanto líder do CDS eu sempre fiz oposição, o senhor enquanto Presidente do Governo nem sempre governou e sabe porquê?

Porque falhou na saúde, porque falhou nos transportes, nos transportes aéreos, nos transporte marítimos.

Sabe, Sr. Presidente, porque prometeu coisas que não fez, porque desiludiu os açorianos e sabe porque é que ganha eleições consecutivamente?

Porque criou um sistema de assistencialismo na Região Autónoma dos Açores em que lhe garante muitos votos. Essa é que é a verdade. Os senhores têm um sistema implementado de assistencialismo às empresas, às pessoas e isso é que vos garante o poder.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma calúnia, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados Catarina Cabeceiras, Alonso Miguel e Paulo Estêvão)

O Orador: Ao senhor não interessa o desenvolvimento dos Açores. Ao senhor interessa manter-se no poder seja a que custo seja e essas medidas são as que o senhor tem tomado e a prova disso é que não investiu como deveria ter investido no combate ao cancro do pulmão, Sr. Presidente do Governo.

Portanto, quando vem dizer que tem um sistema de economia ... O senhor prometeu dois navios para os Açores. Não temos nenhum. O senhor está levando a SATA à destruição total, a companhia aérea dos Açores, a afundá-la de dia para dia, desde 2008, o senhor, Sr. Presidente do Governo.

Mais! O senhor prometeu ainda que transportava meloas e alhos da Graciosa e de Santa Maria para um verdadeiro mercado interno nos navios de 40 m. Nem uma meloa, nem um alho o senhor transportou naqueles navios.

O senhor prometeu que o lavrador da Graciosa metia a carrinha no barco e vinha vender os produtos para São Jorge. Nem uma vez aconteceu isso, Sr. Presidente. Nem uma vez aconteceu isso!

Portanto, eu, na oposição, fiz sempre oposição, o senhor como Presidente do Governo falhou redondamente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM)

Deputado Carlos Silva (PS): Oh, Graça, fica difícil aplaudir agora?

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu faço efetivamente oposição desde 1996 e faço, Sr. Presidente, porque não desisto. Não desisto de uns Açores melhores, não desisto da vossa promessa que os senhores fizeram em 96 de transformar os Açores numa das regiões mais ricas da Europa, porque os senhores diziam que os Açores tinham esse potencial e quem nos visita e quem contata com os Açores e quem conhece a capacidade do nosso povo sabe perfeitamente que os Açores têm capacidade para ser essa região mais rica e o vosso sonho de prometer uma das regiões mais ricas da Europa depois de todos estes anos o que nós temos são os índices e os resultados no sistema educativo dos mais baixos do país; na saúde dos mais baixos do país; os índices de pobreza mais baixos do país também ...

Deputado Carlos Silva (PS): Então por que é que o senhor está nos Açores, então?

O Orador: ... mais altos, neste caso. Estava sempre com o mais baixo! Não, neste caso os índices de pobreza são dos mais altos deste país.

As maiores desigualdades sociais do país também são das maiores do nosso país.

Portanto, o que lhes digo é que os senhores representam o falhanço absoluto e ultimamente sob a presidência de V. Exa. a autonomia vive os dias mais negros, porque com V. Exa. não há reivindicação autonómica, com V. Exa. o que existe é a cedência permanente aos interesses do centralismo, com V. Exa. o que nós temos é uma Região cada vez com maior poder reivindicativo, com cada vez menor autonomia política, com V. Exa. o que nós temos é cada vez menos autonomia. O senhor é o coveiro da autonomia dos Açores.

Devo-lhe dizer também que da forma como os senhores dominam o sistema económico e a sociedade açoriana, como bem dizia o Sr. Deputado André Bradford há uns anos atrás, dizia que os conheciam o código postal para o

domínio da sociedade açoriana, conheciam esse código postal. Pois conheciam e conhecem. Dominam a sociedade açoriana, a administração pública regional, as empresas públicas e condicionam tudo e todos e é dessa forma que os senhores ganham as eleições, como aliás o PSD já as ganhava antes e por isso é que foi durante 20 anos poder e por isso é que os senhores são poder há 22 anos e se eternizam no poder, porque dominam esses mecanismos.

Mas vou dizer-lhe, terminando com uma frase e uma observação do Dr. Jaime Gama, uma personalidade que muito admiro: “Sem alternância política não há democracia.”

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, não é seguramente o que mais releva nesta discussão, mas o senhor não chegou aqui em 2006. O senhor chegou aqui em 2003, no dia 1 de janeiro, e o primeiro requerimento que o senhor assina é do dia 23 de janeiro como deputado e, portanto, o lapso apenas de três anos, mas é um lapso.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria apenas de concluir dizendo algo que também me parece importante. O trabalho que tem sido feito pelos governos do Partido Socialista é naturalmente um trabalho que tem resultado em benefício das açorianas e dos açorianos, é um trabalho que nos orgulha, mas é um trabalho que relativamente ao qual nós temos uma consciência muito clara: nem tudo o que fizemos resultou da maneira como nós gostaríamos que resultasse ...

Deputado Marco Costa (*PSD*): Então mantenham!

O Orador: ... e sobretudo temos a consciência que por um desafio que vencemos há três ou quatro novos desafios que surgem.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: Mas isso em vez de nos desmoralizar, em vez de nos desanimar, dá-nos mais força para continuar ...

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... com a humildade de quem tem a consciência de que nem tudo aquilo que faz, faz bem feito, que nem tudo aquilo que pretende que resulte de uma determinada maneira, resulta dessa maneira, mas com uma certeza muito simples: enquanto nós tivermos a confiança dos açorianos, enquanto nós tivermos a confiança do povo açoriano cá estaremos para dar o máximo do nosso trabalho, ...

Deputada Mónica Rocha (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... da nossa capacidade, do nosso esforço, a favor desta Região, a favor dos nossos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Informo que o Governo esgotou o seu tempo para a participação neste debate.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu entro nesta fase do debate sobretudo pelas considerações feitas pelo Sr. Deputado Artur Lima e Sr. Deputado Paulo Estêvão sobre os 20 anos de governação do Partido Socialista ...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): 22!

Deputado Marco Costa (PSD): Os primeiros dois ele esteve à experiência!

O Orador: ... e sobre o que isso diz da nossa maior ou menor capacidade de gerirmos os destinos em termos governativos da Região.

Primeiro, eu gostava de salientar que mais do que uma tirada política que nos possa incomodar eu julgo que esse tipo de argumentação é uma desconsideração enorme pelo povo açoriano, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... pelos eleitores dos Açores.

Eu acho que um ato eleitoral é sempre um juízo de quem governa, da capacidade maior ou menor daqueles que governam, mas é também sempre um juízo e um exercício de apreciação da capacidade da oposição.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu citei o Presidente Carlos César!

O Orador: Portanto, quem consecutivamente há 18 anos, em vários atos eleitorais consecutivos, não consegue merecer da parte dos eleitores confiança suficiente para ser poder, devia aproveitar o ato eleitoral e o juízo dos eleitores para fazer um exame de autoconsciência e para pensar na capacidade que teve ou não durante quatro anos nesta Casa de os convencer, de se mostrar capaz.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é uma crítica!

O Orador: Portanto, não percebo, acho que é simultaneamente uma desresponsabilização própria e uma forma indigna de avaliar os açorianos esta conversa dos 20 anos de poder como se ela resolvesse alguma coisa nos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Depois, há coisas curiosas e o Sr. Deputado Paulo Estêvão então nesse capítulo é um carrossel de opiniões: ora está aqui, ora está ali, ora diz uma coisa, ora diz outra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Digo sempre!

O Orador: Há 20 anos (mais ou menos há 20 anos), o Sr. Deputado Paulo Estêvão dizia o seguinte e vou citar um artigo seu, porque teve a gentileza de lembrar os meus, eu também vou citar um artigo seu ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Um dia tinha que acontecer!

O Orador: ... e nessa altura o Sr. Deputado dizia o seguinte, vou citar: “Considero que quem alcança um resultado eleitoral de apenas 0,84% [o senhor tem 0,9 agora] deve poupar-se ao ridículo de querer justificar o injustificável. Um resultado eleitoral tão marginal não deve dar direito a alguém para se armar em representante do que quer que seja.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Nestas condições um sujeito deve arrumar a viola no saco, ir à escola dar aulas e aguardar melhores dias.”

(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Sr. Deputado Paulo Estêvão está há 18 anos a aguardar melhores dias, mas infelizmente aqui e não na escola com a viola arrumada no saco.

Mas disse mais também nessa altura e isso eu tenho que reconhecer, foi capaz de ver muito longe. Também nessa altura, em 2000, dizia o Sr. Deputado Paulo Estêvão (e termino já Sra. Presidente), vou citar: “Se formos a eleições com estes protagonistas da direita [o senhor era um dos protagonistas da direita] o mais certo é o PS ganhar as eleições nos próximos 20 anos.”

Tinha razão, Sr. Deputado.

(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: ...

Deputado Carlos Silva (PS): E a viola, Sr. Deputado? Vai tirar a viola ou não!

O Orador: Devo dizer ... não me lembro do contexto em que disse isso, ...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

... mas com certeza que falo dos resultados que se obtêm em cada ilha.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Ora eu não arrumei a viola no saco, porque eu estou aqui eleito pelos açorianos e estou eleito neste Parlamento e por isso se não estou na escola é porque fui eleito deputado e é porque obtive não 0,9%, mas porque obtive mais de 30% na minha ilha, ...

Deputado André Bradford (PS): Não era de ilha, não!

O Orador: ... no meu círculo eleitoral do qual eu era cabeça de lista e, portanto, meus senhores, isso do 0,9% para mim não serve, porque a verdade é esta: o PPM é o primeiro pequeno partido a entrar no Parlamento dos Açores, o PPM é um partido que está há três legislaturas nos Açores e o senhor pode dizer o que disser, mas há uma coisa que isto significa ...

Deputado André Bradford (PS): Eu não digo, o senhor é que disse!

O Orador: ... é um êxito político para quem lidera o partido ao longo de todos estes anos conseguir que o partido esteja aqui no Parlamento dos Açores e que seja uma das seis forças parlamentares dos Açores.

Portanto, eu agradeço que me tenha citado, porque de facto o que lhe devo dizer é que a sua citação demonstra que não seria possível hoje estar aqui se tivesse 0,9, mas é possível porque tive trinta e tal por cento.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Devo dizer em relação à sua referência (e termino Sra. Presidente) que é algo de fundamental, é que V. Exa., Sr. Deputado, ainda não se sabe quanto é que vale, sabe porquê?

Porque V. Exa. nunca foi cabeça de lista ...

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e pura e simplesmente vai à boleia de outros que estão à frente em primeiro ...

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ou em segundo lugar.

Portanto, V. Exa. sobre isso não tem créditos firmados.

Deputado Francisco Coelho (PS): Você tem uma facilidade em arranjar amigos! Isto aqui é só para cabeças de lista!

Presidente: O PPM também esgotou o seu tempo.

Sras. e Srs. Deputados!

A Mesa de momento não tem inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Para uma interpelação, tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD vai entregar na Mesa o contributo dado no âmbito da estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social, reiterando à Sra. Secretária que sejam revelados todos os outros contributos que até agora recusou fazer.

Presidente: Fica registado e aguardaremos pelo parecer.

Pergunto ao CDS se com o tempo que resta, uma vez que o Governo já não tem ...

Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu percebo a ânsia do Sr. Presidente do Governo de justificar a sua longuíssima permanência de 22 anos na política, mas para ter sido correto, para não dizer sério, V. Exa. devia ter dito que eu estive cá entre janeiro e março de 2003 a substituir o Dr. Alvarinho Pinheiro e depois fui embora para o meu trabalho.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Mas esteve cá!

O Orador: Aliás, onde continuo.

Devo-lhe dizer, Sr. Presidente, que quando cheguei ... Ainda bem que vim nessa altura, porque sabe uma coisa, e que fiz duas ou três propostas muito interessantes, uma delas sabe qual foi?

Revelar o estado caótico da navegação aérea nos Açores e das rádio ajudas que os aeródromos dos Açores tinham que eram zero praticamente, um projeto de resolução feito nesta Casa.

Portanto, até me orgulho do meu trabalho e mais!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): E mais!

O Orador: Portanto, Sr. Presidente, foram só três mesitos, podiam ter sido mais, mas foram só três.

Lembro-me, Sr. Presidente, do nosso célebre (era V. Exa. líder parlamentar) debate por causa da guerra do George Bush e do outro. V. Exa. também se lembra.

Mas, Sr. Presidente, devo dizer uma coisa, pese embora o que se tentou aqui desviar (e permita-me que lhe diga isto com toda a consideração com certeza), porque demos contributos também válidos aqui dentro para os Açores.

Entristece-me, como o deve entristecer a si, e há uma expressão que volto a usar e que a Sra. Secretária usou “estamos a falar de pessoas” ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente, com a tolerância que V. Exa. me dará, com certeza ou não, como entender.

... e como dizia o Sr. Vice-Presidente eu não descanso enquanto tiver só um único desempregado nos Açores e eu não descanso enquanto tiver tanta gente em lista de espera, eu não descanso enquanto estivermos em último lugar na coesão, eu não descanso enquanto morrermos mais de cancro do que os outros, ...

Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): É verdade!

O Orador: ... eu não descanso enquanto as listas de espera forem as maiores do país, eu não descanso enquanto tivermos a maior taxa de pobreza do país ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Nem nós!

O Orador: ... e eu não descanso de ocuparmos os lugares derradeiros na educação.

Não descanso, Sr. Presidente!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Nem nós!

O Orador: E essa é a realidade, que não é feita por mim. Não nego a evolução como todas as regiões tiveram, mas nós, Sr. Presidente, com a autonomia, sendo autónomos tínhamos a obrigação, o dever para com os açorianos e sobretudo em 22 anos não termos as listas de espera ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... de 400 dias quando no continente é de 90 dias. Tínhamos obrigação de não ter a mais alta taxa de mortalidade por cancro a nível geral. Essa obrigação pelo menos nós tínhamos.

E tínhamos a obrigação de apenas nem só três açorianos em cada 10 concluírem o ensino secundário. Em 22 anos era o mínimo que podíamos ter feito.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Encerrámos o ponto dois da nossa Agenda.

Vamos avançar com os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto seis.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação, tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 16 horas e 20 minutos.

Eram 15 horas e 49 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 25 minutos.

Entramos agora no ponto seis da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XI – “Cria o Paleoparque de Santa Maria”.**

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são os que habitualmente utilizamos para o processo legislativo comum.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, muito boa tarde:

Os Açores são hoje, reconhecidos, nacional e internacionalmente, pelo seu elevado nível de qualidade ambiental e pelo potencial dos seus recursos naturais.

É, exatamente, este património ambiental que fortalece a nossa identidade vincada.

Importa, por isso, que a preservação assuma um papel central, permitindo a manutenção da bio e da geodiversidade e das paisagens dos Açores, enquanto elementos essenciais.

É essa a preocupação que está bem espelhada na estratégia do Governo dos Açores, no que diz respeito a políticas públicas relativas a estas matérias.

A nossa aposta tem sido – e continuará a ser - de valorização da qualidade ambiental e de uso sustentado dos recursos naturais, afirmando, assim, a indiscutível importância da Conservação da Natureza.

O património natural, pelo seu valor e pela sensibilidade dos ecossistemas, exige uma gestão cuidada, permanente e sustentável, incluindo a monitorização e controlo das principais ameaças, para que possa continuar a ser usufruído no presente e pelas gerações futuras.

É com esta perspetiva, de componente preventiva e protetora, que o Governo dos Açores apresenta, hoje, uma proposta de criação do Paleoparque de Santa Maria, através da presente proposta de Decreto Legislativo Regional.

Efetivamente, esta proposta representa mais um passo de uma vasta política que tem em conta a diversidade de cada uma das nossas 9 ilhas, neste caso, centrada nas particularidades geológicas de Santa Maria, com uma história que teve início há cerca de seis milhões de anos atrás.

Tal como as restantes ilhas, Santa Maria é de origem vulcânica, mas distingue-se por ser a mais antiga e por já, há longo tempo, não ser afetada por erupções vulcânicas.

As diversas etapas de formação da própria ilha, associadas aos movimentos transgressivos e regressivos do mar, fizeram com que animais e plantas marinhas fossem cobertos por sedimentos, possibilitando a sua preservação.

Para além disso, contamos com um processo de soerguimento da ilha relativamente aos fundos oceânicos, iniciado há cerca de três milhões e meio de anos atrás, que se prolongou até à atualidade.

Foi este processo, que promoveu a emersão desses sedimentos, contendo fósseis marinhos, os quais, por ação da erosão, acabaram expostos.

Todos estes fatores, herdados da história geológica, fazem com que a mais oriental, e mais antiga, ilha do arquipélago possua fósseis marinhos únicos, no contexto regional e nacional, e as suas jazidas fossilíferas constituam um verdadeiro laboratório ao ar livre, também com relevância internacional, conforme atestam estudos científicos recentes.

Pelas suas particularidades, a história e o património geológico e paleontológico de Santa Maria exigem uma interpretação e uma divulgação acessível a todos os que vivem ou rumam a esta ilha.

Neste contexto, o Governo dos Açores tem levado a cabo uma estratégia que pretende valorizar o legado ambiental.

No caso em concreto da ilha de Santa Maria, tem sido desenvolvido, ao longo dos últimos anos, um conjunto de iniciativas, com destaque para a Rota dos Fósseis, para o circuito interpretativo da Pedreira do Campo e para a Casa dos Fósseis, numa lógica articulada de proteção e de divulgação.

De facto, esta proposta de Decreto Legislativo Regional não surge de uma forma isolada, mas sim deste contexto e com uma ambição ainda maior: projetá-la num contexto internacional, por via da criação do Paleoparque de

Santa Maria, reconhecido e com a chancela de qualidade da Associação Internacional de Paleontologia.

Esta é mais uma aposta nestas matérias de grande relevância geológica, não só de Santa Maria, mas dos Açores, como um todo, onde não podemos deixar de mencionar a parceria e o apoio do Grupo de Paleontologia da Universidade dos Açores.

Com este diploma, salvaguardamos a proteção e a manutenção da paleobiodiversidade, para além da integridade dos valores geológicos e dos recursos e valores naturais e culturais que lhes estão associados, por via da divulgação deste rico espólio, onde se inclui a maior jazida multiespecífica de fósseis a céu aberto do Atlântico Norte.

E, precisamente, na sequência de recomendações do meio científico, o Paleoparque integra, de imediato, 20 jazidas fósseis agrupadas em 3 classes, de acordo com a sua raridade e relevância internacionais; singularidade a nível nacional e importância regional, entre elas:

a) Jazidas fósseis de classe 1: Pedra-que-pica; Ponta do Castelo; Malbusca; e Área do Aeroporto;

b) Jazidas fósseis de classe 2: Prainha e Praia do Calhau; Figueiral; Pedreira do Campo; Lagoinhas; Cré; e Ponta do Cedro;

c) Jazidas fósseis de classe 3: Gruta dos Icnofósseis; Ponta do Norte; Baía de Nossa Senhora; Vinha Velha; Ponta dos Frades; Ponta Negra; Pedrinha da Cré; Falha Oeste da Malbusca; e Macela.

Desta forma, salvaguardando este património, teremos a possibilidade de incrementar o exercício de atividades compatíveis com a sensibilidade dos valores em questão, como sejam as atividades de carácter educativo e interpretativo, principalmente para benefício da população local, mas promovendo, também, a diversificação da oferta de turismo de natureza dos

Açores, valorizando um produto único em Santa Maria, com potencial para atrair e enriquecer as visitas de turistas.

A sua complementaridade à Casa dos Fósseis e à Rota dos Fósseis vem disponibilizar novos conteúdos às empresas que exploram este produto turístico e prevê o estabelecimento de parcerias com os empresários locais, funcionando como um importante complemento à oferta turística já existente na ilha, ao mesmo tempo que aumenta a competitividade territorial de Santa Maria no contexto regional.

Acresce que, no âmbito destes projetos, foram desenvolvidas, em 2015 e 2016, diversas ações de formação dirigidas aos operadores de animação turística de Santa Maria.

E, já este ano, foi realizado um curso de guias dos Parques Naturais dos Açores, nesta ilha em concreto, o qual contou com 13 formandos.

Pretendemos, portanto, também por esta via, e à semelhança do que temos promovido em toda a Região, proporcionar condições para que os privados possam aproveitar e desenvolver novas oportunidades de negócio, gerando riqueza local e potenciando a criação de novos postos de trabalho diferenciado.

E, também, naturalmente, aqui, em Santa Maria, através do aproveitamento sustentável do seu património natural.

Esta é a resposta do Governo dos Açores face ao valor e à inegável relevância das nossas áreas protegidas, assegurando a sua projeção num quadro de gestão sustentável e reconhecendo que estes são – cada vez mais – espaços privilegiados de promoção do conhecimento e de desenvolvimento de atividades de animação e de lazer.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Com a criação deste Paleoparque, Santa Maria vê o seu património geológico abrangido por objetivos de conservação da natureza e proteção da

geodiversidade das suas jazidas fósseis, bem como a promoção do seu estudo, identificação, inventariação e catalogação.

Cremos que estes, eventualmente, aparentes, pequenos passos de proteção do nosso património, se afirmam como grandes instrumentos de proteção e conservação daquilo que temos de mais valioso: uma herança ambiental única.

Cremos que Santa Maria ganha, assim, uma maior dimensão devido ao seu património geológico. Cremos que ganham os Açores como um todo.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar esta minha intervenção dizendo que a criação do Paleoparque da ilha de Santa Maria corresponde a um compromisso do Partido Socialista, compromisso esse que queremos honrar perante os marienses e os açorianos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Este é no fundo o culminar de um conjunto de ações que gradualmente o Partido Socialista tem vindo a implementar ao nível da conservação da natureza em Santa Maria e, em concreto, ao nível paleontologia. Ao longo dos anos os governos do PS têm suportado os custos, apoiado a realização de eventos e expedições científicas a Santa Maria que têm permitido a deslocação de um conjunto já bastante vasto de cientistas e investigadores quer da Universidade dos Açores, como de outras universidades nacionais e

estrangeiras integradas na equipa de paleontologia da Universidade dos Açores liderada pelo Prof. Sérgio Ávila.

Justo é referir aqui o trabalho e a dedicação deste investigador e da sua equipa que têm desenvolvido ao nível da paleontologia em Santa Maria estudos que têm permitido a publicação de artigos científicos, o desenvolvimento de projetos escolares como por exemplo o projeto “Rocha amiga”, a publicação de livros, a realização de documentários televisivos emitidos em televisões nacionais que são importantes formas de divulgação turística e científica dos Açores.

Para além dessas publicações e documentários gostaria de realçar o facto de terem sido desenvolvidos traçados de trilhos pedestres, bem como uma rota marítima de fósseis, onde são disponibilizados os conteúdos científicos às empresas de animação turística que podem ser utilizados por estas na dinamização das suas atividades diárias.

Referir neste contexto também a instalação (também já referida aqui pela Sra. Secretária) em Santa Maria da Casa dos Fósseis que suponho que todos os Deputados desta Casa já tenham tido a oportunidade de visitar e reconhecer a excelência deste investimento e que constitui por ela mesma também um compromisso do Partido Socialista que quisemos cumprir para a ilha de Santa Maria.

Esta Casa dos Fósseis constitui-se aliás como uma valência do centro de interpretação de Alberto Pombo em que os visitantes podem conhecer o processo evolutivo da constituição da ilha, podem conhecer as particularidades das jazidas fósseis, podem ter um contato visual com os fósseis, podem tocar, sentir a textura desses fósseis.

Importante contributo também para a criação do Paleoparque da ilha de Santa Maria que estamos agora aqui a discutir foi sem dúvida a voz do Governo Regional na criação do Geoparque Açores, onde foram identificados geosítios

de relevante importância onde se incluem jazidas fósseis e que permitiu o maior estudo, o maior conhecimento e uma maior divulgação das particularidades destas jazidas à população em geral e com a consequente preservação, ou melhor preservação desses espaços.

Também é importante referir neste âmbito a petição que nesta Casa foi apresentada por um conjunto de cidadãos marienses que pugnava pela criação de legislação que protegesse as jazidas fósseis de Santa Maria, a definição de regulamentos ao nível da visitação, ao nível do turismo, ao nível da expedição científica, ao nível da musealização e que teve como primeiro subscritor o Sr. António Isidro, atual Presidente de Junta de Santo Espírito.

Foi, aliás, esta iniciativa popular que serviu de base à alteração do Parque Natural da ilha de Santa Maria em 2012 apresentada por nós, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em que foram incluídas medidas de gestão específicas para a proteção destas jazidas com regras mais claras, mais precisas ao nível da recolha de amostras para a investigação científica, ao nível também da obrigatoriedade do registo dessas recolhas e só para falar de algumas medidas de gestão.

Realçar também o facto da proposta aqui em debate (e que espero que venha a ser aprovada por todos os Deputados desta Casa) constituir-se como a aplicação da investigação científica à prática, em que a ciência (com o apoio do Governo Regional, é certo) trabalhou, investigou, estudou, transmitiu a informação à administração pública, que a tornou em medida legislativa e a aplicará na ilha de Santa Maria a bem dos marienses e dos açorianos.

Irá permitir também não só a proteção desta importante riqueza paleontológica, que é única nos Açores, mas também o desenvolvimento de um nicho de mercado ao nível do turismo de natureza que temos e que queremos expandir.

Por fim, também realçar o facto da CAPAT ter reunido na ilha de Santa Maria onde foi possível todos os Deputados da comissão tomarem conhecimento da

realidade dos fósseis, das jazidas fósseis, conhecer de perto a Casa dos Fósseis e consideramos que foi importante para uma maior tomada de consciência por parte de todos e verificar a importância do Paleoparque da ilha de Santa Maria, a aplicação prática dessa iniciativa.

Por agora, Sra. Presidente ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS, naturalmente, vê com bons olhos esta proposta de Decreto Legislativo Regional para a criação do Paleoparque de Santa Maria.

De facto, e como disse a Sra. Deputada Bárbara Chaves, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho teve a oportunidade de visitar algumas das jazidas fósseis que compõem este Paleoparque, bem como o centro interpretativo da Casa dos Fósseis, o que nos permitiu de alguma forma ter uma noção mais concreta do que estava em jogo e da importância destas jazidas fósseis de Santa Maria. De facto, para proteger é preciso conhecer.

Assim sendo, nós consideramos que é extremamente importante criar condições para a proteção, para a salvaguarda deste património geológico e paleontológico, não apenas pela sua singularidade na Região, mas também, em muitos casos, pela sua relevância científica e pela sua raridade a nível nacional e internacional, aliás, como está muito bem fundamentado e documentado do ponto de vista académico e do ponto de vista científico.

Por outro lado, este património, como é óbvio, tem um potencial em termos turísticos muito grande e nós acreditamos que pode contribuir para o desenvolvimento da ilha de Santa Maria e de alguma forma também para o

desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, assim sendo deve ser potenciado e deve ser valorizado.

Agora, tal como assumido na Proposta, a visitação destes locais deve ser uma visitação sustentável e para nós sabermos se um determinado tipo de visitação é sustentável ou não é importante e é necessário que se conheça a capacidade de carga de visitação destes sítios, destas jazidas fósseis, permitindo garantir que não se ultrapasse um determinado número de visitantes que possa de alguma forma também colocar em causa a sustentabilidade da jazida.

Assim sendo, o que pergunto à Sra. Secretária Regional é se foram desenvolvidos os estudos da capacidade de carga para cada uma destas jazidas e se não, se estão previstas a realização destes estudos de capacidade de carga e para quando?

Outra questão que se coloca é, atendendo ao elevado número de jazidas fósseis que já compõem este Paleoparque de Santa Maria, se estão garantidos os meios suficientes e as condições para que os Serviços de Ambiente de Santa Maria exerçam a sua ação de fiscalização e de proteção efetiva destas jazidas?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Parece.

Deputado Paulo Parece (PSD): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A classificação em causa, que conta com o reconhecimento e apoio da Associação Internacional de Paleontologia, dá nota da importância científica do património paleontológico da ilha de Santa Maria e da justificação da proposta.

A Ilha de Santa Maria conta com a maior jazida multiespecífica de fósseis a céu aberto do Atlântico Norte. Além disso, das dez mil ilhas que existem em todo o planeta, só em duas, uma delas sendo a ilha de Santa Maria, é possível encontrar restos fossilizados de cetáceos. É, de facto, algo notável.

Temos na ilha de Santa Maria um espólio paleontológico impressionante, que convém conservar e proteger.

Assim, constituem objetivos do projeto do Paleoparque a preservação dos elementos paleontológicos e geológicos existentes na ilha de Santa Maria, bem como a divulgação do seu espólio nesse âmbito, objetivos que são de extrema relevância e constituem um importante contributo no sentido da promoção e da diversificação da oferta de turismo de natureza de Santa Maria, e, bem assim, dos Açores.

De facto, ouvido um dos grandes impulsionadores da classificação do Paleoparque de Santa Maria, o Doutor Sérgio Ávila, surge evidente a relevância internacional do património paleontológico da ilha de Santa Maria.

Aliás, de acordo com o reconhecido investigador, a classificação em causa baseia-se no resultado e validação do trabalho de mais de 70 investigadores nacionais e estrangeiros, trabalhos esses que foram alvo de publicação em revistas internacionais.

Ouvida a Senhora Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo em sede de Comissão, o Grupo Parlamentar do PSD Açores, entende que ficam por clarificar dúvidas sobre o financiamento do funcionamento e gestão do Paleoparque, já que não existe na proposta de diploma qualquer referência ao orçamento das medidas e ações integradas no âmbito deste “Projeto”.

Por outro lado, pese embora esteja previsto, para os atos e atividades praticados nas jazidas fósseis o regime sancionatório e o processo de contraordenação e aplicação de coimas e sanções acessórias, em conformidade com o disposto no regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, a proposta de diploma está omissa quanto à fiscalização.

Havendo atividades interditas ou condicionadas nas jazidas fósseis, não se encontra informação sobre a entidade à qual caberá a responsabilidade de fiscalização dessas atividades.

- Será a autarquia de Vila do Porto?
- Serão os serviços inspetivos competentes em matéria de ambiente?
- Será a Secção de Proteção da Natureza e do Ambiente do Comando Territorial dos Açores da Guarda Nacional Republicana (SEPNA)?
- Serão as autoridades policiais com competência em matéria ambiental?

Ou será o serviço dependente da administração regional autónoma com competência em matéria de ambiente, com sede na ilha de Santa Maria?

Talvez, à semelhança do estabelecido no regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, todas estas entidades tenham competências de fiscalização, convém, no entanto, clarificar esta matéria.

Ainda assim, dúvidas não temos sobre o papel dos vigilantes de natureza ao nível da fiscalização em matéria ambiental, situação que remete para nova preocupação: Sendo compreensível que não se pretenda, conforme referiu a Senhora Secretária em audição e cito “*criar estruturas redundantes e custos desnecessários*”, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... não se pode esquecer que a ilha de Santa Maria dispõe apenas de 3 Vigilantes da Natureza para 13 Áreas Protegidas e, em breve, para 19 jazidas fósseis classificadas.

Os Vigilantes da Natureza são “os primeiros agentes de deteção e resolução dos problemas ambientais que ainda ocorrem na Região, ao mesmo tempo que desempenham ações de recuperação de habitats ou espécies, atividades de sensibilização ambiental e prestação de informações aos turistas sobre o património ambiental”. Estas são palavras da Senhora Secretária Regional, e, em boa verdade, são insuficientes para demonstrar a abrangência e relevância do trabalho destes operacionais. Eles desempenham um papel verdadeiramente fulcral para aqueles que são os objetivos do Parque Natural de Santa Maria e

para os do Projeto do Paleoparque, sendo que a estabilização e reforço daquele corpo operativo exige maior empenho da tutela.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De uma apreciação cabal da proposta de classificação em referência, entendem-se necessárias melhorias do diploma para que a sua implementação seja mais eficiente e eficaz e, desta feita, os seus objetivos sejam integralmente cumpridos.

Surgiu óbvia, entre outras alterações de pormenor, a necessidade de clarificação e simplificação das competências dos órgãos da Estrutura de Gestão do Paleoparque: um de natureza executiva, que assegura a gestão e funcionamento do Paleoparque, e um de natureza consultiva.

O Grupo Parlamentar do PSD Açores não será obstáculo à aprovação deste Diploma, mas tal como noutras ocasiões, apela, para que este não passe de mais um conjunto de boas intenções, o que não é inédito, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... pelo contrário, vem sendo usual em matéria de Ambiente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Apela, ainda, atenta a necessidade de assegurar melhor eficiência e eficácia na prossecução dos objetivos de conservação das singularidades geológicas de Santa Maria e de preservação e divulgação do seu património paleontológico, que sejam acolhidas as suas propostas de alteração ao diploma.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É para informar esta câmara que o PPM votará favoravelmente esta iniciativa.

É evidente que também nos preocupa, como foi agora referenciado na intervenção que me antecedeu, que sejam criadas estas estruturas, que sejam criados estes planos de proteção, que sejam criadas estas entidades, mas que depois não exista potenciação necessária de locais com este interesse.

Tem vindo a suceder na Região, mas de qualquer das formas eu considero que é um passo positivo que seja criado este Paleoparque de Santa Maria que tem um interesse muito grande e que é um instrumento não só de preservação, mas também deve ser um instrumento colocado ao serviço do desenvolvimento económico daquela ilha.

De qualquer das formas, tendo em conta estas circunstâncias, nós consideramos que este diploma merece a nossa concordância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Consideramos que o Paleoparque de Santa Maria tem uma grande importância a vários níveis (científicos, em termos de natureza, entre outros) não só para Santa Maria, mas para a Região no seu todo e por isso mesmo o PCP votará favoravelmente esta proposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Membros do Governo:

Começando pelas questões colocadas pelo CDS, pelo Sr. Deputado Alonso Miguel.

No que diz respeito à visão sustentável que é necessário ter nesta matéria com o qual naturalmente nós comungamos e com a importância de conhecer as capacidades de carga, pois nós não podemos “começar a casa pelo telhado”. Nós estamos neste momento a discutir nesta Casa a criação do Paleoparque que prevê já 20 jazidas identificadas.

Como está previsto no mesmo, e em concreto no seu artigo 14.º, na sequência da aprovação que queremos que aconteça hoje, que seja definido um plano de ação no sentido de cumprir com os objetivos que este diploma prevê. Neste plano de ação está explícito que o mesmo estabelecerá as medidas e as ações de conservação adequadas à concretização dos regimes de salvaguarda, dos recursos, dos valores naturais presentes no Paleoparque e à implementação de usos e regimes de gestão compatíveis com a fruição sustentável do território.

É dito também ainda no seu ponto três que teremos medidas específicas para cada uma das jazidas fósseis que integra o Paleoparque em função dos seus valores e dos seus interesses em presença.

Portanto, naturalmente que com a aprovação que queremos que aconteça hoje aqui partiremos para o plano de ação onde ficarão naturalmente previstas todas as iniciativas que protegem o mesmo e nesse âmbito fará sentido a análise da carga que cada jazida comportará.

Relativamente à segunda questão que tem a ver com o facto dos serviços de ambiente estarem aptos para exercer esta função, pois se não fosse assim não teria colocado desta forma. Os serviços de ambiente das ilhas acumulam, ao longo das nossas nove ilhas não só os serviços de ambiente, como a gestão dos parques naturais de ilha, em algumas ilhas (em quatro em concreto) também a gestão das reservas da biosfera, no caso de Santa Maria teremos também aqui o Paleoparque que será gerido sob a alçada dos serviços de ambiente.

Naturalmente que quanto mais recursos tivermos para esta gestão melhor, mas aqui não posso deixar de invocar o esforço que tem sido feito em dotar estes serviços de ambiente de mais meios. Para termos uma ideia, desde o início desta legislatura nós aumentámos em mais de 25% o número de vigilantes da natureza que temos, que hoje são de 40 em toda a Região.

Podem dizer: é suficiente?

Gostaríamos de ter mais?

Pois naturalmente que sim, trabalharemos nesse sentido, mas para isso precisamos de qualificar também e é precisamente nesta etapa que nos encontramos neste momento.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Parece, do PSD, no que diz respeito ao funcionamento, à gestão do Paleoparque e à dependência dos serviços de ambiente e ao plano de ação específico, pois esta questão também fica respondida neste âmbito, uma vez que a proposta que é feita é no sentido de naturalmente potenciar, sem criar estruturas redundantes o que nós já temos nos serviços de ambiente, neste caso de Santa Maria, até porque as jazidas estão incluídas precisamente no Parque Natural de Ilha e isso é importante ter em consideração.

O que refere relativamente às coimas está previsto no diploma, em concreto no artigo 7.º, ponto n.º 4, que remete efetivamente para o diploma do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, quer no que diz respeito aos atos e atividades condicionados e proibidos, quer a utilização responsável dos recursos biogenéticos, contraordenações, sanções acessórias, portanto, está previsto precisamente nesse item.

Relativamente à questão sobre a autoridade ambiental no Paleoparque não funcionará de forma diferente em todas as outras questões ambientais existentes e aqui também este diploma é muito claro na sua referência, em concreto no n.º 1, do artigo 148.º, onde são referidas entidades naturalmente que têm

intendência nesta matéria e aqui, como é óbvio, destacam-se quer os serviços de ambiente de ilha, mas também as autoridades policiais com competências nesta matéria.

Relativamente aos órgãos de gestão aquilo que é apresentado neste diploma é também uma estrutura que responde precisamente àquilo que nós temos vindo a referir.

Temos apenas dois órgãos: um diretor, que acumula com o diretor dos serviços de ambiente de ilha e temos depois um conselho consultivo que emite pareceres sobre um conjunto de atividades e relatórios que são necessários.

Portanto, consideramos que o mesmo está perfeitamente adequado ao objetivo que se pretende e que responderá efetivamente às nossas ambições.

E penso que das questões que tinha tomado nota é exatamente isso.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar às votações. Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A votação na generalidade da Proposta de DLR presente foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições.

Não há.

Vamos então passar à votação.

Pergunto à câmara se se opõe que se faça a votação em conjunto dos primeiros nove artigos do diploma que não sofreram qualquer proposta de alteração.

Não há oposição.

Está assim à votação o artigo 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos apresentados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 10.º.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As nossas propostas de alteração vão no sentido de ultrapassar algumas omissões encontradas no diploma que agora se analisa e também no sentido de clarificar alguns aspetos que não estão tão claros, são um bocadinho dúbios e que podem eventualmente suscitar algumas dúvidas.

Acabam por ser clarificações e pequenos acertos de forma, não são questões de fundo.

No caso do artigo 10.º nós entendemos que no âmbito da estrutura de gestão do Paleoparque deve haver um órgão que seja de natureza executiva, que é quem executa, e que é plural. Não é um diretor, não é uma pessoa, é uma equipa que executa as medidas que constam do plano e, portanto, nós propomos que haja um conselho executivo e que de certa forma na própria proposta de diploma já está subentendida que haja aqui o papel na gestão e no funcionamento do Paleoparque por parte dos serviços e de ambiente com sede em Santa Maria.

Portanto, está a constituição, mas entende-se na proposta que seja só o diretor o órgão de gestão. Nós entendemos que não. É mais abrangente do que isso, até porque atendendo as competências posteriores um diretor por si só não dá pareceres de matérias complexas, precisa de uma equipa por trás e, portanto, tem de ser um órgão executivo complexo, tem de ser uma equipa e essa equipa nós entendemos que seja um conselho executivo, que de certa forma depois

também tenha o seu próprio diretor, que por inerência será o diretor do Parque Natural de Santa Maria.

Portanto, também outra alteração que propomos no artigo 10.º tem haver com a constituição do conselho consultivo que nós incluímos neste artigo 10.º, por também estar aqui incluída a constituição do outro órgão que faz parte da estrutura de gestão.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta proposta de alteração do PSD nós consideramos que a proposta do Governo apresentada vem no seguimento e na metodologia da gestão já instituída ao nível dos parques naturais de ilha, nomeadamente ao nível do Parque Natural da Ilha de Santa Maria, em que tem um diretor, que é o mesmo do que o parque natural, que é o mesmo do serviço de ambiente ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Tem os serviços de ambiente!

A Oradora: Exatamente!

É o mesmo dos serviços de ambiente e tem um conselho consultivo.

Esta é a estrutura que está adotada para todos os parques naturais de ilha, é a estrutura que está adotada para o Parque Natural da Ilha de Santa Maria e é esta que nós achamos que deve continuar a vigorar em termos de organização dos serviços.

Nesta fase alterar a estrutura de gestão do Paleoparque e diferenciá-la de todas as outras estruturas dos parques naturais de ilha em nossa opinião não é vantajoso e não traz qualquer vantagem em termos de gestão.

Também dizer que os serviços de ambiente não são órgãos colegiais, por isso consideramos que este é o modo mais adequado para se conseguir gerir de um modo eficaz e efetivo o Paleoparque de Santa Maria.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Considerando que a proposta de alteração do PSD para o artigo 11.º eram as competências do conselho executivo que não foram aprovadas, julgo que fica prejudicada esta proposta de alteração, porque efetivamente não tem consequência lógica da votação que acabámos de fazer.

Sendo assim coloco à votação o artigo 11.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para clarificar que por exemplo aqui há uma omissão no âmbito do artigo 11.º em que é referido um plano de ação do Paleoparque em que a sua elaboração deveria ser uma competência de um órgão de gestão. Em lado nenhum deste documento aparece quem é a entidade responsável pela execução deste plano de ação.

Portanto, era só para dar a nota. Na nossa proposta nós já precavíamos essa situação, uma vez que passava a ser responsabilidade do nosso conselho executivo, neste caso fica omissa a responsabilidade de elaboração do plano de ação do Paleoparque.

Além disso, também ficam prejudicadas propostas que nós consideramos pertinentes, como eram por exemplo os relatórios do estado do Paleoparque. Fala-se de uma periodicidade, mas desconhece-se que periodicidade é essa. Nós achamos que a periodicidade devia ser anual. Fica em aberto, mais uma vez fica omissa e relembro aqui que ele vai ser apreciado e vai aparecer por parte do conselho consultivo.

Ora, o conselho consultivo é um órgão complexo que envolve várias entidades e que não tem disponibilidade para estar a reunir a qualquer altura, para estar a apreciar relatórios periódicos. Imaginem que a periodicidade é mensal ou quinzenal, vai estar o conselho consultivo permanentemente a reunir. Mais uma falha que nós achamos que existe no documento.

Fica aqui então a nota.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer a Sra. Deputada relativamente a esta questão.

Relativamente à aprovação e à elaboração do plano de ação o artigo 14.º, no seu ponto 1, é muito claro, dizendo que compete a aprovação da portaria do plano de ação por Membro do Governo Regional.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*): Mas quem é que o elabora?

A Oradora: Naturalmente esta é uma incumbência da tutela. Portanto, não de um órgão de gestão, nem de um conselho consultivo, tal como acontece com os planos de ação dos nossos parques naturais de ilha ou como as reservas da Biosfera.

Relativamente ao relatório de estado do Paleoparque talvez haja aqui algum equívoco.

Os relatórios anuais de atividade têm como objetivo dar nota do estado das ações que são realizadas no âmbito do plano de ações, mas o que se pretende com um relatório periódico do estado do Paleoparque é um relatório que nos permita ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*): É só para constar!

A Oradora: ... acompanhar a conservação das jazidas. Portanto, não deve ter uma periodicidade definida, porque depende naturalmente daquilo que foi identificado e não será seguramente um relatório com uma periodicidade mensal, nem pouco mais ou menos, porque um acompanhamento e uma avaliação de um estado de uma jazida é algo que se faz com um prazo mais médio seguramente.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos então passar à votação.

Coloco à votação da câmara a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(* **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também aqui no que era a proposta do PSD nós o que estávamos a propor era que o conselho consultivo tivesse a seu cargo a apreciação e a emissão de parecer para tudo o que fossem relatórios de atividade, o plano de ação do parque, o relatório de estado do Paleoparque e emissão de parecer para outros quaisquer assuntos de relevância para o Paleoparque.

Neste caso, há uma confusão no documento, porque por vezes, em algumas matérias, o próprio conselho consultivo é que tem de submeter depois da apreciação ...

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado, peço desculpa de a interromper, mas já há pouco fez uma intervenção depois da votação.

Eu quero lembrá-la que não são permitidas declarações de voto a votações parciais. Portanto, essa intervenção teria que ter sido feita, como aliás fez parte dela, na apresentação da sua proposta de alteração.

Portanto, pedia-lhe que aproveitasse que está no uso da palavra para falar da vossa proposta de alteração ao artigo 13.º, porque não pode efetivamente fazer declarações de voto parciais.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Prescindo.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo PS a este mesmo artigo 12.º.

Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

(* **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para dar nota de que a proposta de alteração do Partido Socialista de integração de um representante da Escola Básica e Secundária de Santa Maria decorre de uma proposta e de um parecer de uma associação ambiental de Santa Maria, bem como do Concelho de Ilha, em que atendendo aos objetivos de gestão deste Paleoparque seja reforçado o teor da parte educativa escolar aqui no conselho consultivo e estamos em crer que esta inclusão deste representante será uma mais valia em termos de sensibilização da comunidade escolar para estas problemáticas.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(* **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para solicitar esclarecimentos adicionais sobre a inclusão da escola secundária de Santa Maria no âmbito da constituição do conselho consultivo, porque já está prevista mesmo que ela não estivesse incluída na constituição deste conselho, já está previsto que o papel do Paleoparque tenha toda a sensibilização ambiental, toda a divulgação do espólio do Paleoparque e isso seria extensível à escola.

Qual é a mais valia que entende, em concreto, tendo a escola na constituição do conselho consultivo?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para esclarecer e reforçar aquilo já tinha dito na minha intervenção inicial que se pretende que esta inclusão promova de um modo mais efetivo e mais relevante o envolvimento da escola na sensibilização, na parte da educação ambiental, também no desenvolvimento dos estudos, que possam ser desenvolvidos pela comunidade escolar e que possam ter mais valias para a implementação deste Paleoparque, para a preservação das jazidas e considera-se que a escola é fundamental neste tipo de processo. Daí a nossa proposta de incluir um representante desta escola no conselho consultivo do Paleoparque.

Não sei se o PSD está contra. Nós achamos que é uma mais valia.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar esta proposta de alteração apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 12.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Muito bem.

Vou colocar agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 13.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS-PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 14.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada Catarina Furtado para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Era só para questionar se podia colocar duas dúvidas acerca do artigo 14.º deste diploma, sabendo que ele já foi votado, mas de qualquer forma são duas questões que eu não sei que a Sra. Secretária poderia esclarecer.

Presidente: Vamos entender que ainda faz parte do debate, porque apesar de estar aprovado podem subsistir dúvidas.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao plano de ação do Paleoparque previsto no artigo 14.º do diploma eu colocava aqui uma questão.

Logo no ponto um está estabelecido que este plano de ação é aprovado por portaria do Membro do Governo Regional com competência em matéria de ambiente depois de ouvido o conselho consultivo.

A questão é: em lado nenhum deste documento aparece ou surge quem é a entidade responsável pela sua elaboração.

Deveria ou não deveria, na sua opinião, haver lugar a estabelecer no próprio documento a responsabilidade pela sua execução?

Uma coisa é aprovação, outra coisa é a elaboração. Pode ser outro serviço qualquer a elaborar o documento.

A aprovação já percebemos que é feita por portaria do Membro do Governo, mas continua por saber quem é que trata da elaboração do documento.

Depois, a questão que lhe colocava tem a ver com o artigo 3.º. Fala aqui num plano de ação de área protegida. Eu pedia esclarecimentos sobre que plano é este, porque em lado nenhum, em documento nenhum, nem no próprio Regime Jurídico de Conservação da Natureza e da Biodiversidade fala de um plano de ação de área protegida.

Existem planos de ordenamento de área protegida, existem planos de ordenamento de área protegida, existem planos de gestão dos parques naturais. Esta figura não existe em lado nenhum.

É ou não é um lapso do documento?

Obrigada.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a estas duas questões da Sra. Deputada Catarina Furtado gostaria de responder o seguinte.

Relativamente à primeira está bem explícito que compete à tutela, portanto, ao Membro do Governo Regional, aprovar por portaria o plano de ação. Naturalmente que, tal como referi há pouco, o que acontece com os planos de gestão dos parques naturais de ilha, dos planos de ação das reservas da Biosfera, sendo a competência da aprovação da tutela a sua elaboração também compete à tutela naturalmente com os meios que dispuser, sejam internos, sejam externos.

É importante elucidar que o conselho consultivo e o diretor do parque constituem órgãos de apoio à gestão e, portanto, não têm a responsabilidade de elaborar um plano de ação.

Relativamente ao ponto 3 deste artigo 14.º sobre o plano de ação é referido um plano de ação de área protegida que estabelece medidas específicas para cada uma das jazidas. Nós estamos a falar do plano de ação para o Paleoparque, naturalmente que é também ele uma área protegida e por isso essa referência aqui.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): É um lapso!

A Oradora: Não, não é um lapso. É um plano de ação para uma área protegida que neste caso é o Paleoparque.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos então votar.

Vai então a Sra. Secretária anunciar a votação do 14.º.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS-PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos então agora à votação do artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Por fim, o artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Votação final global da proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15 que cria o Paleoparque de Santa Maria foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito bem.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Paulo Parece, para uma declaração de voto, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Parece (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD votou a favor desta proposta de Decreto Legislativo Regional que cria o Paleoparque de Santa Maria de uma forma responsável por considerar que é um documento de grande importância para a conservação e a proteção daquilo que é um património único não só relativo à ilha de Santa Maria, mas da Região e de relevância internacional, como fica aqui plasmado no documento.

Contrariamente àquilo que tem sido habitual e que é habitual por parte do Partido Socialista de acusar o PSD de não apresentar propostas de alteração, de não dar contributos àquilo que são documentos importantes, o PSD apresentou um conjunto de propostas de alteração que visavam essencialmente a melhoria de uma proposta de um documento tão importante como este que quanto a nós continha e contem algumas omissões e algumas falhas.

Curiosamente ou não, o Partido Socialista uma vez mais recusou essas propostas de alteração possivelmente e provavelmente por ser o Partido Social Democrata a apresentar nesta câmara.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Lamentamos (e isto lamentamos profundamente) que a bancada do Partido Socialista e até mesmo a bancada do Governo não tenha percebido e não tenha tido a humildade de reconhecer as omissões e as falhas deste documento, aliás, como ficou patente aquando da audição da Sra. Secretária, inclusivamente na comissão, aquando da apreciação deste documento.

Apesar disso, o Partido Social Democrata de forma responsável aprovou o documento e estamos certos que num futuro mais ou menos próximo o Partido Socialista possa apresentar as alterações necessárias quando concluir e quando der conta das falhas e das omissões e, aí sim, ficará um documento mais completo com aquilo que o PSD propunha nesta fase.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputados Duarte Freitas e Marco Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com a aprovação do Paleoparque da ilha de Santa Maria deu-se mais um passo significativo nos Açores para a conservação da natureza e para todo o trabalho, ou consolidação de todo o trabalho que tem sido desenvolvido por diversas entidades na Região, nomeadamente a Universidade dos Açores, o Governo Regional, os vários técnicos do Parque Natural da ilha de Santa Maria que com empenho, com dedicação desenvolvem todos os dias a sua atividade laboral.

Nós propusemos uma proposta de alteração, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Foi a única que fizeram!

A Oradora: ... porque consideramos que é extremamente importante envolver de uma forma significativa e mais relevante a escola da ilha de Santa Maria, a Escola Básica e Secundária de Santa Maria, lamentando que esta não tenha merecido a aprovação por parte do PSD nomeadamente, tanto é que esta era uma proposta do Conselho de Ilha de Santa Maria e que nós quisemos reforçar e respeitar a bem da ilha de Santa Maria e a bem da sistematização e da concretização, implementação deste parque natural.

Portanto, a aprovação do Paleoparque será seguidamente implementada, será divulgada e a conservação dos nossos fósseis, a divulgação turística, a proteção das jazidas será cada vez mais uma realidade na ilha de Santa Maria.

Obrigada, Sra. Presidente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação, no sentido de solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17 horas e 45 minutos.

Eram 17 horas e 26 minutos.

(Após o intervalo, a Deputada Bárbara Chaves reocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que reocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 56 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto sete da nossa Agenda: **Proposta de Resolução n.º 4/XI – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2016”**.

O debate e a votação da Conta da Região regem-se pelo artigo 168.º do Regimento e os tempos são os que usualmente utilizamos no processo legislativo comum.

Para a apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva, relator da Comissão de Economia.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**RELATÓRIO E PARECER
CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DO ANO DE 2016**

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Subcomissão e a Comissão Permanente de Economia reuniram nos dias 29 de janeiro, 28 de abril e 09 de julho de 2018, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de analisar e dar parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2016, tendo em consideração o respetivo parecer emitido pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

1.º CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 232.º e da alínea p) do n.º 1 do artigo n.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar as Contas da Região Autónoma dos Açores.

2.º CAPÍTULO - APRECIACÃO NA GENERALIDADE

Encontra-se em apreciação a Proposta de Resolução n.º 4/2017, apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governo Regional relativa à Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2016.

A referida Conta teve por base a execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2016 aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro e posto em execução pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2016/A de 11 de fevereiro.

A Conta da Região Autónoma dos Açores de 2016 foi aprovada em Conselho de Governo por Resolução de 13 de junho de 2017, deu entrada na Assembleia no dia 30 de junho de 2017, tendo sido remetido à Comissão de Economia no 4 de julho de 2017.

O parecer do Tribunal de Contas foi enviado a esta Comissão em 7 de dezembro de 2017.

Após parecer do Tribunal de Contas, foram remetidos os pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para a Comissão Permanente de Economia, ficando assim reunidos os elementos necessários à elaboração do presente relatório e parecer.

3.º CAPÍTULO - APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE

APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE:

a) Receita

A Receita Consolidada, do Sector Público Administrativo Regional (excluindo Operações Extraorçamentais), em 2016, atingiu o valor de 1.590,8 milhões de

euros. Essa receita é constituída, essencialmente, por receitas fiscais, transferências e passivos financeiros.

Quadro 1 - Receitas

Capítulos	Administração Regional Direta	Administração Regional Indireta			Sector Público Administrativo Regional
		Serviços e Fundos Autónomos (SFA)	Entidades Públicas Reclassificadas (EPR)	Total	
		Euro			
Impostos diretos	191 425 369	-	-	-	191 425 369
Impostos indiretos	420 764 125	-	-	-	420 764 125
Contribuições SS, CGA e ADSE	11 215 041	-	-	-	11 215 041
Taxas, multas e outras penalidades	8 078 066	10 980 868	899 567	11 880 435	19 958 502
Rendimentos da propriedade	4 346 559	3 736	64 734	68 470	4 415 029
Transferências correntes	179 914 733	154 647 184	216 753 805	371 400 988	252 774 045
Venda de bens e serviços correntes	1 285 445	6 965 761	65 622 295	72 588 055	73 873 501
Outras receitas correntes	1 451 918	3 983 261	1 288 529	5 271 790	6 723 709
Receitas Correntes a)	818 481 256	176 580 809	284 628 929	461 209 739	981 149 319
Venda de bens de investimento	1 096 230	-	1 069	1 069	1 097 299
Transferências de capital	171 042 674	54 648 148	36 603 595	91 251 743	180 522 012
Ativos financeiros	127 404	105 860	34 200 000	34 305 860	34 433 264
Passivos financeiros	188 500 000	-	188 765 280	188 765 280	377 265 280
Outras receitas de capital	189 684	8 537	4 758 284	4 766 821	4 956 506
Receitas de Capital b)	360 955 993	54 762 545	264 328 229	319 090 773	598 274 361
Reposições não abatidas nos pagamentos	1 151 773	80 729	-	80 729	1 232 501
Saldo da gerência anterior	164 317	6 772 512	9 971 438	16 743 950	10 131 756
Outras Receitas c)	1 316 089	6 853 241	9 971 438	16 824 679	11 364 257
Receita Total a+b+c	1 180 753 339	238 196 595	558 928 596	797 125 191	1 590 787 938

a) valor não resulta da soma as transferências correntes e as de capital, porque são deduzidas as transferências intra-internas.

As receitas foram repartidas pela Administração Regional Direta, cujo montante atingiu os 1.180,8 milhões de euros, e pela Administração Regional Indireta, no valor de 797,1 milhões de euros.

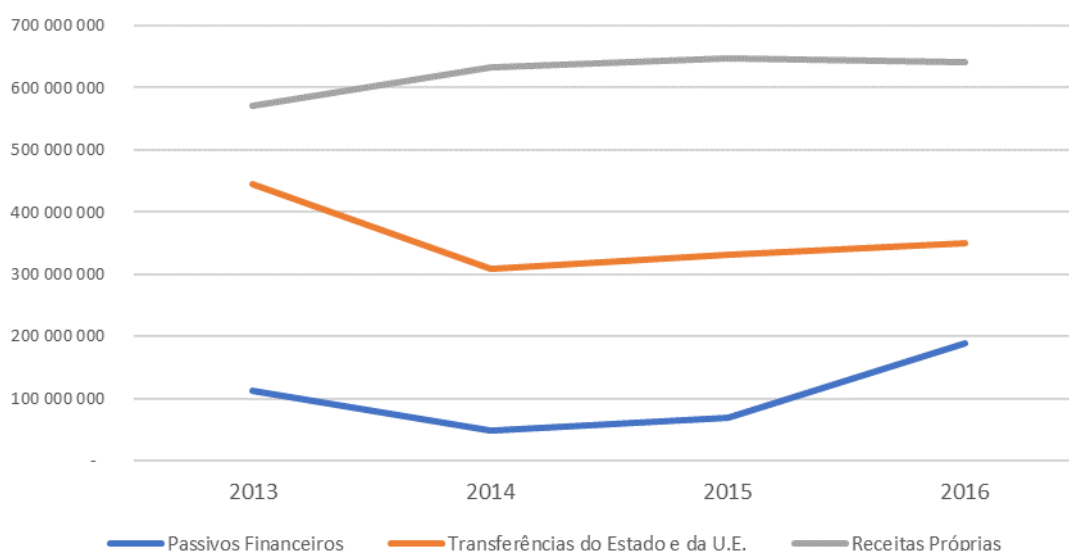
Quadro 2 - Receita do subsector da Administração Regional direta (2013-2016)

Euro

	2013	2014	2015	2016
Passivos Financeiros	111 430 000	49 000 000	69 000 000	188 500 000
Transferências do Estado e da U.E.	445 671 752	308 805 563	330 581 596	350 449 997
Receitas Próprias	570 779 146	632 551 465	647 606 007	641 803 342

É de assinalar, em 2016, o aumento de 6% das Transferências do Estado e da EU, para 350,4 milhões de euros, enquanto as Receitas Próprias apresentaram uma redução de 1%, para 641,8 milhões de euros, face ao ano anterior.

Gráfico 1 – *Evolução da Receita (2013 – 2016)*



Por sua vez, verificamos que as Receitas Fiscais, no valor de 612,2 milhões de euros, representam cerca de 95,46% do total das Receitas Próprias, enquanto as Outras Receitas representam 4,31%.

Quadro 3 - **Composição da Receita Própria**

	Euros	%
Receita Própria	Receita contabilizada	%
Receita Fiscal	612 189 493	95,46
Outras Receitas	27 662 944	4,31
Ativos Financeiros	127 404	0,02
Reposições não abatidas nos pagamentos	1 151 773	0,18
Saldo da gerência anterior	164 317	0,03

Total	641 295 931	100,00
--------------	--------------------	---------------

Os Impostos Diretos, no valor de 191,4 milhões de euros (31,27% do total), são constituídos, sobretudo, pelo IRS e IRC, que representam, respetivamente, 26,28% e 4,99% da Receita Fiscal.

Os Impostos Indiretos, num total de 397,5 milhões de euros (64,93% da Receita Fiscal), são constituídos, essencialmente pelo IVA (292,5 milhões de euros), o ISP (55,1 milhões de euros) e o Imposto sobre o Tabaco (38,0 milhões de euros).

Quadro 4 - Receita Fiscal da Administração Regional Direta

	Euro	%
Receita Fiscal	Valor	%
IRS	160 869 900	26,28
IRC	30 545 201	4,99
Imposto sobre sucessões e doações	-	-
Imposto de uso, porte e detenção de armas	-	-
Impostos diretos diversos	10 267	0,00
Total Impostos Diretos	191 425 369	31,27
ISP	55 079 177	9,00
IVA	292 460 343	47,77
Imposto sobre veículos	6 123 726	1,00
Imposto sobre o tabaco	38 038 910	6,21
Imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas	5 793 975	0,95
Total Impostos Indiretos	397 496 132	64,93
Imposto selo	18 954 582	3,10
Imposto único de circulação	4 025 832	0,66
Impostos indiretos diversos	287 579	0,05
Total Outros Impostos	23 267 993	3,80
Total Receita Fiscal	612 189 493	100,00

Por sua vez, os Outros Impostos são maioritariamente compostos pelo Imposto de Selo (19,0 milhões de euros), que representa 3,1% do Total das Receitas Fiscais.

Quadro 5 - Evolução dos Principais Impostos (2013-2016)

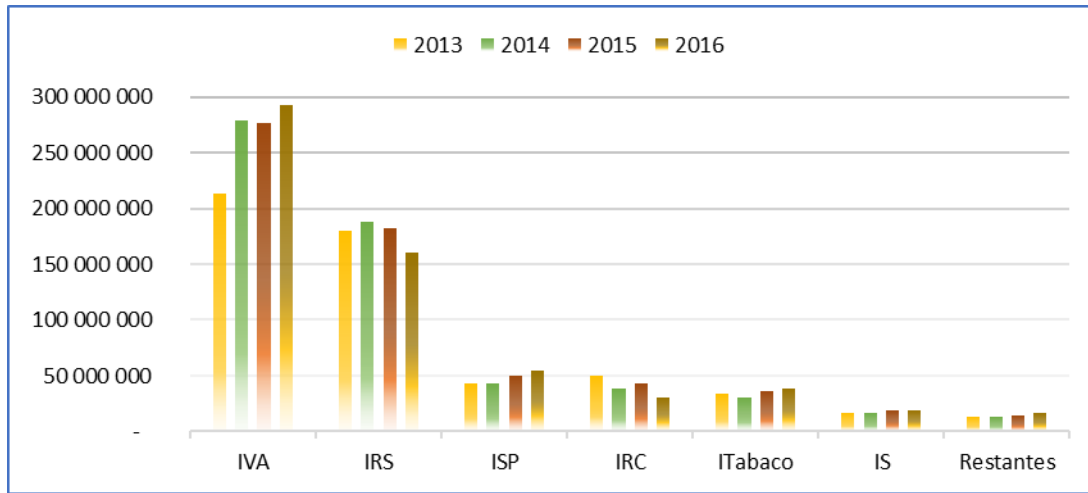
IMPOSTOS	2013	2014	2015	2016
IVA	213 491 780	279 357 461	276 585 589	292 460 343
IRS	179 575 642	188 423 714	181 742 958	160 869 900
ISP	43 141 494	42 861 534	49 416 292	55 079 177
IRC	49 932 143	38 934 901	43 153 779	30 545 201
ITabaco	33 419 201	30 220 409	35 857 721	38 038 910
ISelo	17 174 239	16 117 465	19 090 540	18 954 582
Restantes	12 768 479	13 398 727	14 202 165	16 241 380
Total	549 502 978	609 314 211	620 049 043	612 189 493

Comparativamente ao ano anterior, destaca-se o aumento de 5,7% das receitas com o IVA, em mais 15,9 milhões de euros; bem como o aumento de 9% do ISP, em mais 5,7 milhões de euros.

Regista-se ainda a redução nas receitas com o IRS, -11,5%, que teve um impacto de 20,9 milhões de euros; e também as receitas com o IRC, - 5%, que diminuíram cerca de 12,6 milhões de euros.

Numa análise a médio longo prazo, entre os anos de 2013 a 2016, as receitas com o IVA aumentaram 79,0 milhões de euros, cerca de 37%, representando, em 2016, quase 48% do total das receitas fiscais. Em sentido contrário, as receitas com o IRS, no mesmo período, diminuíram 18,7 milhões de euros, menos 10,4%, representando 26% do total das receitas fiscais, em 2016.

Gráfico 2 – Evolução dos Principais Impostos (2013 – 2016)



Nas Outras Receitas, no valor de 27,7 milhões de euros, destacam-se as contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, com 40,54%, e as taxas, multas e outras penalidades, com 29,20% do total.

Quadro 6 - Outras Receitas

Outras Receitas	Valor (€)	%
Contribuições SS, CGA e ADSE	11 215 041	40,54
Taxas, multas e outras penalidades	8 078 066	29,20
Rendimentos da propriedade	4 346 559	15,71
Vendas de bens e serviços correntes	1 285 445	4,65
Outras receitas correntes	1 451 918	5,25
Venda de bens de investimento	1 096 230	3,96
Outras receitas de capital	189 684	0,69
Total	27 662 944	100,00

➤ Transferências

As Transferências, num total de 351,0 milhões de euros, provieram, sobretudo, do Orçamento do Estado (72%) e da União Europeia (28%).

Quadro 7 - Transferências

Transferências		Valor (€)
Estado	Princípio da solidariedade	179 914 733
	Fundo de coesão	71 965 893
	Realojamento	-
	Sub-total	251 880 626
Sociedades e quase-sociedades não financeiras		
	Privadas	507 410
	Sub-total	507 410
União Europeia	FEDER	96 673 201

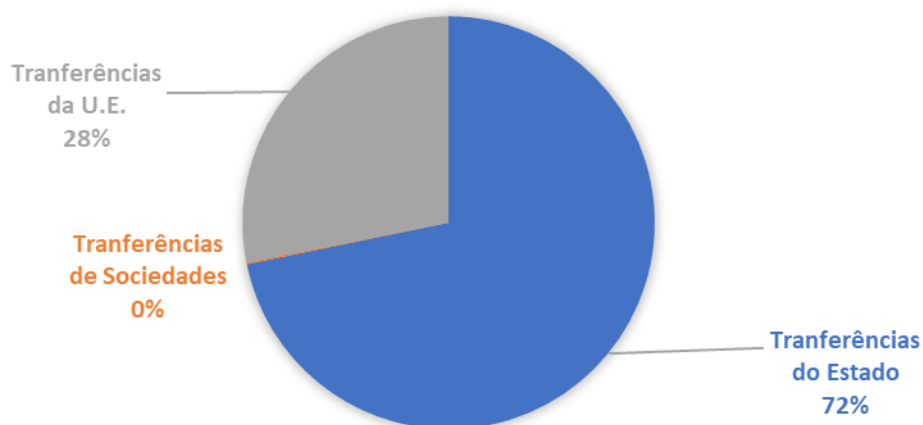
FCOESAO	211 829
FEADER	1 136 570
FEP	36 656
PIFER	449 016
Outras	62 100
Sub-total	98 569 372

Total	350 957 408
--------------	--------------------

As Transferências do Orçamento do Estado atingiram o montante de 251,9 milhões de euros, das quais, as transferências ao abrigo do Princípio da Solidariedade, com 179,9 milhões de euros, e as do Fundo de Coesão, com 72,0 milhões de euros.

Nas Transferências da União Europeia, no montante total de 98,6 milhões de euros, assume maior peso a verba proveniente do FEDER, com 96,7 milhões de euros, bem como a verba do FEADER, no valor de 1,1 milhões de euros.

Gráfico 3 – Transferências



➤ Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros, no ano de 2016, registados na Conta da Região Autónoma dos Açores foram de 188,5 milhões de euros (139 milhões de euros para refinanciamento da dívida e 49,5 milhões de euros para financiamento de projeto participados de FEEI) e referiam-se a três contratos:

- 40 milhões de euros – Resolução do Conselho do Governo n.º 35/2016, de 22/03/2016.
- 105 milhões de euros – Resolução do Conselho do Governo n.º 97/2016, de 24/05/2016.
- 43,5 milhões de euros – Resolução do Conselho do Governo n.º 98/2016, de 24/05/2016.

b) DESPESA

A despesa global consolidada do sector público administrativo regional, em 2016, atingiu o valor de 1.548 milhões de euros, menos 16 milhões de euros, face ao ano anterior,

Quadro 8 - Despesa do Sector Público Administrativo Regional

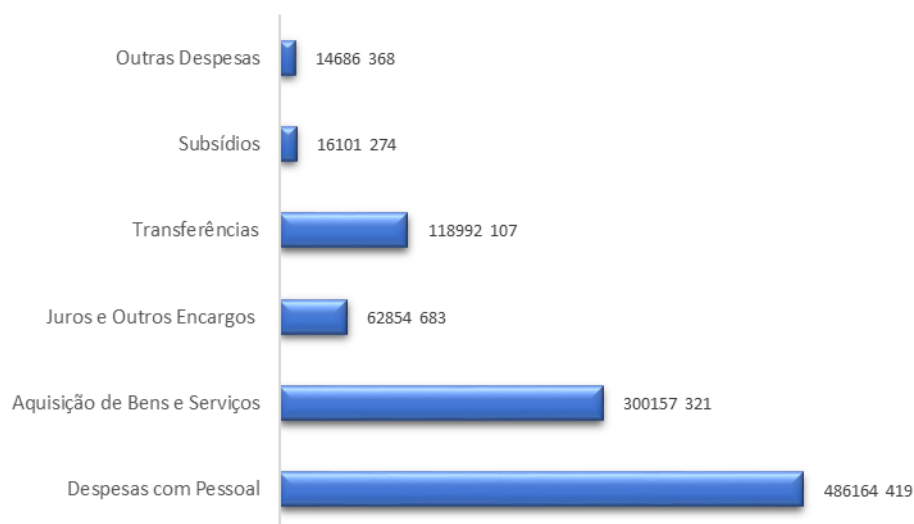
Euros

Designação	Administração Regional Direta ARD	Serviços e Fundos Autónomos SFA	Entidades Públicas Reclassificadas EPR	Sector Público Administrativo Regional (Consolidado)
<i>Despesas Correntes</i>				
Despesas com Pessoal	313 253 614	62 348 631	110 562 174	486 164 419
Aquisição de Bens e Serviços	80 115 268	81 378 401	138 663 652	300 157 321
Juros e Outros Encargos	14 670 461	2 010 532	46 173 690	62 854 683
Transferências [a)]	349 010 480	67 675 003	848 300	118 992 107
Subsídios	2 626 697	13 474 577	-	16 101 274
Outras Despesas	11 608 467	169 622	2 908 279	14 686 368
<i>Total Despesas Correntes</i>	<i>771 284 987</i>	<i>227 056 765</i>	<i>299 156 095</i>	<i>998 956 171</i>
<i>Despesas de Capital</i>				
Aquisição de Bens	49 001 255	5 292 163	8 715 146	63 008 564
Transferências [a)]	221 022 005	933 276	404 522	140 587 397
Ativos Financeiros	-	61 173	53 899 246	53 960 419
Passivos Financeiros	138 943 000	1 221 754	146 442 265	286 607 019
Outras Despesas	378 000	-	4 463 077	4 841 077
<i>Total Despesas de Capital</i>	<i>409 344 260</i>	<i>7 508 366</i>	<i>213 924 256</i>	<i>549 004 476</i>
Total da Despesa	1 180 629 247	234 565 131	513 080 352	1 547 960 648
Despesa Efetiva (1)	1 041 686 247	233 282 204	312 738 841	1 207 393 210
Despesa Primária (2)	1 027 015 786	231 271 672	266 565 151	1 144 538 527

Despesa Corrente Primária (3)	756 614 526	225 046 233	252 982 405	936 101 489
a) valor não corresponde ao somatório, porque são deduzidas as transferências intra-internas.				
(1) - Total da Despesa menos os Ativos Financeiros e os Passivos Financeiros				
(2) - Despesa Efetiva menos os Juros e Outros Encargos				
(3) - Despesa corrente menos os Juros e Outros Encargos				

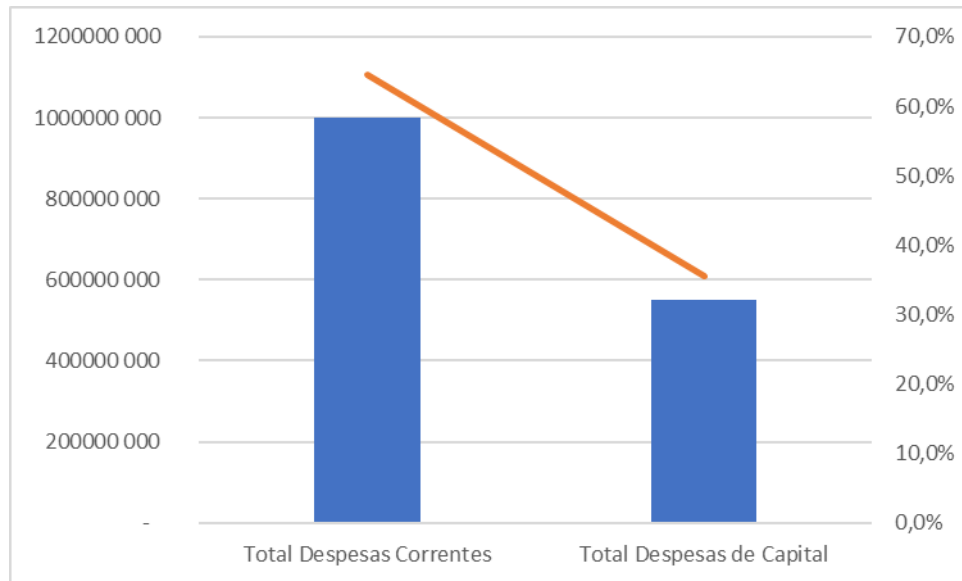
Nas despesas correntes, em 2016, destacam-se os 486,2 milhões de euros de despesas com o pessoal (48,7% das despesas correntes), e os 300,2 milhões de euros referentes à aquisição de bens e serviços (30,0% das despesas correntes).

Gráfico 4 – Despesas Correntes



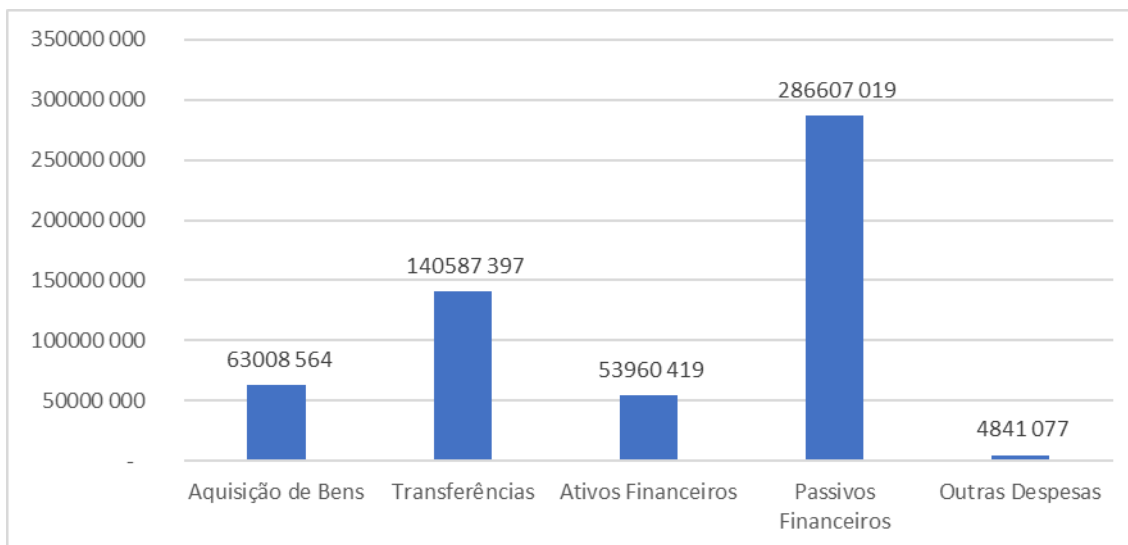
As Despesas de Capital, no valor de 549,0 milhões de euros, representaram 35,5% da Despesa Total, enquanto as Despesas Correntes, com 999,0 milhões de euros, atingiram 64,5%.

Gráfico 5 – Despesas



Nas Despesas de Capital, os Passivos Financeiros absorveram 52,2% do total, seguindo-se as Transferências, com 25,6% e a Aquisição de Bens, com 11,5%.

Gráfico 6 – Despesas de Capital



A Despesa Efetiva (total das despesas menos os ativos e passivos financeiros) atingiu o valor de 1.207,4 milhões de euros, mais 38,7 milhões de euros do que o registado em 2015, o que corresponde a mais 3%.

A Despesa Primária (despesa corrente menos os juros e outros encargos) registou 1.144,5 milhões de euros, implicando um aumento em 36,8 milhões de euros, ou seja, mais 3% do que no ano anterior.

➤ Despesa por Funções

A despesa total da Administração Regional Direta atingiu os 1.386,8 milhões de euros, incluindo os passivos financeiros e operações extraorçamentais.

Quadro 9 - Evolução da Despesa da Administração Regional Direta por Funções

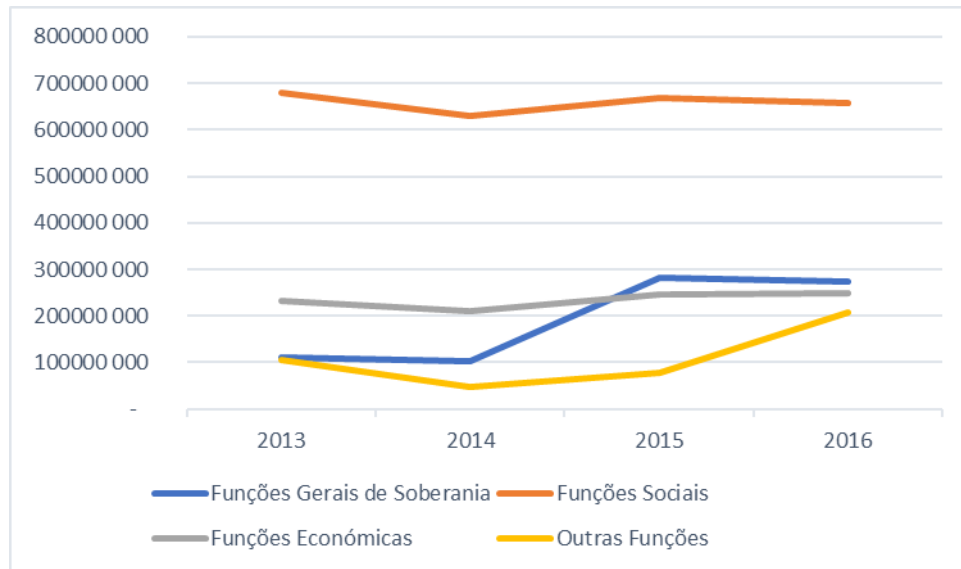
	2013	2014	2015	2016
Funções Gerais de Soberania	111 594 000	102 793 107	281 784 923	274 317 933
Funções Sociais	679 467 733	629 962 999	667 611 913	657 315 534
Funções Económicas	232 113 511	211 287 488	246 580 856	248 083 638
Outras Funções	104 667 305	46 298 201	78 160 029	207 094 587
Total	1 127 842 549	990 341 795	1 274 137 721	1 386 811 693

As funções sociais, com 47,4% do total da despesa, representam a maior proporção dos gastos da Administração Pública Regional, onde se incluem a Saúde (308,9 milhões de euros) e a Educação (259,0 milhões de euros). A Saúde e Educação representaram 86,4% da totalidade das verbas afetas às funções sociais, em 2016.

Seguem-se, em termos de representatividade, as funções gerais de soberania, com 274,3 milhões de euros (19,8%); as funções económicas, onde se incluem a

agricultura, as pescas, os transportes e comunicações, com 248,1 milhões de euros (17,9%); e as outras funções com 207,1 milhões de euros (14,9%).

Gráfico 7 – Evolução da Despesa por Funções

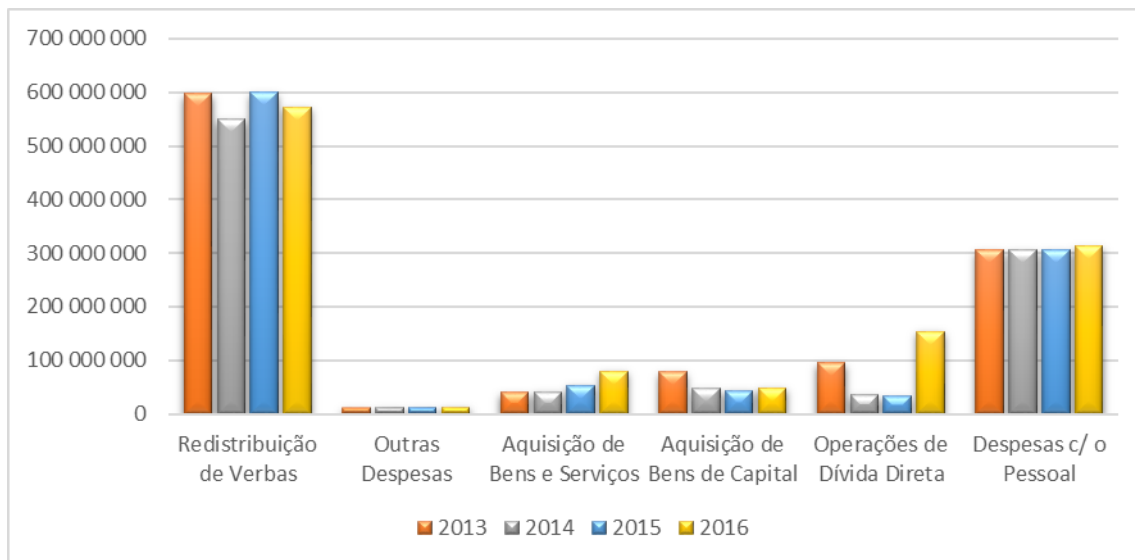


➤ **Pagamentos efetuados pela Administração Pública Direta**

A rubrica Redistribuição de Verbas absorve 48,5% dos pagamentos efetuados, logo seguida da rubrica Despesas com o Pessoal, com 26,5% e das Operações de dívida direta, com 13% do total dos pagamentos.

Em relação ao ano anterior, destaca-se o aumento verificado em operações de dívida direta, no valor 120 milhões de euros, devido à reestruturação da dívida pública direta.

Gráfico 8 – Pagamentos Efetuados pela Administração Pública Direta 2013-2016



Ao nível de execução orçamental, destaca-se:

- ❖ Despesas de Funcionamento, no valor de 658,8 milhões de euros (56% do total), com uma taxa de execução de 98,5%;
- ❖ Investimento, no valor de 368,2 milhões de euros (31% do total), com uma taxa de execução de 70%.

➤ **Despesa da Administração Pública Indireta**

No que se refere à Despesa da Administração Regional Indireta, esta atingiu os 747,6 milhões de euros em 2016, dos quais 234,6 milhões de euros dos SFA-Serviços e Fundos Autónomos (31,4%) e 513,1 milhões de euros relativos às EPR-Entidades Públicas Reclassificadas (68,6%).

Quadro 10 - Despesa Administração Regional Indireta

Euro			
Despesa	Serviços e Fundos Autónomos	Entidades Públicas	Total

		Reclassificadas	
Despesas Correntes	227 056 764	299 156 095	526 212 859
Despesas de Capital	7 508 366	213 924 256	221 432 622
Total	234 565 130	513 080 351	747 645 482

Face ao total das despesas, cerca de 526,2 milhões de euros resultam das Despesas Correntes (70,4%), enquanto os restantes 221,4 milhões de euros tiveram origem nas Despesas de Capital (29,6%).

Nos Serviços e Fundos Autónomos, cerca de 96,8% do total das despesas provieram das despesas correntes e 3,2% de despesas de capital.

Nas Entidades Públicas Reclassificadas, 58,3% das despesas foram referentes a despesas de capital enquanto apenas 41,7% resultaram de despesas correntes.

c) OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS

As operações extraorçamentais registaram uma execução de 206,2 milhões de euros, em 2016, sendo que 80,6% destas são referentes a Outras Operações de Tesouraria (consignação de receita) e os restantes 19,4% são relativos a Operações de Tesouraria (retenções).

A Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial realizou cerca de 99,9% do total das operações extraorçamentais, em 2016.

d) PLANO DE INVESTIMENTOS

O valor global do Investimento Público previsto pela Administração Regional, em 2016, ascendia a 524,0 milhões de euros, tendo sido executado 368,2 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução de 70,3%.

Quadro 11 - Execução Financeira do Plano de Investimentos - 2016

N.º	Objetivo / Programa	Orçamento		Executado		Tx Exec
		Euro	%	Euro	%	%
	Aumentar a Competitividade e a Empregabilidade da Economia Regional	164 059 242	31,3	126 201 714	34,3	76,9
1	Competitividade, emprego e gestão pública	78 735 750	15,0	61 971 965	16,8	78,7
2	Agricultura, florestas e desenvolvimento rural	56 441 799	10,8	44 587 685	12,1	79,0
3	Pescas e aquicultura	16 392 613	3,1	10 153 733	2,8	61,9
4	Desenvolvimento do turismo	12 489 080	2,4	9 488 331	2,6	76,0
	Promover a Qualificação e a Inclusão Social	178 110 143	34,0	118 618 317	32,2	66,6
5	Educação, ciência e cultura	80 978 933	15,5	56 109 907	15,2	69,3
6	Desenvolvimento do sistema de saúde	28 335 292	5,4	16 833 239	4,6	59,4
7	Solidariedade social	34 955 805	6,7	18 743 644	5,1	53,6
8	Habitação e renovação urbana	21 967 783	4,2	16 572 111	4,5	75,4
9	Desporto e juventude	11 872 330	2,3	10 359 416	2,8	87,3
	Aumentar a Coesão Territorial e a Sustentabilidade	179 976 178	34,3	122 101 229	33,2	67,8
10	Transportes, energia e infraestruturas tecnológicas	141 188 992	26,9	104 129 097	28,3	73,8
11	Prevenção de riscos e proteção civil	8 914 412	1,7	5 488 133	1,5	61,6
12	Ambiente e ordenamento	29 872 774	5,7	12 483 998	3,4	41,8
	Afirmar a Identidade Regional e Promover a Cooperação Externa	1 891 950	0,4	1 256 191	0,3	66,4
13	Informação e comunicação	1 102 000	0,2	595 018	0,2	54,0
14	Comunidade e cooperação externa	789 950	0,2	661 173	0,2	83,7
	Total	524 037 513	100,0	368 177 451	100,0	70,3

Na análise do Plano de 2016, por objetivos, destaca-se o objetivo “Aumentar a Competitividade e a Empregabilidade da Economia Regional”, com 126,2 milhões de euros, teve a maior execução, com uma taxa de 76,9%

Ao nível de programas, o programa 9 “Desporto e Juventude” teve a maior taxa de execução, com 87,3%. No sentido inverso, o programa 12, designado por “Ambiente e Ordenamento” apresentou a menor taxa de execução com 41,8%.

O programa 10 “Transportes, energia e infraestruturas tecnológicas” registou o maior valor absoluto de execução, com 104,1 milhões de euros, com uma taxa de 73,8%.

e) DÍVIDA PÚBLICA E OUTRAS RESPONSABILIDADES

No final de 2016, o valor da dívida da Administração Regional Direta, Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas apresentava diferenças entre o apurado pelo Governo Regional (com base no INE) e os critérios utilizados pelo Tribunal de Contas.

Assim, o stock da dívida pública direta da Região, a 31/12/2016, atingiu os 573,0 milhões de euros, tendo sido saldada a dívida do Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia.

Relativamente às EPR-Empresas Públicas Reclassificadas, o valor da dívida, no final de 2016, atingiu os 975,3 milhões de euros.

Quadro 12 - Dívida Financeira – Estimada pelo Tribunal de Contas

Milhares Euro

Entidades			Variação 2016-2015	
	2015	2016	Absoluta	Relativa %
<i>Administração Regional Direta e SFA (1)</i>	524 644	573 001	48 357	9,2
<i>Entidades Públicas</i>				
<i>Reclassificada - EPR:</i>				
(2)				
IROA	5 672	6 014	342	6,0
Saudaçor	540 050	612 817	72 767	13,5
Hospital DES PDL	108 762	94 249	- 14 513	-13,3
Hospital SE Terceira	54 782	45 600	- 9 182	-16,8
Hospital Horta	29 565	21 569	- 7 996	-27,0
SPRHI	168 137	169 831	1 694	1,0
Ilhas de Valor	9 826	10 167	341	3,5
SDEA	89	750	661	742,7
Atlanticoline	3 925	6 230	2 305	58,7
ATA	8 517	9 497	980	11,5
Teatro Micaelense	740	779	39	5,3
Azorina	6 084	6 081	- 3	0,0
<i>Sub-total (2)</i>	936 149	983 586	47 436	5,1
Total (1) + (2)	1 460 793	1 556 586	95 793	6,6

A Saudaçor é a Entidade Pública Reclassificada com o maior volume de dívida, 612,8 milhões de euros, mais 13,5%, do que em 2015.

No conjunto, a dívida financeira do setor da saúde, em 2016, atingiu os 774,2 milhões de euros, representando assim 49,7% do total.

Face ao ano anterior, a Dívida Financeira aumentou cerca de 95,8 milhões de euros, sendo 48,4 milhões de euros da Administração Regional Direta e SFA e 47,4 milhões de euros das EPR.

Quadro 13 - Dívida não Financeira

milhares Euro

Entidades			Variação	
	2015	2016	Absoluta	Relativa %
Serviços Integrados	609	11 879	11 270	1850,6
Serviços e Fundo Autónomos (menos SRSaúde)	490	487	- 3	-0,6
SFA-S.R.Saúde	321	260	- 61	-19,0
Sub-total (Administração Regional Direta e SFA)	1 420	12 626	11 206	789,2
IROA	1 297	1 820	523	40,3
Saudaçor	2 463	1 128	- 1 335	-54,2
Hospital DES PDL	73 415	69 869	- 3 546	-4,8
Hospital SE Terceira	39 453	40 111	658	1,7
Hospital Horta	13 563	10 906	- 2 657	-19,6
SPRHI	5 614	6 910	1 296	23,1
Ilhas de Valor	18 454	20 165	1 711	9,3
SDEA	274	369	95	34,7
Atlanticoline	834	781	- 53	-6,4
ATA	5 271	6 206	935	17,7
Teatro Micaelense	116	116	-	0,0
Pousada da Juventude Caldeira Santo Cristo	46	37	- 9	-19,6
Azorina	962	717	- 245	-25,5
Sub-total (Entidades Públicas Reclassificadas)	161 762	159 135	- 2 627	-1,6
Total	163 182	171 761	8 579	5,3

A Dívida não Financeira, no final de 2016, ascendia a 171,8 milhões de euros, um aumento de 8,6 milhões de euros (+5,3%), face ao ano anterior, sobretudo, devido ao incremento registado nos Serviços Integrados da Administração Regional Direta. Pela positiva, registou-se uma diminuição da dívida não financeira das EPR, em menos 2,6 milhões de euros.

A dívida global da Região, a 31 de dezembro de 2016, perfazia 1.548,3 milhões de euros, de acordo com os critérios preconizados pelo INE e adotados pela Região.

A Dívida Global da Administração Regional Direta, Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas, apresentada pela Tribunal de Contas, no final de 2016, ascendia a 1.728,3 milhões de euros (cerca de 44% do PIB de 2016), da qual 1.556,6 milhões de euros referente a dívida financeira e 171,8 milhões de dívida não financeira.

Acresce que a dívida titulada pelas entidades que não integram o perímetro orçamental atingiu os 375,3 milhões de euros, em 2016, um acréscimo de 20 milhões face ao ano anterior. Deste montante total, destaca-se o grupo SATA (222,1 milhões de euros), a Lotaçor (46,5 milhões de euros), a Portos dos Açores (71,9 milhões de euros) e a Sinaga (26,4 milhões de euros), que no seu conjunto representam 97,8% da dívida titulada por este subconjunto de entidades.

➤ **Avaes**

No final de 2016, a responsabilidades da Região com avales, atingiu os 877,4 milhões de euros, mais 21,9% face ao ano anterior. As EPR - Entidades públicas reclassificadas representavam cerca de 86% do total, com destaque para a Saudaçor (com 61%) e para a SPRHI (com 17%).

Quadro 14 - Avaes

(em milhares Euro)		
Mutuário	31/12/2015	31/12/2016
EPR - Entidades públicas reclassificadas:		
IROA	4 614	4 614
Saudaçor	425 168	532 599
Ilhas de Valor	8 200	7 800
Hospital da Horta	4 821	4 407
Hospital de Santo Espírito – Terceira	7 492	6 795

Hospital Divino Espírito Santo – PDL	10 597	42 240
SPRHI	143 124	150 693
Azorina	2 362	2 929
Subtotal (1)	606 378	752 077
Entidades públicas não reclassificadas:		
EDA	64 000	52 000
Lotaçor	18 649	20 353
Portos dos Açores	16 061	33 481
Sinaga	14 846	19 472
Subtotal (2)	113 556	125 306
Total (3) = (1) + (2)	719 934	877 383

Foram concedidos durante o ano de 2016, quinze avales no montante global de 235,8 milhões de euros, 99,9% do plafond estipulado de 236 milhões de euros (DLR 1/2016/A, de 8 de janeiro). Acresce que cerca de 85,7% das responsabilidades por avales concedidos já constituem dívida pública regional, pelo facto de as entidades integrarem já o perímetro orçamental.

As amortizações efetuadas e que deixaram de constituir responsabilidades da Região, durante o ano de 2016, totalizaram 78,4 milhões de euros.

➤ Cartas de conforto

Em 2016, a Região concedeu dezasseis cartas de conforto, cujo valor de emissão foi de 50,6 milhões de euros, para responsabilidades de 48,2 milhões de euros.

Nenhuma das cartas de conforto emitidas teve a natureza de garantia pessoal, não relevando para o limite de concessão de garantias pela Região.

Em termos globais, a responsabilidade da Região com Cartas Conforto, no final de 2016, era de 262,1 milhões de euros, menos 116,8 milhões de euros (-31%), face a 2015.

Quadro 15 – Variação das Responsabilidades com Cartas Conforto

Euros

2016	2015	Variação	
262 145 789	378 995 435	- 116 849 646	-31%

As entidades que representam maior responsabilidade com Cartas de Conforto são a Sudaçor, S.A. (76,3 milhões de euros); o HDES-PDL EPER (52,0 milhões de euros); o HSE-Terceira EPER (38,8 milhões de euros); e a Sata Air Açores, S.A.

➤ Parcerias Público Privadas (PPP) das RAA

Os valores atualizados das responsabilidades que decorrem das PPP das RAA, com referência a 31/12/2016, totalizavam 523,2 milhões de euros, sendo:

- Concessão rodoviária na SCUT de São Miguel, no valor de 382,3 milhões de euros;
- Hospital da Ilha Terceira, no valor de 140,9 milhões de euros.

f) Património

No final do ano de 2016, o património físico inventariável apresentava um valor atualizado de cerca de 739,0 milhões de euros, menos 4,6 milhões de euros do que no ano anterior.

A afetação daquele património, constituído pelos bens móveis, imóveis e semoventes, estava distribuída pelos diferentes serviços da Administração Regional:

- Administração Regional Direta – 307,8 milhões de euros (42%);
- Serviços Autónomos – 331,9 milhões de euros (45%);
- Administração Indireta – 44,1 milhões de euros (6%);

- Sector Público Empresarial – 2,8 milhões de euros (0%);
- Administração Central – 14,1 milhões de euros (2%);
- Outras Entidades – 38,3 milhões de euros (5%).

Quadro 16 - Bens Patrimoniais

milhares de Euro

Bens	Em 01/01/2016	Abates	Aquisições	Ajustamento	Em 31/12/2016	Variação
Móveis	54 899	291	278	-	54 886	-13
Imóveis	685 433	7 359	3 253	-	681 327	-4 106
Semoventes	3 247	2	43	-512	2 776	-471
Totais	743 579	7 652	3 574	-512	738 989	-4 590

Os bens imóveis registaram uma variação negativa face ao ano anterior, no valor de 4,1 milhões de euros, bem como os semoventes, no valor de 0,5 milhões de euros.

▪ Ativos Financeiros

Os ativos financeiros totalizavam, no final de 2016, cerca de 310,2 milhões de euros, repartidos por participações financeiras (291,3 milhões de euros) e empréstimos concedidos (18,9 milhões de euros).

Quadro 17 – Ativos Financeiros - Composição da carteira

(milhares de Euro)

Designação	Administração Regional Direta	A. Regional Indireta		Sociedades não financeiras Públicas	Instituições s/ fins lucrativos Públicos	Total
		SFA	EPR			
. Entidades públicas reclassificadas	181 697	4 450	25	45	-	186 217
. Sociedades não financeiras públicas	100 947	-	3 453	16	-	104 416
. Instituições sem fins lucrativos públicas	590	-	8	39	50	687
Sub-total (Participações financeiras) (1)	283 234	4 450	3 486	100	50	291 319
Empréstimos concedidos (2)	9 342	368	9 147	-	-	18 857
Total (1) + (2)	292 576	4 818	12 633	100	50	310 177

▪ Entidades controladas pela Região Autónoma dos Açores

A Região Autónoma dos Açores detém participações financeiras, diretas e indiretas, em diversas sociedades comerciais, em entidades públicas empresariais e em diversas instituições sem fins lucrativos públicas.

Em 2016, há a destacar os aumentos de capital ocorridos na SPRHI, S.A. (3,5 milhões de euros); na Lotaçor, S.A. (850 mil de euros); na Sinaga S.A. (900 mil euros), o que elevou a carteira de participações financeiras para 291,3 milhões euros.

No quadro seguinte, apresenta-se as entidades do sector público empresarial regional, distribuídas por setor de atividade económica, e as instituições sem fins lucrativos públicas, com as respetivas participações diretas, indiretas e/ou cruzadas.

Quadro 18 - Entidades controladas pela RAA

percentagem

RAA - Região Autónoma dos Açores	Saúde	Saudaçor - 100% HDES - 100% HSE - 100% HH - 100%
	Habitação e Obras Públicas	SPRHI - 100%
	Transportes Aéreos	Sata SGPS - 100% Sata Air Açores - 100% Sata Internacional - 100% Sata Gestão Aeródromos - 100% Sata Express INC. CAN - 100% Azores Express INC. USA - 100% Verdegolf - 0,75% Ilha de Valor - 0,28% ATA - 14,71% AAFTH - 25%
	Energia	EDA - 50,10% Segma - 90% Eda Renováveis - 99,68% Oniaçores - 0,001% Eda Renováveis - 0,32% Oniaçores - 0,001% Segma - 10% Fund Eng José Correia - 25,91% Globaleda - 74,9% Oniaçores - 40% Zon Açores - 6,18% ENTA - 2% INOVA - 0,77% Fund Eng José Correia - 33,68%
	Portos e transportes marítimos	Portos dos Açores - 100% Atlânticoline, SA - 16,03% Ilhas de Valor, SA - 0,28% Naval Canal, Lda - 100% Operpdl, Lda - 20% Operterceira, Lda - 20% Opertri, Lda - 20% Atlânticoline, SA - 83,97% Ass. Portas Mar - 28,57% AGESPI - 25%
	Agricultura, pescas e ambiente	Azorina - 100% Lotaçor - 100% IROA - 100% Santa Catarina - 100% Companha - 94% Espadapescas - 100%
	Serviços diversos	Ilhas de Valor - 99,44% SDEA - 100% Sinaga - 100% Melo Abreu, Lda - 15% PJCS - 60,87%
	Turismo	PJA, SA - 51%
	Cultura	Teatro Micaelense - 99,81%
	Instituições s/fins lucrativos	AAFTH - 50% Ass. Portas do Mar - 7,14% Ass. Portas do Mar - 28,57% OTA - 22,22% ATA - 18,09% Ass. Portas do Mar - 7,14% ENTA - 22% INOVA - 65,59% ENTA - 70% OTA - 55,56% Nonagon - 70%

Quadro 19 - Participações financeiras da RAA - Resumo

Euro

Sector de Atividade	2015		2016	
	Nº	Valor	Nº	Valor
Agricultura, pescas e ambiente	11	8 934 378	11	10 684 378
Energia	4	35 070 000	4	35 070 000
Habituação e Obras Públicas	2	26 279 200	2	33 283 800
Portos e Transportes Marítimos	4	47 384 100	4	47 384 100
Saúde	8	296 218 074	8	296 218 074
Transportes Aéreos	6	18 000 000	6	18 000 000
Cultura	2	24 441 760	2	24 441 760
Turismo	3	1 438 260	3	1 438 260
Serviços Diversos	6	18 100 000	6	18 100 000
Instituições s/fins lucrativos	9	777 033	9	776 961
Total	55	476 642 805	55	485 397 333

O setor da Saúde tem o maior volume de participações, com 296,2 milhões de euros, seguido do setor Portos e Transportes Marítimos, com 47,4 milhões de euros, e da Energia, com 35,1 milhões de euros.

A Região Autónoma dos Açores, com referência a 31/12/2016, participa, direta ou indiretamente, em quarenta empresas, em que:

- Tem participação minoritária em onze empresas;
- Detém a totalidade do capital em vinte e duas empresas;
- Detém a maioria do capital em vinte e nove empresas.

Relativamente a entidades não societárias, a Região participa direta e indiretamente em nove entidades, das quais sete diretamente e duas de forma indireta.

g) FLUXOS FINANCEIROS TRANSFERIDOS PARA O SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL - SPER

Durante o ano de 2016, Região transferiu 290,6 milhões de euros para o Setor Público Empresarial Regional (SPER) e os Fundos e Serviços Autónomos transferiram cerca de 2 milhões de euros.

Do valor total transferido para o SPER, cerca 292,6 milhões de euros, destacam-se:

- 215,2 milhões de euros para a Sudaçor, que representa 73,6% do total;
- 34,6 milhões de euros para a SATA, S.A., que representa 11,8% do total;
- 9,1 milhões de euros para a SPRHI, S.A., que representa 3,1% do total.

h) FLUXOS FINANCEIROS TRANSFERIDOS PARA O SECTOR DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

O sector público administrativo regional transferiu 6,1 milhões de euros para entidades do sector da Administração Local situadas na RAA. Acresce a este montante, o valor transferido com origem no Orçamento do Estado, de 100,9 milhões de euros.

i) FLUXOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO REGIONAL

A Administração Central transferiu cerca de 260,3 milhões de euros para o sector público administrativo regional, com origem quase total no Orçamento de Estado. Destes, 251,9 milhões de euros decorrentes do princípio da

solidariedade e 8,4 milhões de euros no âmbito das políticas ativas de emprego e formação profissional.

Foram ainda recebidos 6,4 milhões de euros de Sociedades não Financeiras Públicas, dos quais 4,2 milhões de euros resultantes de dividendos da EDA, S.A. e 2,2 milhões de euros referentes à contrapartida financeira pela concessão de exploração de recursos geotérmicos – EDA Renováveis.

j) FLUXOS FINANCEIROS COM A UNIÃO EUROPEIA

Os fundos comunitários transferidos para a Região, em 2016, ascenderam a 301 milhões de euros, refletindo assim um acréscimo de 3 milhões de euros (+1%) face a 2015. As participações pagas aos beneficiários finais totalizaram 288 milhões de euros.

RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS

O Coletivo do Tribunal de Contas considerou que a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2016 está afetada por erros e omissões materialmente relevantes. Assim, foram emitidas, pelo Tribunal de Contas, as seguintes recomendações:

1.ª Tomar as providências legislativas tidas por adequadas por forma a assegurar que a fixação do período complementar de execução orçamental do sector público administrativo regional, a considerar-se necessário, seja compatível com a regra da anualidade, não indo para além do estritamente necessário ao fecho das operações.

2.ª Apresentar à Assembleia Legislativa, até 31 de maio de cada ano, uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental, que respeite os requisitos previstos no artigo 20.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas,

e elaborar o Orçamento para o ano seguinte com observância do quadro plurianual aprovado.

3.^a Incluir, na primeira revisão orçamental, os saldos dos anos findos.

4.^a Identificar e quantificar, por estrutura programática, o investimento público previsto e executado pelas entidades incluídas na componente *Outros Fundos*.

5.^a Incluir, nos instrumentos de planeamento ou no processo orçamental, informação relativa à componente comunitária envolvida na execução das ações, identificando os fundos estruturais e os programas envolvidos.

6.^a Incluir, nos instrumentos de planeamento ou no processo orçamental, informação relativa às operações que são executadas com verbas provenientes do produto de empréstimos contraídos no ano, enquadrando-as na estrutura programática do Plano Regional, ao nível do programa, projeto e ação.

7.^a Incluir, nos instrumentos de planeamento ou no processo orçamental, informação relativa aos cronogramas físicos e financeiros das ações e o grau de execução material e financeiro das mesmas.

8.^a Inculir maior rigor na previsão orçamental de receitas provenientes da venda de bens de investimento.

9.^a Evidenciar as dotações orçamentais do sector público administrativo regional nos documentos que integram o processo orçamental.

10.^a Prosseguir na eliminação das insuficiências e divergências que possam afetar a fiabilidade da Conta, nomeadamente com a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas (balanço, demonstração de resultados, mapas de execução orçamental e anexo às demonstrações financeiras).

11.^a Incluir, na Conta, os saldos orçamentais, desagregados por operações orçamentais e extraorçamentais, das entidades públicas reclassificadas.

12.^a Melhorar a informação apresentada na Conta sobre os saldos orçamentais e sua desagregação por operações orçamentais e extraorçamentais, dos serviços e fundos autónomos.

13.^a Incluir, na Conta, os movimentos de operações extraorçamentais, discriminados por código de contas, da Administração Regional indireta.

14.^a Classificar as transferências do Estado, efetuadas ao abrigo do princípio da solidariedade, de acordo com a respetiva natureza.

15.^a Aperfeiçoar o processo de consolidação das receitas e das despesas do sector público administrativo regional.

16.^a Evidenciar, na Conta, os saldos pertinentes para aferir o equilíbrio orçamental, de acordo com os critérios legalmente definidos.

17.^a Elaborar as reconciliações bancárias a 31 de dezembro, das contas centrais geridas pela Direção Regional do Orçamento e Tesouro.

18.^a Organizar as entidades com funções de tesouraria da Administração Regional direta por forma a cumprir a obrigação de prestação de contas relativamente à totalidade da receita arrecadada pela Região Autónoma dos Açores.

19.^a Regularizar as operações de tesouraria, por via orçamental, no ano económico em que tiverem lugar.

20.^a Incluir, na Conta, os elementos necessários à demonstração da observância dos limites de endividamento do sector público administrativo regional.

21.^a Incluir, na Conta, informação respeitante à totalidade das responsabilidades financeiras emergentes de contratos, acordos, protocolos e quaisquer outros instrumentos celebrados com entidades públicas ou privadas não integradas no perímetro orçamental, que envolvam encargos em exercícios orçamentais futuros.

22.^a Promover a conclusão dos processos de inventariação e avaliação da situação patrimonial da Região Autónoma dos Açores

23.^a Adotar procedimentos contabilísticos adequados, que assegurem o registo oportuno dos movimentos associados aos fluxos financeiros com a União Europeia, mediante a evidenciação contabilística, em operações orçamentais e extraorçamentais, dos movimentos das correspondentes contas bancárias.

4.º CAPÍTULO – AUDIÇÕES REALIZADAS

A Comissão Permanente de Economia, relativamente à Proposta de Resolução n.º 4/XI – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2016”, deliberou proceder às seguintes audições:

- Professor Francisco Silva, Presidente da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores;
- Juiz Conselheiro, da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas;
- Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

No dia 28/03/2018, na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, foram realizadas as audições do Professor Francisco Silva, Presidente da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, do Juiz Conselheiro da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, e do Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

▪ **Audição do Professor Francisco Silva, Presidente da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores**

O Prof. Francisco Silva começou por agradecer o convite e manifestar interesse em colaborar e contribuir para o debate, ao responder às questões colocadas.

Neste sentido, interveio o Deputado António Viveiros para solicitar esclarecimentos sobre o endividamento e a “saúde” das finanças públicas regionais. Perguntou quais os critérios que devem ser adotados e aplicados para avaliar as finanças públicas da Região e o seu nível de endividamento e se estes critérios devem ser os mesmos de um país soberano.

O Deputado António Viveiros abordou ainda o critério da dívida bruta aceite pelo INE e aplicado pela União Europeia, em que a dívida bruta não deve exceder os 60% do PIB, perguntado se os encargos com as parcerias público-privadas (PPP) devem ter um tratamento diferente, do ponto de vista das responsabilidades em função do PIB da Região.

Às perguntas colocadas, o Prof. Francisco Silva afirmou que o rácio dívida/PIB na Região ronda dos 44%, ainda que a dívida tenha vindo a aumentar, destacando a dívida da SATA que, em 2016, atingiu os 222 milhões de euros. Acrescentou que, por uma questão de prudência, devemos adotar critérios mais rigorosos para a Região, comparativamente aos países soberanos, ainda que a situação dos Açores não seja preocupante. Entende que a conjuntura atual é favorável e a teoria económica diz, que nessas alturas, devemo-nos preparar para circunstâncias mais difíceis.

De seguida, o Deputado Carlos Silva destacou a importância das audições realizadas e do seu contributo para a transparência das contas públicas regionais, perguntando como compara a sustentabilidade das finanças públicas regionais dos Açores, onde o rácio da dívida/PIB foi de 44%, em 2016, com a

Madeira (111%) e de Portugal (129%). Questionou, também, qual é a razão técnica ou objetiva pela a qual não devemos confiar no critério utilizado pelo INE, no que diz respeito à dívida, sendo um critério usado pelo Eurostat?

O Deputado Carlos Silva perguntou como analisa a redução substancial do desemprego na Região e se faz sentido, tecnicamente, somar dívida e dívida bruta, com responsabilidades futuras.

O Prof. Francisco Silva respondeu que não conhece nenhum critério objetivo e nenhuma regra que esteja publicada, que se aplique a regiões insulares e que diga que o rácio deverá assumir outros valores que não os apresentados, a não ser o princípio da prudência. Em comparação com a Madeira, considera que estamos numa situação muito melhor do que a Madeira.

No que diz respeito ao desempenho das contas públicas, em 2016, disse que houve um aumento das receitas e das despesas, quase no mesmo valor, e que o valor do défice sobre o PIB foi de 1,5%, na ótica da contabilidade nacional, está abaixo do referencial de 2%, dando assim alguma tranquilidade.

O Prof. Francisco Silva afirmou ainda que há uma tendência, clara, de decréscimo da taxa de desemprego nos Açores e concluiu que não vê razões para estarmos muito preocupados com os valores do rácio da dívida sobre o PIB.

Posteriormente, o Deputado António Lima reconheceu que a dívida não é um grande problema, porque os está muito abaixo daquilo que são os rácios da dívida na Madeira e a nível nacional, mas perguntou sobre a evolução das transferências do Estado, em comparação com a evolução das receitas fiscais e das consequências resultantes da alteração da Lei de Finanças Regionais. O Deputado abordou, também, o aumento da dívida do setor da saúde, questionando se existe subfinanciamento deste setor nos Açores.

O Prof. Francisco Silva concordou que o setor da saúde tem problemas, no que diz respeito ao aumento, insustentável, da sua dívida e do seu peso na dívida

total da Região. Contudo, reconheceu que não sabe se é um problema de subfinanciamento ou de funcionamento e organização do setor, dizendo, ainda, que a extinção da Saudaçor é uma boa medida e pode ajudar a resolver parte dos problemas identificados, com maior controlo sobre as contas dos hospitais. Relativamente à Lei de Finanças Regionais, disse que tinha dificuldades em abordar este assunto, pois depende da evolução da economia da Região e do país.

Interveio a Deputada Graça Silveira para referir que o que lhe interessa saber é se a Região tem ou não saúde financeira e capacidade para pagar as dívidas. Além disso, citou algumas transcrições do relatório e parecer do Tribunal de Contas, como a “Impossibilidade de certificar a dívida da Administração Regional direta e dos serviços e fundos autónomos, em virtude de não ter sido possível obter prova suficiente e apropriada para confirmação das importâncias divulgadas”, e perguntou se, tecnicamente, é possível confirmar os dados da Conta da RAA de 2016. A Deputada perguntou, ainda, se é possível executar, com rigor os cálculos para verificação do cumprimento das regras do equilíbrio orçamental.

O Prof. Francisco Silva respondeu que devemos usar os mesmos critérios para comparar as realidades e o rácio da dívida/PIB das várias regiões, considerando que a dívida dos Açores não é alarmante. Acrescentou que as recomendações efetuadas pelo Tribunal de Contas devem ter consideradas no futuro, mas não impedem que as contas sejam analisadas, de forma séria, objetiva e com rigor.

Posteriormente, a Deputada Graça Silveira voltou a perguntar se, apesar das insuficiências e divergências detetadas pelo Tribunal de Contas, considera que é possível fazer uma análise séria da Conta.

Já o Deputado António Viveiros afirmou que não devemos seguir os maus exemplos da Madeira e do país, questionando se não devem ser usadas perspetivas de avaliação diferentes, para realidades diferentes, no que diz

respeito ao cálculo da dívida dos Açores. Perguntou, também, sobre as perspetivas da evolução das taxas de juros, nos próximos 3 a 5 anos, e dos seus impactos para a Região.

O Deputado Carlos Silva perguntou se, mesmo comparando com os bons exemplos da média da União Europeia e da Zona Euro, cujo rácio da dívida/PIB rondou os 89% em 2016, os Açores são um bom exemplo, bem como se a redução de impostos e das receitas fiscais, como propõe o PSD, iria contribuir favoravelmente para a redução do défice e da dívida dos Açores.

Em jeito de conclusão, o Prof. Francisco Silva afirmou que não seria certo dizer que as contas dos Açores não são sérias, pois apesar de alguns problemas, são possíveis de analisar e os números apresentados são confiáveis. Considerou que devem ser tidos em conta outros fatores, mas os rácios são usados por todos e temos de os analisar.

Relativamente aos juros, acredita que o aumento das taxas de juros poderá ser uma realidade e isso terá impacto nas nossas contas, pelo que defende que quando a economia está numa boa conjuntura, que é o nosso caso, devemos-nos preparar para períodos mais difíceis, com medidas contracionistas, pensando em reduzir os custos de endividamento.

- **Audição do Juiz Conselheiro da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas – Dr. António Francisco Martins, que se fez acompanhar do Subdiretor Geral – Dr. Fernando Flor de Lima e do Auditor-Coordenador – Dr. João José Cordeiro.**

O Juiz Conselheiro agradeceu o convite e a oportunidade para colaborar com todas as entidades, referindo que o parecer elaborado pelo Tribunal de Contas, sobre a Conta da RAA de 2016, é um documento sintético que resume o

trabalho, coletivo, feito durante alguns meses, que teve por base 12 ações preparatórias e o contraditório.

Relativamente ao parecer, disse que o mesmo divide-se em várias partes e contém um juízo final, destacando alguns aspetos mais significativos, que constam das conclusões. Entre outros assuntos constantes do relatório e parecer, abordou temas relacionados com as ênfases, reservas, com a regra do equilíbrio orçamental, com o modelo de tesouraria, com o período complementar, bem como os montantes da dívida e de outras responsabilidades e as recomendações efetuadas.

O Deputado António Viveiros interveio começou por questionar quais eram as principais diferenças entre o juízo emitido sobre as Conta da RAA de 2015 e o de 2016, em particular, sobre as situações mais graves e se as divergências eram significativas. O Deputado perguntou, também, sobre os aspetos que afetam a fiabilidade da conta e o valor da dívida pública da Região, tendo em conta os diferentes critérios usados, quer pelo INE, quer pelo Tribunal de Contas, relativamente à dívida total.

Às perguntas efetuadas, o Juiz Conselheiro afirmou que o parecer foi aprovado, mas com reservas e ênfases, e que uma das razões para o juízo ser diferente resulta do facto do Coletivo do Tribunal de Contas não ser o mesmo em 2015 e 2016. Indicou ainda que a ausência de Demonstrações Financeiras Consolidadas e a dificuldades em certificar a dívida, junto das instituições de crédito, foram alguns dos aspetos que estiverem na origem do juízo formulado e das recomendações realizadas. No entanto, destacou, pela positiva, a redução das taxas de juros e dos custos de financiamento da dívida.

De seguida, o Deputado Carlos Silva começou por perguntar se os critérios que são utilizados, pelo Tribunal, na análise da Conta da R.A. dos Açores são iguais aos utilizados na Conta da R.A. da Madeira, em particular no que diz respeito

ao tratamento da informação, em termos de conteúdo e de formato de apresentação da informação.

O Deputado questionou, também, como o Tribunal de Contas classifica as transferências do Orçamento de Estado (OE) para as Regiões Autónomas, ao abrigo do Princípio da Solidariedade, e se é, tecnicamente, correto somar o valor da dívida com as responsabilidades futuras. Solicitou a confirmação se o valor estimado pelo Tribunal e pelo Governo, para a dívida total da RAA em 2016, coincide e corresponde aos valores da dívida certificados pelo INE, bem como se a introdução do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública) irá permitir resolver e cumprir a maioria das recomendações efetuadas pelo Tribunal de Contas.

Em resposta, o Juiz Conselheiro afirmou que o corpo técnico que trabalha e analisa as contas dos Açores e da Madeira é diferente, com diferentes relatores, mas com o mesmo Coletivo, e que no caso dos Açores a análise efetuada pelo Tribunal foi mais técnica. O Juiz esclareceu que os limites do endividamento criados poderão estar desatualizados e que as transferências de Estado devem ser classificadas como transferências de capital e não como transferências correntes, com base no Estatuto Político Administrativo da R.A. dos Açores, que é diferente da Madeira.

Explicou ainda que, tecnicamente, não se deve somar a dívida com as responsabilidades futuras, mas devem ser tomados em consideração numa perspetiva global, de afetação de recursos e que, em função dos números finais divulgados, foram confirmados os valores da dívida. Foi também confirmado que o modelo de tesouraria aplicado na RAA deve estar de acordo com o quadro legal em vigor e que a implementação do SNC irá permitir resolver alguns problemas identificados.

Posteriormente, a Deputada Graça Silveira questionou se existem falta de comprovativos dos elementos da Conta da RAA e se isso provoca falta de

transparências das contas públicas. Fez ainda referência a uma recomendação relativa ao princípio da unidade de tesouraria, perguntado se o seu incumprimento poderia implicar retenção das transferências e recusa de antecipação de fundos.

A Deputada aludiu às insuficiências detetadas nas contas, perguntando o que leva o Governo a não apresentar as Demonstrações Financeiras Consolidadas e a não cumprir as recomendações do Tribunal de Contas, de forma reiterada, se na Conta de 2016 foram apresentados os elementos suficientes para se aferir o limite de endividamento da Região e se o período complementar tem impacto na taxa de execução dos fundos comunitários, das receitas e despesas. Pediu, ainda, esclarecimentos sobre os 166 milhões de euros dos fundos comunitários sem revelação contabilística.

O Juiz Conselheiro voltou a realçar a importância do SNC-AP na resolução dos problemas identificados, ao nível da tesouraria e das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Fez ainda referência a alguns artigos e estudos publicados, onde são colocadas limitações à utilização do período complementar nas Regiões Autónomas, em especial, na aplicação mais restrita do período complementar e desde que previamente legislado pela Assembleia Regional.

No que concerne às verbas dos fundos comunitários, garantiu estes montantes são registados, não existindo omissão de valores, mas deviam ser registados como uma transferência proveniente da EU no momento em que são recebidos.

A seguir, o Deputado António Lima perguntou se o período complementar significa um empolamento nas receitas da Região e quais são os riscos futuros resultantes do aumento dos custos das parcerias público privadas (PPP). Abordou o tema relacionado com o perfil de reembolso da dívida e da concentração temporal entre 2017 e 2021, perguntado sobre os riscos inerentes a esta concentração.

Em resposta, o Juiz argumentou que não existe um empolamento da receita, pois apenas tem impacto na execução das receitas previstas no orçamento. Referiu que as PPP têm riscos, que resultam dos contratos celebrados e que a concentração da dívida em 2017 foi ultrapassada pelo trabalho desenvolvido pelo Governo Regional no “alisamento” e renegociação da dívida e das amortizações financeiras.

O Deputado António Viveiro voltou a intervir para perguntar se o Tribunal de Contas faz a fiscalização adequada das despesas do plano e da sua execução e se podemos confiar nas contas apresentadas relativamente ao SPER – Setor Público Empresarial Regional.

Já o Deputado Carlos Silva fez referência ao artigo 12.º do Estatuto Político Administrativo da RAA, segundo o qual as transferências ao abrigo do Princípio de Solidariedade podem ser enquadradas nas despesas correntes. Questionou se o aumento do investimento e a redução das receitas fiscais podem ter impacto negativo no défice dos Açores.

A terminar, o Juiz Conselheiro disse que o Tribunal de Contas já faz a fiscalização prévia dos contratos e das despesas do plano, mas que é possível fazer sempre mais, desde com existam mais meios, ainda que possam ser solicitadas auditorias específicas.

▪ **Audição do Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (GRA)
– Dr. Sérgio Ávila.**

O Vice-Presidente fez uma intervenção inicial para realçar que os resultados apresentados pelo Governo dos Açores, relativos à Conta da RAA de 2016, foram recentemente confirmados e apurados pelo INE e pelo Banco de Portugal, com um défice global de 1,6% do PIB, inferior ao melhor resultado de sempre de Portugal, de 2,1% do PIB. Foi ainda apurado um rácio da Dívida/PIB

no valor de 40,6%, em 2016, inferior ao indicado inicialmente – 44%, que corresponde a um terço da dívida da Madeira e do País, e a menos de metade da média da UE.

De seguida, o Deputado António Vasco perguntou se os critérios apresentados no parecer do Tribunal de Contas são relevantes, perguntando, ainda, o motivo do não cumprimento das recomendações efetuadas e de um período complementar superior ao registado noutras regiões e no país.

Em resposta, o Vice-Presidente do GRA afirmou que a realidade é igual, quer a nível nacional, quer a nível regional, e que o SNC-AP será implementado em 2018 em todo o país e regiões autónomas. No que refere ao período complementar, indicou que este período foi definido em Conselho de Governo, resultando de uma recomendação do Tribunal de Contas, devido ao trabalho complementar na transferência de fundos comunitários para RAA. Ainda assim, o ano económico continua a ter sempre 12 meses, todos os anos, mesmo existindo um período complementar. Acrescentou que algumas das recomendações efetuadas já foram acatadas e estão a ser cumpridas.

O Vice-Presidente disse a que R.A. da Madeira tem autonomia na cobrança de receitas fiscais, enquanto na R.A. dos Açores não existe esta autonomia, daí ser necessário o período complementar, devido à dilatação entre o momento do pagamento dos impostos, que ocorre num ano, e ao momento em que existe a transferência dos fundos do Estado para os Açores, que ocorre no ano seguinte.

Por sua vez, a Deputada Graça Silveira questionou a existência de um período complementar tão longo, realçando que o Orçamento dos Açores é aprovado para vigorar entre 1 de janeiro e 31 de dezembro. A Deputada fez ainda referência às dificuldades apresentadas pelo Tribunal de Contas, na certificação da dívida da Região.

Em resposta, o Vice-Presidente reiterou que a Conta da Região abrange sempre 12 meses, mesmo com o período complementar. Relativamente à certificação

da dívida, indicou quem não respondeu, integralmente, ao Tribunal de Contas foram as instituições de crédito, pois o Governo apresentou todos os extratos e contas bancárias e autorizou as instituições financeiras a responderem. Garantiu, também, que a dívida da RAA está certificada pelo INE e Banco de Portugal e foi confirmada, ao cêntimo.

Já o Deputado António Lima fez menção à regra do equilíbrio orçamental, que está suspensa para os Açores, perguntando se faz sentido mantê-la ou se deve ser alterada. Questionou, ainda, o motivo do aumento de 7% das responsabilidades com as PPP, qual o valor das responsabilidades futuras da Região e se o aumento da dívida da saúde significa que existe um subfinanciamento da saúde nos Açores.

O Vice-Presidente do Governo dos Açores respondeu que a regra do equilíbrio orçamental nunca foi aplicada, pois contém um erro na lei e na fórmula. Esclareceu que a PPP referente à SCUT rodoviária de São Miguel assenta no número de carros que circulam nas estradas, sendo as “portagens” pagas pela Região. O aumento do valor pago resulta da variação positiva do tráfego rodoviário, sendo que o concessionário pede, todos os anos, a renegociação do contrato, dado que os valores atuais são muito inferiores aos previstos inicialmente no contrato.

No que diz respeito à saúde, informou que, em 10 anos, foram transferidos para o Sistema Regional de Saúde (SRS) mais 107 milhões de euros, sendo que a saúde nos Açores custa, anualmente, cerca de 320 milhões de euros, sendo o custo per capita, por habitante, superior à média nacional.

Por fim, o Deputado Carlos Silva perguntou sobre a diferença de critérios utilizados na análise das Contas da R.A. da Madeira, da R.A. dos Açores e do Estado, quer ao nível da necessidade de implementação do SNC-AP para uma melhor consolidação das contas, quer ao nível de classificação das transferências correntes e em particular sobre o Princípio de Solidariedade. O

Deputado questionou, também, sobre o grau de cumprimento das recomendações efetuadas pelo Tribunal de Contas.

A terminar, o Vice-Presidente argumentou que os problemas referentes à consolidação de contas ocorrem em todo o país e não só nas Regiões Autónomas, pelo que o SNC-AP irá contribuir para a resolução destas dificuldades. No que diz respeito às transferências correntes, indicou que os critérios usados pelo Tribunal de Contas não são iguais e coerentes entre o apresentado pelo Estado e pela Madeira e os usados nos Açores, defendendo que se tratam de transferências correntes.

5.º CAPÍTULO - CONCLUSÃO E PARECER

A Comissão de Economia após a análise da Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2016, dos pareceres das restantes Comissões permanentes da ALRAA, do parecer da Secção Regional do Tribunal de Contas e das audições realizadas, **entendeu por maioria**, com os votos a favor do PS e a abstenção, com reserva para Plenário, do PSD, CDS/PP e BE, que **a Conta da Região de 2016 está em condições de ser aprovada pela ALRAA.**

Ao presente relatório são anexos os relatórios e pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativos à Conta de 2016, bem como as declarações de voto e parecer dos Grupos Parlamentares.

Ponta Delgada, 09 de julho de 2018.

O Relator, Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Miguel Costa

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito do processo da Conta de 2016, em sede de Comissão de Economia, foram aprovadas propostas de audições que no seu conjunto clarificaram posições e dúvidas, contribuindo para a valorização do debate que agora realizamos.

Será útil manter este procedimento e, se possível, alargá-lo a outras entidades e personalidades.

O Parecer da Conta de 2016 refere que existem 23 recomendações incluídas em pareceres de anos anteriores, não acolhidas ou sem informação.

Existe uma linha comum na generalidade das recomendações não acolhidas: a falta de informação e de transparência na conta da Região.

Dessas recomendações, algumas inserem-se no âmbito do Plano de Investimentos, as quais, quer pela sua antiguidade, quer pela sua importância, consideramos muito relevantes.

Sobre este conjunto de recomendações cito o Parecer: “os documentos que integram os instrumentos de planeamento e o processo orçamental são omissos relativamente a um conjunto de informações imprescindíveis à apreciação do Plano de Investimentos.”

São as recomendações 4, 5 e 6 formuladas pela 1ª vez respetivamente em 2002, 2005 e 2012.

Acresce ainda a recomendação nº 7, abrangendo a necessidade da inclusão de informação relativa aos cronogramas físicos e ao grau de execução material e financeiro das ações.

Esperamos que algumas destas recomendações possam ter sido acolhidas já na conta de 2017.

Por outro lado, existe uma recomendação dirigida a este Parlamento, para que tome providências legislativas adequadas para que a fixação do período complementar de execução orçamental seja compatível com a regra da anualidade.

A prática do Governo de prolongar aquele período até 31 de março não tem paralelo na administração central. (A nível do Estado o período complementar da despesa decorre durante a 1ª semana de janeiro e da receita até 20 de janeiro).

Nas explicações prestadas pelo Sr. Vice-Presidente em sede de Comissão de Economia, o mesmo não revelou a intenção de passar a cumprir com a recomendação do Tribunal de Contas, o que se afigura grave, e seria bom que esclarecesse agora este Parlamento sobre esta questão.

Por outro lado, justificou a prática regional com o “sistema de cobrança de receitas fiscais” e com o “trabalho complementar de transferências de fundos comunitários.”

O processo orçamental tem regras e princípios, sendo a regra da anualidade não cumprida com esta prática.

Ao Orçamento do Estado e Regional aplica-se o princípio da “gerência” e não o princípio de “exercício”, ou seja, devem ser apenas incluídos os pagamentos e recebimentos registados no ano e não os direitos ou obrigações que emergem no ano.

Sendo assim, o Governo ou muda a sua prática ou então define novos princípios.

Na verdade, o que se passa é o recurso abusivo e discricionário do período complementar de execução orçamental – que deveria ser meramente residual -,

permitindo, potencialmente, a sua utilização em função de interesses de cosmética da conta.

Nesse sentido, suscita-nos dúvidas o reembolso de dívida flutuante no período complementar. Ou seja, na mesma data o reembolso de um determinado empréstimo de dívida flutuante é contabilizado por conta do ano anterior, e outro é desembolsado por conta do próprio ano, emergindo a possibilidade de se estar a esconder dívida pública, “rolando dívida de curto prazo”.

Deixo a dúvida para esclarecimento do Sr. Vice-Presidente, tanto mais que a mesma prática gerou divergências no valor global da dívida apurada pelo INE na 1ª notificação em 2018 do défice de 2017.

É fundamental que o Governo Regional cumpra com todas as recomendações para que seja possível a adequada fiscalização da atividade financeira e governativa por este Parlamento e para que a transparência que tanto se apregoa seja efetiva.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mencionamos, com muita preocupação, o valor da dívida global do sector público regional, abrangendo as entidades do sector público administrativo e restantes entidades do sector público não incluídas no perímetro orçamental, que no final de 2016 atingia 2.103,1 milhões de euros, quase mais 100 milhões de euros do que no ano anterior.

Mas, para além das responsabilidades em termos absolutos, é igualmente preocupante o seu ritmo de crescimento ao longo dos últimos anos, sem qualquer correspondência com o crescimento do PIB.

Entre 2012 e 2016 a dívida global, excluindo as parcerias público privadas, aumentou 512 milhões euros, ou seja, representou um crescimento de 32,1 % em 4 anos.

Mas na verdade as responsabilidades totais da Região são superiores se adicionarmos as dívidas das empresas públicas não incluídas no perímetro

orçamental e as responsabilidades das parcerias público privadas. Esse total em 2016 aproxima-se dos 2.700 milhões de euros.

A Dívida e as Responsabilidades Públicas têm necessariamente muita importância em sede de análise das Finanças Públicas Regionais. Tem sido recorrente a existência de interpretações diversas sobre o que deve ou não ser relevante ou que tecnicamente tenha enquadramento, quer no plano político, quer no plano académico.

E coloco a questão: devem os critérios ser idênticos quer se trate de uma região ou de um país?

Será indiferente se essa região não tem de suportar os custos associados às funções de soberania ou se nessa mesma região as transferências orçamentais do exterior têm um peso muito significativo?

A interpretação do Governo Regional limita o conceito de dívida pública apenas ao critério do INE e do Eurostat, esquecendo a realidade em concreto dos Açores.

Os critérios do INE ou do Eurostat, são dinâmicos em matéria de “perímetro orçamental”.

Veja-se a sua evolução quanto a algumas empresas do SPER, como a SPRIH ou a Saudaço, que durante largos anos não incluíram aquele perímetro – acumulando dívida -, e que após as alterações dos critérios passaram a ser relevantes em matéria de dívida pública.

A nossa **visão política** em matéria de finanças públicas saudáveis e transparentes vai bem mais longe.

É nosso entendimento que deve ser considerado e equacionado, para além da Dívida Pública tal como consta do critério do INE, também a dívida não financeira e ainda todas as restantes responsabilidades cujo pagamento/reembolso será de uma maneira ou de outra, encargo dos orçamentos regionais presente e futuros.

Por conseguinte, quer as responsabilidades futuras decorrentes das parcerias público privadas, quer as dívidas das empresas públicas não incluídas no perímetro orçamental, devem ser consideradas como responsabilidades da Região em sentido lato.

Tanto mais, e sobretudo, porque a maioria dessas empresas apresentam capitais próprios negativos ou o seu financiamento depende quase exclusivamente do orçamento regional, para além de que, muitos dos seus empréstimos bancários tem o aval do governo ou são suportados por cartas conforto.

Existe um sério risco - nalguns casos - e inevitavelmente noutros, de que essas responsabilidades venham a ser suportadas no futuro pela Região, nem que seja pelo reforço dos recursos orçamentais a afetar a essas empresas anualmente para que possam cumprir com o seu serviço da dívida.

O discurso das boas finanças públicas regionais é uma afronta a muitas centenas de empresas privadas e instituições sociais de interesse público da Região.

As dívidas a fornecedores do conjunto do sector público regional excluindo as empresas fora do perímetro orçamental, com mais de 170 milhões de euros, representam inaceitavelmente quase 5 % do PIB. São meios financeiros que são retirados da economia privada diminuindo a competitividade das empresas.

São dívidas a muitas instituições de interesse público, resultantes de protocolos por serviços prestados ou por participação de investimentos realizados que são contabilizados na sua maioria no momento do pagamento, pelo que não constam do “rol” das dívidas inscritas na Conta.

No seu conjunto, são dezenas de milhões de euros omitidos e que prejudicam o bom e saudável funcionamento daquelas Instituições, comprometendo muitas vezes a qualidade dos serviços prestados às populações.

Importa igualmente referir que o valor dos juros suportados pela Região, incluindo as empresas fora do perímetro orçamental, em 2016 atingiu o elevado montante de 76,5 milhões de euros. Contudo, não nos podemos esquecer que as

taxas de juro se situam em níveis historicamente baixos e a tendência será infelizmente de agravamento, seguindo a ordem natural dos ciclos económicos, perspetivando-se assim o seu agravamento inevitavelmente.

Este valor representa quase 50 % do IRS pago pelos açorianos em 2016. Mas se adicionarmos as rendas das PPP, significa que em cada 4 euros pagos de IRS pelos açorianos, 3 euros destinam-se a juros e a rendas das PPP.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O agravamento da situação do Setor Público Empresarial tem sido crescente, quer nas empresas reclassificadas, quer nas que se encontram fora do perímetro orçamental.

Refere o Parecer e cito que se “observa a degradação do desempenho económico das entidades do setor público empresarial regional”.

Os sucessivos prejuízos destas empresas e o seu agravamento, constituem claramente uma das causas da situação das finanças públicas regionais.

Dos ativos do SPER, com base nas contas de 2016, mais de 500 milhões de euros são dívidas do Governo Regional a essas empresas, designadamente à Saudaçor, ao Grupo Sata, à SPRIH e à Portos dos Açores.

Estamos perante um setor empresarial em que algumas empresas não tem qualquer sentido económico e encontram-se em falência técnica, sendo que apenas tardiamente o Governo reconheceu esta situação, apresentando propostas já em 2018 para a extinção e alienação de empresas do SPER.

Na legislatura que terminou em 2016 a execução do Plano não ultrapassou os 75%.

As baixas taxas de execução são inaceitáveis ocorrendo repetidamente, revelando que se utiliza o momento da aprovação do Plano como oportunidade de propaganda com promessas que não são cumpridas.

A taxa de execução de 2016 foi de apenas 70% (70,3%), correspondendo a 156 milhões de euros de promessas não cumpridas.

Por outro lado, estão inscritas no Plano de Investimentos despesas que manifestamente têm natureza corrente e defendemos que nesta matéria o Tribunal de Contas deveria reforçar o seu controlo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Concluindo, diremos que os Açores apesar de no início do século terem a sua dívida pública quase reduzida a zero pela República, a situação é agora preocupante, comprometendo potencialmente - pela via financeira - a nossa autonomia política.

O ciclo de agravamento da dívida pública e das responsabilidades financeiras dos Açores, sem que seja invertido, poderá levar a uma situação de extrema gravidade, caso as condições atuais excepcionalmente favoráveis do mercado financeiro se alterem, tal como ocorreu durante os anos 2011-2014.

Os dados já conhecidos de 2017 quanto à Conta e ao SPER confirmam a evolução negativa.

Muitos dos sinais estão aí e os alertas chegam de vários quadrantes.

Disse.

Deputados Luís Maurício e Marco Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate sobre a Conta da Região é efetivamente hoje um pouco uma repetição na sequência em que o mesmo já tinha sido solicitado como um debate por parte do PSD no passado mês de janeiro, penso eu.

Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*): Dezembro!

O Orador: Portanto, nós estamos aqui necessariamente a repetir em grande parte aquilo que foi toda a argumentação que foi referida por todas as partes no mês de janeiro, pelas circunstâncias próprias e em termos regimentais, estamos a fazer novamente um debate sobre a mesma matéria que já o fizemos em janeiro passado. No entanto, porque o mesmo tem necessariamente de ser feito, gostaria também de repetir em grande parte aquilo que foi referido na altura, porque também o Sr. Deputado António Viveiros também o fez da sua parte, por isso, nesse contexto também não ficaria bem estar só de um lado a voltar a abordar as mesmas questões.

Portanto, o que acho que é essencial sobre a Conta de 2016 é nós fazermos a abordagem que é a abordagem que é feita por todas as instituições nacionais e internacionais deste âmbito comparando o mesmo que é comparado de acordo com os mesmos critérios.

Nós não podemos ter uma abordagem em que dizemos: “Bem, aqui na Região estes critérios como são claramente melhores do que aquilo que se passa no país e na União Europeia não interessam. Vamos arranjar outros critérios, porque estes como são melhores e estamos claramente melhor, temos que arranjar outros mais específicos.”

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Ah, então já servem os da União Europeia!

O Orador: Portanto, vamos exatamente usar os critérios que são usados em termos de finanças públicas pelo país, pela Europa, aqueles que são definidos pelo Eurostat, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Na saúde, na educação...

O Orador: ... que são definidos pelo Instituto Nacional de Estatística, que são definidos pelo Banco de Portugal e pelos quais (que não é apenas isso) a Região se comprometeu em termos internacionais e nacionais em termos de gestão financeira e de contas públicas.

Neste ano de 2016 o défice dos Açores, ou seja, as necessidades líquidas de financiamento, representou 1,6% do PIB. Este resultado que engloba a administração direta e indireta e todo o setor público e empresarial que está dentro do perímetro da administração pública, de acordo com as regras do Eurostat e definidas pelo Eurostat, foi melhor este desempenho que o melhor desempenho que o país teve em 42 anos de democracia, ou seja, nós temos, pelo quinto ano consecutivo, uma necessidade líquida de financiamento em todo o perímetro da administração pública que é substancialmente inferior face àquilo que nós produzimos e em relação àquilo que é a média do país e mais!

Em 2016 o nosso défice foi metade (metade!) daquilo que a União Europeia vincula a cada um dos países no âmbito do Pacto de Estabilidade, ou seja, conseguimos um resultado que é o dobro para melhor do que aquilo que a União Europeia define de acordo com este critério para a União Europeia.

Vamos à segunda situação que é a dívida pública que agrega também a administração direta, a administração indireta e todo o setor público empresarial que está consolidado. O total da dívida pública regional, de acordo com o INE, com o Banco de Portugal, com o Eurostat, no critério que é definido a nível mundial para contabilização da dívida pública é nos Açores de apenas 41,6% do nosso PIB no final de 2016 e demonstrado nesta Conta.

É bom lembrar que a média da União Europeia é de 90%, que a do país está em 125% e que por exemplo a da Madeira nos 112%, ou seja, a nossa dívida pública total, dentro do perímetro da administração regional face ao nosso PIB é menos de metade do que a que se verifica na média da União Europeia e um

terço daquela que acontece no país, ou seja, sobre dívida pública e sustentabilidade futura das gerações futuras, de responsabilidade futura, nós estamos muito melhor do que está a União Europeia, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... nós estamos muito melhor que 25 dos 27 países da União Europeia e se nessa matéria quisermos comparar com a Europa e com o país podemos dizer claramente, da forma mais independente, (como é dito por todas as entidades independentes) que estamos muito melhor que o país e estamos muito melhor do que a média da União Europeia e é esta a matéria essencial.

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Neste debate de janeiro foi abordado um conjunto de recomendações sendo válidas por parte do Tribunal de Contas que assumimos na altura (e a Conta de 2017 que já foi entregue nesta Assembleia como se pode verificar existe uma parte significativa das recomendações que foram já acolhidas), mas há uma questão essencial que originou o debate de janeiro e que foi muito bem esclarecida pelo Presidente do Tribunal de Contas nacional, Vítor Caldeira, pouco depois desse debate aqui no *Jornal Expresso*.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O melhor dos melhores, em relação ao passado! O Presidente do Governo é que o disse!

O Orador: Aquilo que estava referido no parecer em relação à Região é exatamente o mesmo que estava referido no parecer em relação ao país do ponto de vista de reservas e como o Sr. Presidente do Tribunal de Contas, Vítor Caldeira, referiu não se trata de matéria da Região, não se trata de uma matéria da competência da Região.

Trata-se, como eu tive oportunidade na altura de dizer, de um problema da incapacidade, de contabilização de cinco sistemas contabilísticos que foram criados que é do POC, do POC da Educação, do POC da Saúde, do POC da Segurança Social e do Sistema Contabilístico das Empresas.

É, como disse o Sr. Presidente do Tribunal de Contas, uma questão nacional e é impossível, quando se agora exige a consolidação dos cinco, fazer a consolidação de cinco sistemas distintos. Por isso, o país fez e a Assembleia da República aprovou o SNC-AP que entrou em vigor no dia 1 de janeiro deste ano integrando e criando um sistema contabilístico único para todos os subsectores da administração pública e com isso essa situação fica resolvida e ao contrário do que na altura, nesse debate, se fez crer, não é uma questão de reservas em relação à Região; foi como muito bem explicou o Presidente do Tribunal de Contas, uma questão de estrutura contabilística do país que está agora resolvida e integrada.

Mais importante, só uma nota final que eu penso que é muito relevante também nesta matéria.

Como referi sobre a matéria do défice público, em 2016 conseguimos um resultado que é o dobro melhor do que aquilo que é a obrigação que a União Europeia impôs aos países, que é o melhor resultado que o país teve nos 42 anos de democracia, que temos uma dívida pública global, incluindo as empresas públicas e os fundos e serviços autónomos, que é menos de metade da média da União Europeia e inferior à generalidade dos países da União Europeia face ao seu PIB e cerca de um terço do país, mas mais importante do que isto.

Evidentemente que possa fazer exercícios de outras contas, mas esse exercício tem dois pontos: tem o ponto de que se pode somar muitas vezes duas e três vezes a mesma coisa, mas também há uma questão é quando essas realidades deixam de existir e passa também a ter o efeito contrário.

Deputado Marco Costa (PSD): Ah é assim! Então subtrai 3 e 4 vezes a mesma coisa!

O Orador: São n exercícios que se pode fazer ao longo dos tempos, mas a verdade é que os critérios contabilísticos são só uns, são aqueles que estão definidos pelo Instituto Nacional de Estatística, pelo Banco de Portugal ...

Deputado Marco Costa (PSD): Falta só aquela parte da tesouraria!

O Orador: ... e que obrigam e vinculam a Região e o país em termos da União Europeia e esses valores são valores que nos orgulham imenso e como o FMI, o Banco de Portugal e a Comissão Europeia teve oportunidade de referir, os valores dos Açores garantem a sua sustentabilidade e são exemplares no contexto europeu.

Por isso mesmo é que nós consideramos que comparativamente com o espaço europeu, com os países da Europa, aquilo que nós podemos dizer do ponto de vista de finanças públicas é que a nossa sustentabilidade futura e a garantia para gerações futuras é, face ao que produzimos, o dobro em termos de garantias do que aquelas que podem ser dadas ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ou ainda mais!

Deputado Marco Costa (PSD): Eu acho que o Trump ainda o vai vir buscar!

O Orador: ... pela média da União Europeia e isso é o melhor contributo e é o melhor que podemos deixar às gerações futuras, essa garantia de sustentabilidade financeira, essa garantia de que usámos até agora ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... os recursos necessários para o nosso desenvolvimento e deixámos uma enorme margem para se continuar o desenvolvimento da Região no futuro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vi-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos os anos temos a repetição do discurso do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas para melhor!

O Orador: ... e todos os anos eu lhe digo a mesma coisa, que o senhor parece o comandante do Titanic, incapaz de reconhecer que o iceberg já tocou no navio e que o navio não tem salvação e V. Exa. todos os anos repete aqui um discurso que a opinião pública sabe que não corresponde à verdade e que as entidades lhe chamam todos os anos, nomeadamente o Tribunal de Contas, para a situação que continua a agravar-se ano após ano.

O que vou aqui fazer é referenciar-lhe algumas coisas que estão escritas no relatório do Tribunal de Contas, mas antes dizer-lhe o seguinte.

Eu considero inaceitável a evolução da dívida no setor público regional, neste momento atinge o extraordinário valor de 2.103 milhões de euros. É absolutamente inaceitável!

E devo-lhe dizer também que em relação à execução do plano esta execução de 70,5% é inaceitável, Sr. Presidente. É inaceitável na medida em que representa 156 milhões de promessas não cumpridas e de 156 milhões de procedimentos que o senhor referenciou, que o senhor prometeu aos diversos agentes económicos e que não cumpriu.

Devo-lhe dizer também que eu, por exemplo, considero que as contas da minha Região não podem ter este género de referências.

“O enquadramento”, diz o Tribunal de Contas, “plurianual da programação orçamental permanece numa fase [veja bem o adjetivo escolhido pelo Tribunal de Contas] rudimentar, sem perspectivas de evolução.”

Eu acho que é um adjetivo que o deveria preocupar Sr. Vice-Presidente.

Depois veja bem o que é que o tribunal refere em relação ao perfil de reembolsos da dívida. O tribunal refere o seguinte: “Não ocorreram alterações sensíveis no perfil de reembolsos da dívida, o qual continua a caracterizar-se pela elevada concentração temporal de amortizações até 2021 estimadas em 1.176 milhões de euros ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é mentira, Sr. Deputado!

O Orador: ... e por uma distribuição pouco equilibrada dos fluxos anuais necessários para as financiar, aspetos que poderão [veja bem!] agravar o risco de refinanciamento da dívida.” “Aspetos que poderão agravar o risco de refinanciamento da dívida.”

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Só falta dizer uma palavra!

O Orador: E depois veja o seguinte, concessão de avales.

“As responsabilidades assumidas por via da concessão de avales ascendiam a 877 milhões de euros, mais 157 milhões de euros, um aumento de 21,9% comparativamente a 2015 em linha de intensificação de recurso ao crédito por parte do setor público regional.”

E em relação aos riscos das entidades públicas não reclassificadas, o que é que o Tribunal de Contas lhe disse e nos diz a todos?

“O desequilíbrio operacional e financeiro evidenciado pela generalidade das entidades públicas não reclassificadas no setor de administrações públicas [veja bem] continuará a condicionar o acesso destas entidades aos mercados financeiros de forma autónoma, consubstanciando por isso riscos elevados para as finanças públicas regionais”, Sr. Vice-Presidente.

Portanto, este é um retrato (e eu quero ficar com mais algum tempo para uma segunda intervenção) que é o anúncio de uma catástrofe, uma catástrofe financeira para a Região, uma catástrofe que hoje em dia já é evidente também nas dificuldades que Vs. Exas têm para governar.

Vou só dar um exemplo. Veja bem, por exemplo, em relação à execução do plano de investimentos de 2017, no capítulo 14 –“Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas tecnológicas” – a execução foi a seguinte, veja bem: nas rendas da SCUT os 38 milhões de euros; nos serviços públicos de transporte 35 milhões de euros; e no restante 33 milhões de euros.

Isto é tão rígido, ou seja, a soma deste valor é de 106 milhões de euros, no entanto a margem que a Sra. Secretária teve para governar é de apenas 33 milhões de euros, ou seja, a Sra. Secretária está transformada numa espécie de estátua de sal, quase já não se pode mexer, quase não pode governar, porque existe um conjunto de compromissos assumidos que a Sra. Secretária está impossibilitada de o fazer. Por isso é que o vosso Governo parece e está parado, por isso é que o vosso Governo não consegue responder, por isso é que o vosso Governo não tem estratégia, por isso é que o vosso Governo não tem planos, por isso é que o vosso Governo não tem perspetiva de futuro.

Sabem porquê?

Porque Vs. Exas estão completamente paralisados devido às responsabilidades já assumidas e devido ao conjunto de encargos já assumidos. Por isso, os senhores não têm perspetiva, os senhores pura e simplesmente transformaram-se numa espécie de estátuas de sal incapazes de reagir e de fazer seja o que for.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Poderíamos voltar aqui a fazer um exercício do que em bom rigor se pode ou não pode somar.

Eu poderia vir aqui dizer que a dívida da administração pública, incluindo as entidades públicas chega a 1.728 milhões e que as estavam fora do perímetro eram 375 milhões. Podia até somar as PPPs, o Sr. Vice-Presidente não somou,

portanto, dava-lhe os seus quarenta e tal por cento do PIB e eu dizia que não, então somamos as PPPs que são mais 638 milhões e dava uma dívida de 2,8 milhões, que é o que está no tribunal ...

Poderia dizer isto tudo, mas nem vou dizer e sabem porque é que nem vou dizer?

Deputado José Ávila (PS): Já disse!

A Oradora: Porque isso é irrelevante. A falta de transparência desta Conta é de tal ordem que em bom rigor nenhum açoriano sabe qual é a dívida que tem para pagar em 2016 e quanto a isto o Tribunal de Contas é muito claro e cito: “Impossibilidade de certificar a dívida da administração regional direta e dos serviços e fundos autónomos em virtude de não ter sido possível obter prova suficiente e apropriada para a confirmação das importâncias divulgadas na Conta” e lê-se assim “com efeito apesar de ter sido solicitado à Vice-Presidência do Governo para que diligenciasse junto das instituições financeiras credoras da Região Autónoma dos Açores no sentido destas enviarem diretamente ao Tribunal de Contas certidões contendo informação relativa aos diversos instrumentos da dívida contratualizados e respetiva posição no final do ano, o certo é que só parte dos elementos pretendidos foi disponibilizado.” Está aqui escrito, estou só lendo, Sr. Vice-Presidente.

Deputado José Ávila (PS): Isso foi explicado!

Deputado Manuel Pereira (PS): Ela não percebeu!

A Oradora: Em contraditório a Vice-Presidência do Governo e do Emprego alega que tem encetado esforços no sentido de obter junto das instituições credoras as respetivas certidões de dívida, inclusivamente o Sr. Vice-Presidente em sede de comissão, quando foi ouvido no âmbito deste diferendo com o Tribunal de Contas, disse que a culpa era dos bancos, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não disse isso!

Deputado Marco Costa (PSD): Mauzões esses bancos!

A Oradora: ... tinha pedido aos bancos para facultarem e que os bancos não o tinham feito, mas a verdade é que nunca remeteu cópia dos ofícios enviados às referidas instituições tal como foi reiteradamente solicitado pelo tribunal. Não é o CDS que está a dizer, é o Tribunal de Contas.

Portanto, pergunto Sr. Vice-Presidente enviou ou não enviou os ofícios com o comprovativo das dívidas da Região e se enviou poderia também facultar a este Parlamento e aos vários grupos parlamentares uma cópia desse ofício.

Além disso, o Sr. Vice-Presidente acabou de dizer que tinha um défice fantástico que era metade do dobro ou o dobro da metade daquilo que era para a Europa ... uma coisa qualquer.

Independentemente do défice maravilhoso que era de uma forma muito simples o défice não é mais nem menos do que a diferença entre a receita e a despesa e o Tribunal de Contas diz que a nossa receita em 2016 estava claramente inflacionada e diz: “Em 188 milhões de euros de verbas transferidas pelo Estado ao abrigo do princípio da solidariedade, em 11 milhões dos nossos descontos da ADSE que não deviam estar lá contabilizados e mais 166 milhões de euros de fundos comunitários que não têm relevância contabilística”, ou seja, não tem comprovativos.

Eu devo dizer que não sou nenhuma especialista em gestão e contabilidade.

Deputado Francisco César (PS): O Félix Rodrigues também não é, mas fala em contaminação e em grutas!

A Oradora: Estou a ler aquilo que o Tribunal de Contas diz. Diz que a nossa receita está inflacionada e, portanto, se a receita está inflacionada como é que nós podemos acreditar no valor do défice calculado. Pergunto eu!

Outra das recomendações que o Tribunal de Contas faz é de que ... E deixe-me encontrar aqui que estou perdida nas minhas folhas ... A Assembleia ... É uma recomendação!

Deputado Francisco César (PS): E nós perdidos na sua intervenção!

A Oradora: Se eu não incomodasse ficava muito mais preocupada!

Outra das recomendações do Tribunal de Contas e agora à própria Assembleia é de que esta Assembleia deveria legislar no sentido de definir um limite para que o Governo apresente contas e conseqüentemente para que pague o que deve, ou seja, estou a falar do período complementar e aquilo que é dito pelo Tribunal de Contas é o seguinte: “O período complementar de execução orçamental tem uma extensão sem paralelo nas finanças do Estado, nas finanças regionais e nas finanças locais, indo muito para além do estritamente necessário ao fecho das operações. O seu impacto”... Ao contrário daquilo que o Sr. Vice-Presidente disse em sede de comissão que não tinha impacto, porque era de um a um ano, está bem acabava em março, mas também começava mês março, devo-lhe dizer que nesta Assembleia o orçamento que nós aprovamos para o Governo executar é de 1 de janeiro a 31 de dezembro. Esse é o orçamento que nós aprovamos aqui e que sempre que é necessário fazer alterações ao orçamento elas têm de vir aqui para ser aprovadas. Mas disse que não tinha impacto nenhum e diz aqui: “O seu impacto é superior a 4% na taxa de execução orçamental. Com efeito nesse período foram registados cerca de 20% de fundos comunitários [foram executados 20% de fundos comunitários] durante esse período de três meses adicional, bem como cerca de 7% da receita e 4% da despesa da administração regional direta.”

Portanto, aquilo que o Tribunal de Contas neste momento já faz é pedir aos deputados desta Casa para legislarem no sentido de que o Governo feche as contas a tempo e horas.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, pergunto-lhe: podia esclarecer os deputados desta Casa em relação ao facto de 20% dos fundos comunitários serem executados durante esse período adicional o que provavelmente explica a não execução de muitos dos fundos comunitários.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Algumas notas prévias sobre este assunto que já foi amplamente discutido. De forma direta ou indireta é quase a terceira vez que abordamos a Conta da Região 2016, mas isso demonstra uma vez mais que não qualquer problema em discutir a Conta, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... elas são transparentes, o assunto é discutido de forma aberta e desta vez sem desrespeitar o trabalho parlamentar na Comissão de Economia como foi feito pelo PSD no passado, mas isso também não tem qualquer problema.

Na comissão verificámos também que o Partido Socialista aprovou a audição do Juiz do Tribunal de Contas, do Membro do Governo, do Professor da Faculdade de Economia e uma vez mais demonstra aqui a abertura em discutir esses assuntos sem qualquer tabu.

Portanto, o que se verifica já e isso está disponível na Conta de 2017 que já foi entregue é que o Governo já acatou e está a cumprir a maior parte das recomendações do Tribunal de Contas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, a maior parte daquilo que foi dito já não faz qualquer sentido, algumas das críticas que foram aqui abordadas já não fazem sentido e já estão cumpridas e resolvidas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Isto é um bom exemplo como o Governo cumpre e tem em conta as recomendações que são feitas, mas também não é demais realçar que os indicadores que foram apresentados demonstram que a economia regional está a

crescer, no ano de 2016 cresceu acima da média nacional, tem uma dívida pública que corresponde a um valor que já foi corrigido pelo próprio tribunal de 44 para 41% do seu PIB que é claramente sustentável, representa um terço da dívida a nível nacional, da média europeia e, portanto, aqui também não há margem para dúvida. A dívida é sustentável e não compromete o futuro dos açorianos, mas não deve também ser esquecido que o investimento público realizado foi de 370 milhões de euros e esse investimento é um investimento importante para assegurar a coesão regional, ...

Deputado Marco Costa (PSD): E qual é que estava estimado?

O Orador: ... para reduzir a desigualdade e para promover o desenvolvimento dos Açores e há aqui um pormenor muito importante: enquanto outros que propõem sem responsabilidade, a verdade é que o Governo executa, propõe, ...

Deputado Marco Costa (PSD): Não! Propõe e executa metade!

O Orador: ... mas sem demagogia e com responsabilidade e é isso que nos diferencia.

Importante também realçar e realçar as prioridades para o Governo Regional e para o Partido Socialista. No ano de 2016 foram alocados cerca de 657 milhões de euros às funções sociais, onde se inclui, por exemplo, a saúde, a educação e o apoio social e isso demonstra bem a prioridade do Governo Regional nessas áreas tão importantes para o nosso desenvolvimento.

Mas não menos importante e para refutar aqui algumas das declarações que foram feitas pelo Deputado Paulo Estêvão (bem sei que o deputado não tem tempo para ler o relatório, eu reparei nesse pormenor, mas não há problema, e em relação à Deputada Graça Silveira parece que se esqueceu daquilo que foi dito, mas já lá vamos) o Professor Francisco Silva da Faculdade de Economia da Universidade dos Açores e um ex-deputado do CDS disse assim e passo a citar: ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Temos que ter em conta é o que o Tribunal de Contas diz, não é o que diz o ex-Deputado Francisco Silva!

O Orador: ...“Acrescentou que as recomendações efetuadas pelo Tribunal de Contas devem ser consideradas no futuro, mas não impedem que as contas sejam analisadas de forma séria, objetiva e com rigor, ou uma pessoa qualificada, ou um técnico qualificado na área e, portanto, se diz isso deve saber o que é que diz.

Mas mais importante ainda ... Já lá chegarei.

O Sr. Francisco Silva ...

Sra. Deputada, posso continuar ou está incomodada?

O Sr. Francisco Silva afirmou que não seria certo dizer que as contas dos Açores não são sérias, pois apesar de alguns problemas são passíveis de analisar e os números apresentados são confiáveis. O que é que diz o Juiz do Tribunal de Contas?

Destaca pela positiva [e aqui em relação ao Deputado Paulo Estêvão, a uma afirmação que faz que não é verdade] a redução das taxas de juro e dos custos de financiamento da dívida.

Portanto, a catástrofe que existia para o Tribunal de Contas em 2016 não se concretizou. Estamos em 2018 e recentemente o Governo Regional fez uma emissão de dívida com uma taxa a rondar 1.8. Isso demonstra bem a vitalidade de economia regional e a confiança que existe neste Governo do Partido Socialista.

Deputados João Paulo Ávila e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Disse ainda o Juiz do tribunal, o que é que disse Sra. Deputada, e já que dá tanta importância ... explicou ainda que tecnicamente não se deve somar a dívida com as responsabilidades futuras e, portanto, também aqui fica bem claro.

Para concluir, disse ainda o Juiz na página 35 que “nã existe qualquer implemento da receita.”

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas está aqui escrito ou não está!

O Orador: Portanto, uma vez mais desmente ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas o senhor está a ler partes do relatório que o senhor escreveu!

O Orador: Mas nós realizámos uma audição posteriormente àquilo que foi escrito e era importante ter isso em conta, Sra. Deputada.

E para terminar e responder também aqui ao PSD e a alguns representantes empresariais, de associações empresariais, citava um especialista na matéria, João César das Neves, que diz assim: “Por outro lado, os Açores provaram ao longo da sua história que sobrevivem apesar de muita gente dizer que não tem solução, que isto está tudo horrível, o facto é que os Açores têm a sua vida e hoje está muito melhor do que alguma vez estiveram.”

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Maurício (PSD): Pensei que ia citar o Professor Mário Fortuna!

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): É quase a mesma coisa!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo certo que estamos a repetir um debate já feito nesta Casa e sendo certo de que não há factos novos na Conta de 2016, exatamente porque ela é de 2016, eu

vou tentar não repetir as observações que já fiz anteriormente, até para não obrigar o Sr. Vice-Presidente a vir dizer, a somar, a diminuir, a duplicar e a não duplicar até nós ficarmos tão confusos que já não sabemos onde é que estamos. Vou-lhe pôr perguntas novas, vou-lhe colocar perguntas novas e vou surpreendê-lo, Sr. Vice-Presidente.

A Conta da Região, desta Região ou de qualquer outra, não representa só o cumprimento dos normativos processuais em matéria de contabilidade. Sendo importante esta área de análise, a qual nos mostra de acordo com o Tribunal de Contas, que a referida conta tem demasiados erros, omissões e dificuldades de verificação quanto a procedimentos, há uma outra área de análise igualmente importante, refiro-me, por um lado, às opções políticas do Governo e, por outro, às consequências dessas mesmas opções na nossa Região e na vida dos açorianos e açorianas.

Ora, é exatamente dentro desta área de análise que se nos coloca a primeira questão. Na Conta da Região apresentada pelo Governo Regional consta que a população ativa nos Açores diminuiu em relação a 2015 em 1.518 pessoas ativas. Num ano em que como é referido, na referida Conta, a economia cresceu sustentadamente, o PIB teve um crescimento positivo, as expectativas económicas eram promissoras e o desemprego teve uma quebra importante, como explica o Governo Regional esta quebra significativa da população ativa? Poderá a explicação estar na emigração, dados que de forma continuada e inexplicável o Governo Regional continua a dizer que não tem?

Mas se é a emigração a razão desta quebra da população ativa como explicar esta situação num momento de crescimento económico?

Será que neste ano houve demasiados óbitos e este fator demográfico não foi compensado pelo retorno dos jovens e das jovens que vão estudar para fora e já não regressam, porque não têm condições de vida nos Açores?

É que, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, na análise da economia a evolução da população ativa é um vetor importante, por isso, não considera o Governo Regional necessário explicar este facto?

Por outro lado, no que respeita às receitas é possível verificar uma quebra acentuada nos impostos diretos em relação a 2015. De facto, em 2015 a receita em IRS foi de 181 milhões, 742 mil, 957 euros e 67 cêntimos, mas em 2016 foi apenas de 160 milhões, 869 mil, 900 euros e 9 cêntimos. Estamos assim a falar numa diferença de 21 milhões de euros.

No que respeita ao IRC, em 2015, a receita foi de 43 milhões, 153 mil, 778 euros e 63 cêntimos e em 2016 foi de 30 milhões, 545 mil, 201 euros e 15 cêntimos.

Portanto, estamos a falar de cerca de 13 milhões a menos de receita arrecadada.

É perceptível esta evolução em relação ao IRS, pois no ano de 2016 teve peso o início do fim da sobretaxa do IRS, bem como as repercussões da alteração do diferencial fiscal na Região.

Estes fatores tiveram evidentemente repercussões nos reembolsos de 2016.

Contudo, já o mesmo não parece tão óbvio no que diz respeito ao IRC e sem uma explicação capaz fica a dúvida.

Como se explica uma quebra de 29% na receita derivada do IRC se não houve qualquer alteração sobre este imposto?

Mais! Quando assistimos no ano 2016 a uma retoma da economia que deveria repercutir-se exatamente na arrecadação deste imposto?

Ora, acontece precisamente o contrário.

Como explicação para este facto dá o Governo Regional a seguinte explicação, a qual consta do relatório do Tribunal de Contas e cito: “As taxas de realização menos expressivas do que em anos anteriores observadas nestes impostos (IRS, IRC) ficaram a dever-se aos montantes extraordinariamente elevados de reembolsos registados em 2016.”

É verdade que os dois impostos têm reembolsos, mas porque razão não é explicitado quais aqueles que se referem ao IRS e quais aqueles que se referem ao IRC?

Fica a pergunta.

Tendo em conta as promessas de clareza e de transparência que o Partido Socialista e o Governo Regional assumiram como bandeira sua em todos os atos da administração pública, estranhámos este tipo de “jogo do gato e do rato”, a menos que ao Governo tenha aguardado por este momento para nos dar uma explicação convincente.

O Governo Regional também assumiu há vários anos que no setor da saúde tinha havido uma contínua suborçamentação fosse ou não fosse este um desiderato do Governo.

Como todos sabemos, esta prática de suborçamentação tem imediatos custos elevados, seja nas contas, porque sobre a dívida do setor, seja no aumento da incapacidade de responder na hora e com eficácia às necessidades dos utentes.

A degradação do Serviço Regional de Saúde tem sido evidente e pode medir-se pelas de espera para especialidades e cirurgias, pela falta de médicos e enfermeiros e pela falta de pessoal em várias áreas. Mede-se também pela falta de especialistas nas ilhas e mede-se ainda pelo drama dos doentes nas ilhas sem hospital aos quais falta uma resposta pronta para o seu sofrimento.

Ora, a verdade é que não há uma verdadeira inversão deste problema na Região, como bem prova a tradução que os números fazem desta realidade.

Sendo orçamentado para o ano 2016 para a área da saúde 331 milhões, só foi executado o valor de 316 milhões de euros, ou seja, menos 15 milhões, mas simultaneamente a dívida do setor da saúde aumentou em mais de 34 milhões de euros que no mesmo ano de 2016.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a pergunta que se impõe é esta: vai o Governo Regional voltar à política de suborçamentação

quando todos os problemas que daí advêm para o futuro do Serviço Regional de Saúde?

Dito de outra maneira: introduziu o Governo na lógica das cativações extraordinárias tão ao gosto do Sr. Ministro Centeno?

Será a suborçamentação da saúde desde já uma nova estratégia para aprofundar as debilidades do Serviço Regional de Saúde abrindo assim caminho a novas concessões, a novos contratos de parceria ou qualquer outra forma comercial de apoio, por exemplo, ao novo hospital particular da Lagoa, tão acarinhado pelo Governo Regional?

Por último, Sras. e Srs. Deputados, ...

(Aparte inaudível)

A Oradora: Também foi para a conta da Região, foi barata, Sr. Deputado, se bem me lembro, foi muito barata. Eu gostava de fazer uma casa para mim com esse mesmo custo.

Deputado André Bradford (PS): Também gostava! Não sei o que é que isso quer dizer, mas também gostava!

A Oradora: Por último, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A dívida assumida na Conta da Região pela empresa Sinaga é de 26,4 milhões de euros. Segundo notícias vindas a público esta empresa (uma empresa recorde-se em serviços mínimos, como aliás foi reconhecido e anunciado pelo Governo Regional) mantém três administradores executivos.

Pergunta: como explica o Governo esta incongruência?

Como se explica que ao mesmo tempo que corta na saúde, mantenha lugares claramente incompreensíveis e sem qualquer lógica económica?

Aguardamos pelas respostas. Espero de alguma maneira ter contribuído para uma novidade, Sr. Vice-Presidente.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo pela Sra. Deputada Zuraida Soares precisamente como referiu, introduziu novas questões. Vou voltar a abordar as outras questões, referindo que são exatamente as mesmas questões que foram levantadas e devidamente esclarecidas no debate de janeiro passado, portanto, estamos a dizer exatamente o mesmo e a repetir exatamente o mesmo. Portanto, vou começar pelas suas que são efetivamente questões diferentes, da Sra. Deputada do Bloco de Esquerda.

A primeira questão é em relação à população ativa. Efetivamente de 2015 para 2016 houve uma redução da população ativa de cerca de 1.600 pessoas. A população ativa no final de 2015 era 122.315, passou em 2016 para 120.797.

Deputado Marco Costa (*PSD*): Passaram a estar a ocupados!

O Orador: Não se pode desta variação tirar qualquer conclusão positiva ou negativa em termos de indicador. Porquê?

Porque em 2017 voltou a subir (final de 2017, dados já publicados) para os mesmos 122.215, ou seja, a população ativa nos Açores, no final de 2017, é exatamente a mesma que era no final de 2015.

Segunda questão que eu penso que (só não me quero perder em relação ...) tem a ver com o IRS que a Sra. Deputada falou, que é a redução da receita de IRS em 2016 derivava do início do fim da sobretaxa. Não é verdade, Sra. Deputada.

Como a Sra. Deputada devia se lembrar, ou eu vou lhe recordar, a sobretaxa nunca constituiu receita da Região. Aliás, aqui esta Assembleia pronunciou-se várias vezes sobre isto. Portanto, quando houve a sobretaxa foi receita do

Estado. A redução da sobretaxa é a redução de receita do Estado, logo o efeito da redução da sobretaxa ou da anulação da sobretaxa na receita do IRS, ao contrário do que a Sra. Deputada disse, é zero.

Portanto, todo o efeito que está aqui (os vinte e tal milhões de euros) deriva da redução das taxas de IRS nos Açores que tem sido operada a partir de julho teve efeitos a janeiro ...

Deputado José Ávila (PS): Fica nas famílias!

O Orador: ... e daí o reembolso. Porquê?

Porque o imposto que conta para efeitos de apuramento final é a taxa que se aplica no último dia do ano, o que apesar das tabelas de retenção se terem alterado a partir do ano todo o que originou um nível de reembolso significativamente superior àquilo que estava na tabela e que teve reflexos em 2016. Foi isso que fez com que efetivamente (foi a redução da taxa definida no orçamento da Região, a redução de IRS), neste caso concreto, cerca de 24 milhões de euros de receita, que eram impostos que os açorianos pagavam, fez com a redução do imposto pago pelos açorianos, daí a redução da receita fiscal. Em relação à matéria do IRC quero esclarecer a Sra. Deputada que o IRC não é um imposto pago como o IRS que é um imposto pago por conta, onde no ano seguinte há o acerto entre aquilo que era o valor do ano anterior, que é pago depois por conta em três momentos do ano, e o valor efetivamente da declaração do modelo do IRC desse ano.

Portanto, o valor líquido apurado de IRC num ano não resulta da declaração das empresas desse ano, mas sim da diferença ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Do ano passado!

Deputado Marco Costa (PSD): Foi um ano para esquecer! Se não existiu, foi um ano para esquecer!

O Orador: Depende, depende do ano anterior ...

Não é do ano anterior. É do diferencial entre uma declaração e outra vezes três. Como há dois momentos de entrega depende se esses momentos de entrega são superiores ou inferiores e depois faz-se o acerto no ano seguinte. Portanto, não pode anualizar a receita de IRC como o IRC efetivamente pago num determinado ano.

Em relação à matéria da saúde vamos esclarecer isso de uma forma muito clara.

Deputado Marco Costa (PSD): Está tudo doente!

O Orador: O financiamento do Serviço Regional de Saúde que está inscrito no orçamento da Região, o que estava orçamentado, era de 291 milhões de euros e os 291 milhões de euros que é que financia o funcionamento do Serviço Regional de Saúde foi executado a 100%. Não houve qualquer sobre financiamento em termos de funcionamento.

O que a senhora está a fazer é a somar aquilo que é o financiamento do funcionamento do Serviço Regional de Saúde com o plano de investimento que tem obras, que podem ou não se atrasar na sua execução. O atraso na execução de obras não resulta em qualquer menor financiamento do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Marco Costa (PSD): O Centro de Saúde das Lajes está bem atrasado!

O Orador: Do ponto de vista de funcionamento do Serviço Regional de Saúde estava previsto, em 2016, eram 291 milhões de euros e o que foi executado foi integralmente os 291 milhões de euros e a demonstração do reforço de esforço de financiamento de funcionamento do Serviço Regional de Saúde é que em 2011 eram 213 milhões de euros e passámos em 2016 para 291 milhões de euros, ou seja, um reforço de 87 milhões de euros/ano pago em termos de funcionamento do Serviço Regional de Saúde e voltámos a reforçar em 2017 para 300 milhões de euros totalmente pagos.

Em relação à questão da Sinaga e aos administradores o Governo já teve oportunidade, numa resposta a um requerimento à sua questão que é público, e como foi referido, é que os atuais administradores têm um mandato que irá terminar no final deste ano e com certeza a composição do Conselho de Administração será ajustada e reduzida em função da nova realidade da empresa no final deste mandato que termina este ano.

Agora, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E os funcionários que foram mandados para casa?

Deputado Marco Costa (PSD): Foram para o matadouro!

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Estêvão citou uma parte do relatório do Tribunal de Contas que quem o ouvisse dava-lhe razão. O Sr. Deputado talvez por distração omitiu que aquilo que o Tribunal de Contas diz exatamente nessa matéria é que havia um risco de elevada concentração e o risco de refinanciamento estava concentrado quando?

Exatamente naquilo que o Sr. Deputado omitiu. O que o Tribunal de Contas diz é que o risco de refinanciamento está concentrado em 2017 onde era 279 milhões de euros, ou seja, o que o Sr. Deputado não disse é que o Tribunal de Contas dizia em 2016 era que o risco de refinanciamento era em 2017 e estamos em julho de 2018 ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E não aconteceu!

O Orador: ... e não houve nenhum risco de refinanciamento e foi tudo integralmente refinanciado e o senhor omitiu essa parte.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: A segunda questão que o Sr. Deputado falou, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, foi em relação (penso que falou, se não falou peço desculpa) em que referiu o montante dos avales, ou não sei se foi a Deputada Graça ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu não! Já não falo em avales!

O Orador: Foi o Sr. Deputado Paulo Estêvão que referiu do montante dos avales, dois oitocentos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!

O Orador: Não! Então vou passar.

Em relação à Sra. Deputada Graça Silveira. Vou dizer-lhe e garantir-lhe uma coisa: se estivesse a falar de biotecnologia ou de ciências alimentares eu não falaria com a convicção, com a certeza com que a Sra. Deputada falou de finanças públicas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Era muito menos grave. O problema é que o senhor fala de finanças públicas com uma convicção que não é ...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Só lhe fica bem.

Eu posso dizer-lhe que nunca iria falar de biotecnologia, porque não sei.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas eu como Deputada sou obrigada a esclarecer os açorianos!

Presidente: Srs. Deputados!

Sra. Deputada Graça Silveira, por favor, peço-lhe. Inscreva-se a seguir!

O Orador: Agora vamos à questão que interessa, que é relevante e Sra. Deputada eu vou dizer exatamente, porque a Sra. Deputada referiu esta matéria quando tivemos a outra discussão, essa questão ficou totalmente esclarecida na resposta que lhe dei, mas a Sra. Deputada volta a colocar novamente a mesma questão. Eu terei que voltar a lhe dar exatamente a mesma resposta que tem a ver com a certificação da dívida bancária em termos de extratos. O que a Sra. Deputada tentou fazer passar não corresponde em nada ao que está aqui.

Deputado Marco Costa (PSD): Ela leu o que estava escrito!

O Orador: Vou dizer-lhe como expliquei e volto a repetir e tire a conclusão exata.

Primeira questão: o que está aqui em causa não é o apuramento dos extratos bancários em relação àquilo que são as contas e a dívida da Região bancária. O que o Tribunal de Contas diz é que essa foi obviamente apresentada, foi certificada e estava correta, mas nada garantia que isso era a totalidade do universo de contas bancárias ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É o que está aqui dito!

O Orador: ... que poderiam existir.

Para esse efeito, solicitou que o Governo enviasse a todas as instituições bancárias, independentemente do Governo ter ou não relação com elas, uma carta a pedir para confirmar se tinha ou não algum saldo ...

Deputado Marco Costa (PSD): E o banco da China também?

O Orador: ... e o Governo enviou essa carta. O que está aqui que diz da insistência e da falta de evidências não é o envio da carta, é do envio da insistência à resposta à carta e não do envio da carta, que é uma diferença da noite para o dia.

Mas mais! Esta questão teria a mínima relevância se a entidade que tem competência legal e condições para certificar a dívida pública, que é o Banco de Portugal, que vai exatamente aos extratos bancários de todas as instituições e apura a dívida pública tivesse apurado o montante de dívida pública que fosse um único cêntimo diferente daquela que está na Conta da Região.

E o facto é que o Banco de Portugal apurou que a dívida pública, ...

Deputado Marco Costa (PSD): É muito mau o Banco de Portugal!

O Orador: ... conferindo os extratos de todas as instituições bancárias era exatamente igual ao cêntimo àquilo que estava na Conta da Região e que a Região assumiu não havendo sobre essa matéria qualquer dúvida, não havendo

sobre esta matéria qualquer discrepância e isso tem de ficar, penso eu, muito claro e com toda a objetividade esclarecido.

Em relação às outras questões, sobre a questão do período complementar vou voltar a dizer aquilo que tive a oportunidade de dizer e de explicar que o período de vigência é sempre um período de 12 meses e como tive oportunidade de dizer não se pode comparar aquilo que é a realidade da Região com o país, porque a Região não arrecada impostos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não venha outra vez com essa!

O Orador: Eu não venho outra vez com essa se a senhora não voltar a colocar nenhuma questão. A senhora coloca a mesma questão eu tenho que lhe dar a mesma resposta.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor sabe que está a cometer um erro. Ainda se fosse biotecnologia eu aceitava que o senhor dissesse isso errado, agora sobre receita, não!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Eu ouvi-a com toda a paciência e não interrompi. Deixe-me também dar a mesma resposta.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu aprecio a sua paciência, Sr. Vice-Presidente!

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira eu peço imensa desculpa, mas a senhora até já está inscrita.

O Orador: Eu como tive oportunidade já de esclarecer no outro debate e voltar a esclarecer agora, a matéria do período complementar não altera o período de uma conta. A conta abrange sempre 12 meses.

Os Açores, a receita fiscal, a Região não recebe a receita fiscal no momento que é paga. Os contribuintes pagam a receita fiscal à autoridade tributária, que é uma entidade da República, ou seja, constitui no momento em que é pago receita da República, operação extraorçamental, receita da República e depois

só é transferido para a Região (e aí sim constitui receita da Região) no mês seguinte. Portanto, há aqui um diferencial entre aquilo que o Estado pode contabilizar, contabiliza no momento, o contribuinte paga; e aquilo que a Região pode contabilizar que só pode contabilizar quando a autoridade tributária transfere para a Região, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não!

O Orador: ... que é normalmente um mês a dois meses depois que o contribuinte paga. Daí o diferencial do período complementar, mas esse diferencial do período complementar não faz com que o facto de ser, por exemplo, até fevereiro, não é um ano todo mais dois meses. Não!

Se é até 30 de fevereiro no ano seguinte começa a 1 de março e não começa a 31 de dezembro.

Deputado Marco Costa (PSD): E deferimentos, não! Não há deferimentos?

O Orador: Aliás, isto não é nada de especial. Por exemplo, nos Estados Unidos o ano fiscal começa a 1 de setembro, não começa a 1 de janeiro.

Portanto, é uma matéria que sobre essas questões não tenho nenhuma dúvida sobre a questão de ser 12 meses.

Como disse e tive oportunidade de dizer, nós já debatemos essas matérias todas aqui no plenário de janeiro, já as esclarecemos todas e da nossa parte tenho que dizer que essas matérias penso que ficaram devidamente clarificadas e ficaram devidamente concluídas.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, SRS. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, o relatório e o parecer é deste tamanho. É evidente o senhor diz-me, o senhor omitiu. Se o senhor me der ... ou a capacidade de ler

aqui durante duas horas, eu não vou omitir, agora, tendo em conta a dimensão do relatório eu não lho posso ler todo, vou sempre ter de omitir qualquer coisa, ...

Deputado José Ávila (PS): Mas o problema não é esse!

O Orador: ... mas isso é algo que decorre do Regimento, Sr. Vice-Presidente. Eu gostava imenso de lhe ler este relatório todo que é tão desfavorável para V. Exa., teria o maior gosto, mas não me é possível, portanto, vou ter sempre que omitir algumas partes do respetivo relatório.

Diz o Sr. Deputado Carlos Silva, com a elegância que o caracteriza no debate parlamentar, que ele reparou que eu não li. Eu também já reparei que o senhor não leu muitas coisas, mas devo-lhe dizer que eu li aquilo que considerei que era importante e as referências que eu aqui fiz foram as referências diretas, ou seja, eu li diretamente e citei aquele que é o relatório do Tribunal de Contas e deixe-me dizer a V. Exa., sem nenhum desprimor para a sua formação profissional, para o currículo profissional que respeito, devo dizer a V. Exa que considero que o Tribunal de Contas é muito mais credível que V. Exa. e por isso, nesse sentido, aquelas que são as conclusões e aquelas que são as apreciações do Tribunal de Contas V. Exa poderá ser um supercraque no futuro, agora o que lhe dizer é que considero que o Tribunal de Contas, neste momento, merece maior credibilidade do que aquilo que V. Exa. diz.

Devo dizer, para terminar (para terminar, para ter ainda algum tempo para uma terceira intervenção), que é sempre um mau caminho tentar desprestigiar as instituições, os tribunais e em particular o Tribunal de Contas. Em democracia isso é sempre errado, porque isso significa o desprestígio das instituições e do Parlamento e V. Exa. chegou aqui ainda há muito pouco tempo para seguir esse caminho da demagogia e do ataque às instituições e a tentativa de desprestigiar as instituições como o Tribunal de Contas.

Deputado José Ávila (PS): O senhor não esclareceu nada!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente disse e disse bem no início que estamos a repetir aqui algumas matérias já discutidas em dezembro no debate de urgência e depois na discussão na Comissão de Economia. Portanto, também na minha intervenção, embora tenha sido longa, tentei não repetir muito outras questões que tinham sido debatidas.

O Sr. Vice-Presidente já respondeu às questões das restantes bancadas e na intervenção que tinha, tinha duas questões, mas já volto a recolocar.

Mas a questão que gostaria de apresentar aqui é esta: eu percebo a sua visão da dívida pública. É o critério do INE, é o critério do Eurostat, mas se seguisse o seu raciocínio só estritamente significava que para os Açores era indiferente ter responsabilidades de parcerias público privadas ou não ter, de ter um setor público empresarial fora do perímetro falido ou não ter, ou seja, se calhar desafiava a fazer mais parcerias que era indiferente para aquilo que é a saúde financeira da Região em termos de finanças saudáveis ...

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que possa garantir o futuro das próximas gerações sem qualquer constrangimento.

Portanto, é evidente que as parcerias não entram para o critério do INE, é evidente que as empresas que não estão no perímetro orçamental não entram, mas a verdade é que é o orçamento da Região que vai financiar todas essas responsabilidades e, portanto, ...

Deputado Marco Costa (PSD): Nem mais!

O Orador: ... se nós pensamos em princípios de prudência e de seriedade em termos de finanças públicas, é evidente que qualquer governante e qualquer

açoriano tem a obrigação de se preocupar com isso e o senhor por maioria de razão e pelos vistos refugia-se num critério do INE e do Eurostat e é perfeitamente desprezível aquilo que são as responsabilidades no orçamento da Região para as rendas das SCUT, para as rendas do Hospital de Angra, que são investimentos que nós defendemos, mas achamos é que temos que entrar em linha de conta naquilo que são as nossas responsabilidades presentes e futuras. Portanto, isso é óbvio. O senhor sabe tão bem como eu, mas refugia-se naquilo que são os critérios do INE.

Mas voltando à questão do período complementar de execução orçamental e a bancada do Partido Socialista tem três juristas, a bancada do Governo tem uma, portanto, todos estudaram finanças públicas se calhar pelos mesmos manuais e o orçamento e os princípios orçamentais são de alguma maneira rígidos e há princípios que são seguidos e aquilo que o senhor faz, prolongando o período de execução orçamental, é não cumprir esses princípios e aquilo que é o princípio em termos do orçamento de Estado é o princípio da gerência, ou seja, entra aquilo que é pago, são os recebimentos e os pagamentos no ano civil.

Aquilo que o senhor está a defender relativamente aos impostos e a outras despesas e a outras receitas é o princípio do exercício, que são as obrigações e os direitos que emergem naquele período.

Portanto, das duas, uma: ou o Governo altera aquilo que são os princípios do orçamento da Região e estamos todos de acordo, se calhar há razões para isso; ou, se não altera, então altere a prática e é isso que o Tribunal de Contas pede e que o senhor não nos disse ainda se está pensando cumprir ou não.

Mas a questão aqui do período complementar (também não se vê outra questão) tem a ver com a dívida flutuante e a dívida flutuante não conta para a dívida pública desde que liquidada até ao fim do exercício.

O que acontece e vi na conta e vi depois da reunião da Comissão de Economia é que há empréstimos de dívida flutuante que são liquidados no período

complementar, nomeadamente em janeiro, e posso dar o exemplo aqui de um empréstimo que é contraído a 29 de outubro de 2016 e é liquidado a 31 de janeiro de 2017 e é contabilizado como pago no ano da conta.

A questão aqui é outra, é que depois pegamos na conta de 2017 e na véspera da liquidação daquele empréstimo de 40 milhões de euros há a contração de outro empréstimo em 2017, no mesmo montante, noutra banco, e que é contabilizado já na conta de 2017.

Portanto, esses 40 milhões de euros objetivamente (eu tenho pelo menos a dúvida, a não ser que o Vice-Presidente explique), na minha conceção e olhando para os valores que estão aqui, significam que esta foi dívida de curto prazo que rolou e, portanto, não cumpriu aquilo que seria a regra. Admito que possa ter explicações e estou a colocar a questão e posso mudar de opinião, mas na minha opinião relativamente a essa ... E o mesmo se irá seguramente verificar em 2018, porque há aqui um conjunto de empréstimos contraídos em 2017, está na conta de 2017, que são liquidados em janeiro de 2018.

Mas mais! Curiosamente um desses empréstimos aqui em 2017 é contraído no dia 31 de dezembro do ano a que diz respeito, quer dizer, é mesmo em cima do ano, é contabilizado naquele ano e o respetivo reembolso é contabilizado no mesmo ano, embora tenha sido um mês depois.

Portanto, aqui claramente há alguma prática, que não sei se existia no passado, penso que não existia, que merecia ser analisada, porque qualquer pessoa percebe que está aqui a rolar dívida de custo prazo ...

Deputado Marco Costa (PSD): Pois é!

O Orador: ... e eu diria que se esses 40 milhões de euros que estão aqui referidos fossem considerados dívida pública (e na minha opinião são, mas pode ter uma opinião diferente e eu se calhar posso mudar a minha), toda a sua teoria do défice mais baixo dos últimos 40 anos era incrementado em 40 milhões de euros e passava de 1.6 para 2.6.

Portanto, essa questão, com certeza, poderá explicar.

Quanto aos elogios que ... Não é a primeira vez que é referido aqui, na Assembleia, relativamente a personalidades do exterior, algumas conhecidas que nos visitam e que têm feito elogios às finanças públicas regionais, eu queria recordar também que o Dr. Ricardo Salgado, que anualmente vinha aqui à Região e todos os anos elogiava as finanças públicas num evento social, num hotel de Ponta Delgada, e que repetidamente fazia enormes elogios a V. Exa. e à vossa política financeira.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem agora a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, eu devo-lhe dizer que estou aqui a desempenhar o papel de deputada não por ser formada em biotecnologia, em gestão, em economia, ou o que quer que seja. Isso não é que me dá a competência para questioná-lo sobre a execução do orçamento. O que me dá essa competência é pelo facto de ter sido eleita e porque o senhor é Governo e governa com o dinheiro dos açorianos que me elegeram para estar aqui. Portanto, tenho que lhe colocar as questões que eu achar legítimas e o Sr. Vice-Presidente explica ...

Deputado Francisco César (PS): Tem que responder o que achar por bem!

Deputado Paulo Parece (PSD): Não é o que achar por bem, tem que responder!

A Oradora: ... com toda a paciência do mundo, como já disse, sempre que eu intervenho que tem muita paciência, ao contrário de mim que muitas vezes

tenho muito menos paciência com a má governação do seu Governo (devo admitir!), ...

Deputado André Bradford (PS): O Governo não é dele, é dos açorianos!

A Oradora: ... mas tenho que o repetir e devo lembrar como é que funciona este Parlamento. É que desde janeiro até agora o Sr. Vice-Presidente foi ouvido em sede de Comissão de Economia. Portanto, os açorianos não estavam na Comissão de Economia. Na altura foram feitas as audições, agora é feito o debate político sobre isso. É normal.

Na altura coloquei-lhe a questão e o Sr. Vice-Presidente disse exatamente isto, que nos Estados Unidos o orçamento começava em setembro e acabava no outro setembro e que o Banco de Portugal tinha validado a dívida.

Então eu pergunto: se o Banco de Portugal é mais do que suficiente para validar as contas públicas da Região porque é que o Tribunal de Contas tem de fazer um relatório e validar e pedir os documentos?

Aquilo que lhe perguntei foi: se forneceu ou não forneceu as cópias dos ofícios que lhe foram pedidas?

E se forneceu que nos pudesse facultar. Tão simples quanto isto.

Se para a região dos Açores é mais importante fazer o orçamento de 1 de abril (que não deixa de ser um dia interessante) para 31 de março, passamos a fazer assim, porque na realidade e politicamente e saindo da esfera da economia, das contabilidades e dos Eurostats que fazer a contabilidade um ano é sempre igual nós aqui politicamente aprovamos, Sr. Vice-Presidente, um orçamento que começa a 1 de janeiro e que acaba a 31 de dezembro e que para ser alterado tem de ser votado aqui por muito que lhe custe.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

A Oradora: Então o senhor pode alterar os seus orçamentos como quiser, mas se lhe dá mais jeito nós fazemos aqui uma alteração e na Região, porque o

senhor precisa de ficar à espera dos impostos da República, passa a ser de 1 de abril a 31 de março.

Mas já agora, o senhor que é um especialista nestas matérias pode-nos explicar, ou então o Sr. Deputado Carlos Silva, se ao orçamento de Estado e ao orçamento regional aplica-se o princípio de gerência ou o princípio de exercício e o que é que isso implica?

Deputado Carlos Silva (PS): Já tem a resposta!

A Oradora: Não! Eu estou a perguntar-lhe a si. Eu pergunto a quem eu quiser, já agora, porque o Sr. Deputado é que esteve sistematicamente a prestar esclarecimentos sobre as minhas intervenções.

Deputado Carlos Silva (PS): Sobre as audições!

A Oradora: Portanto, já agora, se pudesse prestar esse esclarecimento eu agradecia.

Penso que há um número que é simples e pode ser consensual de entendimento, porque não haver consenso em relação aos números (e são números) já é estranho em relação a esta conta. Portanto, pergunto: 172 milhões é efetivamente a dívida comercial, certo?

Comercial, certo?

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo está ali!

Deputado Paulo parece (PSD): Agora não convém responder!

Deputado Marco Costa (PSD): É preciso saber!

A Oradora: Então se 172 milhões é dívida comercial quer dizer que o Governo deve aos seus fornecedores 172 milhões e, ao contrário do Governo, os nossos empresários, as nossas pequenas e médias empresas têm que fazer face aos seus compromissos a tempo e horas: têm que pagar aos funcionários, têm que pagar aos fornecedores, têm que assumir os seus compromissos fiscais ... Portanto, não podem ficar eternamente à espera que o Governo pague a sua dívida de 172 milhões.

Deputado José Ávila (PS): Qual é o prazo médio de pagamento?

A Oradora: Portanto, Sr. Vice-Presidente, o senhor pode ser muito bom a fazer engenharia financeira, mas o problema é que os seus números esbarram com a realidade dos açorianos e a nossa realidade é que temos um Governo que continua a endividar-se, empresas públicas a falir e os açorianos cada vez mais pobres.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, o senhor vence, mas não convence e vou-lhe responder e pedir-lhe esclarecimento.

Quando o senhor diz que a Sinaga até ao final do ano, a overdose de administradores será resolvida e o Governo tomará as suas medidas ...

Oh, Sra. Presidente, eu acho que devo deixar o Sr. Vice-Presidente acabar o seu telefonema, porque eu estou a falar para ele.

Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Dizer-lhe o seguinte: eu estava a dizer que o senhor vence, mas não convence e vou explicar porquê.

(Aparte inaudível)

A Oradora: É exatamente! Vence, mas não convence!

Relativamente à Sinaga o Sr. Vice-Presidente chutou para canto e disse: “Isso até ao final do ano vai ser resolvido, a overdose de administradores – parece que é um para três trabalhadores – vai ser resolvida até ao final do ano.”

Oh, Sr. Vice-Presidente, há um ano! Há cerca de um ano que uma empresa que está em serviços mais do que mínimos e virou imobiliária, tanto quanto sei, nos serviços mínimos, continua com três administradores e o Sr. Vice-Presidente pode aproveitar a oportunidade para explicar aos açorianos e açorianas qual é o critério dessa opção e porque é que falta dinheiro para outras coisas e sobra para três administradores. A pergunta era simples e o Sr. Vice-Presidente não a pode despachar dizendo que até ao final do ano o assunto vai ser resolvido porque é pouquinho.

Depois, relativamente à dívida da saúde, Sr. Vice-Presidente, página 65 do relatório do Tribunal de Contas, ponto 9.4 ...

Deputado Carlos Silva (PS): É para aquela bancada. Ela é que é responsável pela dívida!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quem é que desta bancada é responsável pela dívida da saúde? Diz lá quem é?

Quem é que desta bancada é responsável pela dívida da saúde? Vê se tens coragem de dizer! Só mandas bocas! Levanta-te e diz!

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Zuraida Soares continue a sua intervenção.

A Oradora: Eu é que não tenho nada a ver com as vossas analogias. Eu estou fora das analogias do PS e do PSD e quero manter-me assim.

Sr. Vice-Presidente, página 65, ponto 9.4, terceiro parágrafo ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Mesa já vai ter que conceder alguma tolerância à Sra. Deputada Zuraida Soares por via destas interrupções.

A Oradora: Agradecia, Sra. Presidente.

Presidente: Faça o favor de continuar.

A Oradora: A dívida do setor ...

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

A Oradora: Não, não continuo, Sra. Presidente, peço desculpa.

Presidente: Srs. Deputados, por favor!

Srs. Deputados!

Sra. Deputada Zuraida Soares, dispõe ainda de cerca de um minuto.

A Oradora: Peço imensa desculpa de estar a interromper a vossa briga, mas quero terminar a pergunta.

Diz o relatório: “A dívida do setor da saúde que ascendia a 896,3 milhões de euros continua a assumir particular relevância no contexto da dívida pública regional (51,9% do total), tendo registado um aumento de 34,3 milhões de euros (mais 4%) comparativamente ao ano anterior.”

Então, Sr. Vice-Presidente, se está tudo bem, se não há cativações, se não há ... Está tudo que é uma maravilha, como é que se explica o aumento desta dívida? São as duas perguntas que lhe ...

Quando não se está atento, Sr. Vice-Presidente, depois chumba-se.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Informo que o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo.

Sr. Deputado Carlos Silva tem agora a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, eu gostava de esclarecer o Deputado Paulo Estêvão, mas ele fugiu ao debate, não sei se o pode encontrar.

Mas era apenas para deixar aqui nota de que na Comissão de Economia, no dia 28 de março de 2018, foi realizada a audição do Prof. Francisco Silva da Faculdade de Economia e Gestão, do Juiz ...

(Diálogo entre a Deputada Graça Silveira e o Deputado Francisco César)

Presidente: Srs. Deputados!

É o Sr. Deputado Carlos Silva que está no uso da palavra. Vamos permitir que ele possa falar.

O Orador: Posso, Sra. Deputada?

Estava a tentar esclarecer que a Comissão de Economia da qual faz parte a Deputada Graça Silveira, os deputados do PSD, o Bloco de Esquerda, aprovou a audição do representante da Faculdade de Economia, do representante do Tribunal de Contas e do Membro do Governo para esclarecer sobre os assuntos da conta e foi realizada uma audição em março de 2018.

Portanto, aquilo que foi dito em comissão é importante para este debate e o que eu disse na minha primeira intervenção foi exatamente isso, que o representante do Tribunal de Contas foi à comissão e esclareceu alguns dos assuntos que foram colocados no relatório e isso ficou muito claro, Sra. Deputada.

Mas também gostaria aqui de dizer que a Sra. Deputada mostrasse indignada com o crescimento da dívida, mas todas as propostas que faz ou são para reduzir despesa ou para aumentar dívida.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quem é que diz isso? É o CDS?

O Orador: Propostas concretas é um zero, é um zero completo e o mesmo se aplica à bancada do PSD e às restantes bancadas da oposição.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo em relação ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros a questão que coloca é uma questão pertinente, mas a questão que coloca em relação a qual o momento de apuramento da dívida pública tem duas respostas: na ótica da contabilidade pública e na ótica da contabilidade nacional. Ou seja, na ótica da contabilidade nacional é a dívida que é aquela que conta para o apuramento da dívida pública e para aquela que eu referi é a dívida apurada pelo Banco de Portugal a 31 de dezembro de um ano, independentemente de haver período complementar ou não, ou seja, ao contrário do que fez crer, independentemente de haver um período complementar para janeiro, fevereiro, março, a dívida pública que conta, quer seja da administração direta, quer seja das empresas é a dívida pública a 31 de dezembro independentemente ser de curto, médio ou longo prazo.

Esses casos que referiu não saíram da dívida pública. Esses casos que referiu acrescentaram à dívida pública e por exemplo a dívida pública a curto prazo que é paga no final de janeiro conta para a dívida pública e por exemplo em 2016 tínhamos já na dívida pública que foi apurada dos 1.596 milhões, 48 milhões de dívida pública de curto prazo que foi paga em janeiro que não contou depois ...

Deputado Marco Costa (*PSD*): Então foi um bom negócio para a Região!

O Orador: Mas para o apuramento de dívida pública conta, porque interessa é a data a 31 de dezembro.

Deputado Marco Costa (*PSD*): Então por que é que o senhor não faz a longo prazo?

O Orador: Portanto, ao contrário do que se pode crer no critério de contabilidade pública ... no critério de contabilidade nacional o que interessa é a 31 de dezembro independentemente do período complementar, o que neste

caso acresce mais do que aquela que devia ser, mas são as regras e as regras do Eurostat e do Banco de Portugal.

Portanto, é esse o valor e aliás se houvesse um mecanismo nesse sentido seria no sentido contrário e não no sentido que referi, mas essa questão técnica é uma questão essencial.

Segunda questão: efetivamente há imensas pessoas que citaram e que fazem referência às boas contas das finanças públicas regionais. Eu tenho por exemplo aqui alguém que não é de maneira nenhuma nem de esquerda, nem do Partido Socialista, que é o mais exigente e considerado exigente economista que há no país, Prof. da Universidade Católica, João César das Neves, que diz que os “Açores tem o respeito pelas contas que tem faltado ao país” ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Em que jornal é que isso vem?

Deputado Paulo Parece (PSD): Esse jornal já está amarelo!

O Orador: ... e João César das Neves de esquerda não tem nada.

Segunda questão e para concluir.

Sra. Deputada Zuraída Soares, o que eu referi é a mesma coisa que tem a legitimidade do mandato nesta Assembleia ou de qualquer mandato. Não é a 31 de dezembro que vamos ...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Vice-Presidente.

O Orador: O mandato termina a 31 de dezembro deste ano e ao terminar o mandato não será renovado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputada Zuraída Soares (BE): E o contrato dos trabalhadores quando é que acabava? E a saúde?

Presidente: O Governo esgotou o seu tempo para este debate.

Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para intervir.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para realizar um protesto, uma vez que fui informado que o Sr. Deputado Carlos Silva me acusou de fugir ao debate, quando eu obviamente me desloquei para fazer uma coisa que o Sr. Deputado Carlos Silva não podia fazer por mim.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não lhe vou conceder a palavra para um protesto. O senhor tem tempo para intervir, porque como compreenderá eu não lhe posso dar a palavra para um protesto a uma afirmação que o senhor não estava aqui ...

Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, como compreende, já nos basta gerir os trabalhos com os deputados presentes. Eu não posso gerir os trabalhos quando os deputados têm a informação de que foi dito ou deixou de ser dito.

O Sr. Deputado não estava na sala.

O Sr. Deputado Carlos Silva proferiu declarações ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A meu respeito!

Presidente: ... com as quais o senhor não concorda, mas o senhor ainda tem um minuto e meio, dou-lhe a palavra para intervir sobre a matéria e algumas considerações que queira fazer, mas para protesto não lhe posso dar a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu acato obviamente aquela que é a sua decisão, apesar de discordar, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, eu ouvi a sua explicação, mas aquilo que consta aqui da Conta de 2017 parece-me exatamente o contrário daquilo que me disse. Parece exatamente o contrário daquilo que diz.

O que diz o Sr. Vice-Presidente é que há uma divergência a mais na dívida apurada pelo INE, que é o valor desses empréstimos que são liquidados no ano seguinte àquele que respeita à conta e tanto justifica essa divergência no sentido de que a dívida global na sua perspetiva não é essa e aquela ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Tudo bem, mas a questão aqui coloca-se também na perspetiva do deficit.

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Mas o défice é dívida!

O Orador: Mas então o que me está a dizer é que relativamente ao deficit ...

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): É dívida da Região!

O Orador: Relativamente ao deficit esse montante se não fosse considerado agravaria o deficit ou não?

Deputado Marco Costa (*PSD*): Então o senhor faz um mau negócio! Faça a longo prazo!

Presidente: Sr. Deputado António Vasco Viveiros, o Governo já não tem tempo para responder, portanto, não vamos manter aqui este diálogo.

O Orador: De qualquer maneira deixo pendente a questão da recomendação do Tribunal de Contas relativamente ao período de execução orçamental, que acho que é do interesse de todos nós esclarecer, ou mudando as regras que se aplicam no orçamento da Região, ou mudando a prática do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo** (*PCP*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com o decorrer do debate o PCP ficou elucidado em relação à Conta da Região de 2016.

O PCP mantém a análise dos anos anteriores, como é óbvio, e uma coisa que constata é que a situação agrava-se ano após anos.

O PCP não poderá de modo algum votar a favor desta Conta da Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero aqui dizer que ao contrário de outros deputados, o deputado do PPM nunca fugiu a nenhum debate, nunca abandonou esta sala como outros deputados já fizeram no decorrer do debate.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade! O senhor já abandonou a sala várias vezes!

O Orador: Portanto, o que eu quero dizer é que estou aqui, estou aqui, Sr. Deputado. Venha, faça o favor de vir!

O senhor venha aqui, faça a sua intervenção, que eu estou aqui para lhe responder.

Deputado Francisco César (PS): O senhor já abandonou não só debates, como comissões!

Deputado Manuel Ramos (PS): E já fez greves!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Mesa não tem mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de resolução apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos avançar com os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto oito:

Apresentação do relatório final do Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão Permanente de Economia para o acompanhamento, análise e avaliação do impacto social e económico decorrente do encerramento na unidade fabril da COFACO, na ilha do Pico.

A Sra. Deputada Graça Silveira pede a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Para pedir um intervalo de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 39 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

As Redatoras, Ana Machado e Conceição Branco